

---

# CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FLORIANÓPOLIS (SC)



## RELATÓRIO

### 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FLORIANÓPOLIS, 2023

---

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE DE FLORIANÓPOLIS (SC)

RELATÓRIO DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19:  
VIOLAÇÕES E VULNERABILIDADES, AÇÕES NECESSÁRIAS  
PARA REPARAÇÃO E GARANTIA DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO  
INTEGRAL, COM RESPEITO À DIVERSIDADE**

Florianópolis, 2023

## SUMÁRIO

<b>1. A Pré-Conferência e os precedentes da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	<b>5</b>
<b>2. A 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	<b>13</b>
<b>3. Realização da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	<b>17</b>
3.1 Dia 27 de Abril - Período Matutino	19
3.2 Dia 27 de Abril - Período Vespertino	34
3.3 Dia 28 de Abril - Período Matutino	64
3.3.1 Grupo de Trabalho Eixo Temático 1	65
3.3.2 Grupo de Trabalho Eixo Temático 2	69
3.3.3 Grupo de Trabalho Eixo Temático 3	72
3.3.4 Grupo de Trabalho Eixo Temático 4	74
3.3.5 Grupo de Trabalho Eixo Temático 5	76
3.4 Dia 28 de Abril - Período Vespertino	79
<b>4. Avaliação do Evento</b>	<b>100</b>
<b>Anexo I - Resolução nº 821, de 9 de agosto de 2022</b>	<b>113</b>
<b>Anexo II - Listas de credenciamento</b>	<b>117</b>
<b>Anexo III - Materiais entregues no credenciamento</b>	<b>137</b>
<b>Anexo IV - Regimento Interno</b>	<b>141</b>
<b>Anexo V- Palestra Magna</b>	<b>151</b>
<b>Anexo VI - Moções apresentadas</b>	<b>163</b>
<b>Anexo VII - Formulário de avaliação do evento</b>	<b>170</b>
<b>Anexo VIII - Relatório de comunicação</b>	<b>173</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pré-Conferência Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente	13
Figura 2 - Participantes da Conferência após credenciamento no dia 27/04	20
Figura 3 - Coffee Break de Boas Vindas	21
Figura 4 - Agradecimento a equipe do Centro Cultural Escrava Anastácia	22
Figura 5 - Autoridades na solenidade de abertura	24
Figura 6 - Hino Nacional executado por Dandara Manoela	25
Figura 7 - Abertura oficial com o pronunciamento de Renata Pereira da Silva	26
Figura 8 - Fala de Alice Kuerten na abertura da Conferência	27
Figura 9 - Fala de Maria Clara Góes na abertura da Conferência	28
Figura 10 - Fala de Helen Corrêa na abertura da Conferência	29
Figura 11 - Apresentação de Dandara Manoela	30
Figura 12 - Leitura do Regimento Interno	32
Figura 13 - Leitura e aprovação do Regimento Interno	34
Figura 14 - Batalha de Rimas com MC's da Batalha da Alfândega	36
Figura 15 - Palestra Magna Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs	42
Figura 16 - Crianças e adolescentes compartilhando suas experiências no período da Pandemia	44
Figura 17 - Apresentação do Eixo 1 por Danielle Espezim	46
Figura 18 - Apresentação do Eixo 1 por Fabrícia Luiz Souza	47
Figura 19 - Apresentação do Eixo 2 por Daiane Corrêa	49
Figura 20 - Apresentação do Eixo 2 por Patrícia Zimmermann	51
Figura 21 - Apresentação do Eixo 2 por Vanessa Platt	52
Figura 22 - Apresentação do Eixo 3 por Eduardo Jara	54
Figura 23 - Apresentação do Eixo 3 por Fráya Cunha	56
Figura 24 - Discussão após a apresentação dos Eixos 1, 2 e 3	57
Figura 25 - Coffee Break dia 27 no período da tarde	58
Figura 26 - Apresentação do Eixo 4 por Neylen Junckes	61
Figura 27 - Apresentação do Eixo 5 por Heloísa Teles	63
Figura 28 - Encerramento do primeiro dia da 11 <sup>a</sup> Conferência Municipal dos direitos da Criança e do adolescente	64
Figura 29 - Coffee Break de boas vindas do dia 28/04	65
Figura 30 - Grupo de trabalho Eixo 1	68
Figura 31 - Grupo de Trabalho Eixo 2	72
Figura 32 - Grupo de trabalho Eixo 3	74
Figura 33 - Grupo de Trabalho Eixo 4	76

<b>Figura 34 - Grupo de Trabalho Eixo 5</b>	79
<b>Figura 35 - Mikaely recitando poesia de sua autoria</b>	80
<b>Figura 36 - Apresentação do Coral Vozes do Arvoredo</b>	81
<b>Figura 37 - Leitura das propostas elaboradas pelos Grupos de Trabalho dos Eixos</b>	82
<b>Figura 38 - Propostas apresentadas em destaque</b>	91
<b>Figura 39 - Candidatas a delegadas segmento adolescente</b>	93
<b>Figura 40 - Delegados eleitos</b>	95
<b>Figura 41 - Votação das moções</b>	98
<b>Figura 42 - Foto de encerramento</b>	99
<b>Figura 43 - Apresentação da Batalha da Alfândega no encerramento da Conferência</b>	100

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Programação da Pré-Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	<b>8</b>
<b>Tabela 2 - Coordenadores responsáveis pelos Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos na Pré-Conferência</b>	<b>9</b>
<b>Tabela 3 - Matriz BLUE</b>	<b>11</b>
<b>Tabela 4 - Matriz Blue com a síntese das discussões nos GT's da Pré-Conferência</b>	<b>12</b>
<b>Tabela 5 - Palestrantes e coordenadores dos Grupos de Trabalho dos eixos da 11<sup>a</sup> Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	<b>14</b>
<b>Tabela 6 - Trechos das falas dos adolescentes sobre a experiência durante e após a Pandemia</b>	<b>43</b>
<b>Tabela 7 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 1</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 8 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 2</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 9 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 3</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 10 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 4</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 11 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 5</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 12 - Resultado da votação das propostas dos Eixos temáticos</b>	<b>84</b>
<b>Tabela 13 - Propostas que serão levadas para Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	<b>89</b>
<b>Tabela 14 - Delegados eleitos</b>	<b>94</b>
<b>Tabela 15 - Moções aprovadas na 11<sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	<b>97</b>
<b>Tabela 16 - Entidades representadas pelos respondentes</b>	<b>102</b>
<b>Tabela 17 - Comentários e sugestões dos respondentes</b>	<b>109</b>

## 1. A PRÉ-CONFERÊNCIA E OS PRECEDENTES DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

As Conferências Nacionais da Criança e do Adolescente são espaços de participação no ciclo de elaboração das políticas públicas que possibilitaram, historicamente, a discussão de temas e a elaboração de políticas para a infância e adolescência no Brasil. Ao todo, foram realizadas 11 Conferências Nacionais, com temas que refletem as condições e conjunturas relacionadas às crianças e aos adolescentes - no período em que foram realizadas - trazendo uma análise das políticas vigentes e proposição de ações.

A 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA) será realizada em novembro de 2023, sendo precedida por um processo amplo de diálogo sobre a avaliação das políticas e ações de promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos humanos de crianças e adolescentes nas conferências municipais e estaduais.

Convocada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), a 12ª CNDCA tem como tema central ***A Situação dos Direitos Humanos das crianças e adolescentes em tempos de pandemia de Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade.*** Dentro desse tema foram definidos 5 (cinco) eixos de discussão e proposições, a saber:

1. Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia;
2. Enfrentamento das violações e vulnerabilidades decorrentes da Covid-19;
3. Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e após a pandemia;

4. Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico;

5. Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante e após a Pandemia de Covid-19.

Tendo a definição do tema e dos eixos no âmbito nacional, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Florianópolis deu início a preparação da 11<sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - que antecede a fase estadual e nacional - uma oportunidade para representantes da sociedade civil e do governo dialogarem e elaborarem proposições de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência.

A Comissão Organizadora foi instituída a partir da Resolução no 821 de agosto de 2022, que dispõe sobre a convocação da Conferência e a criação da Comissão Organizadora (ANEXO I), sendo formada por Conselheiros das Organizações da Sociedade Civil, Conselheiros Governamentais e Adolescentes, nomeadamente:

I – Conselheiros das Organizações da Sociedade Civil

- a) Renata Machado Pereira da Silva (Instituto Comunitário Grande Florianópolis)
- b) Milene Regina dos Santos (Centro de Educação e Evangelização Popular)
- c) Fráya Cunha (Escola Marista)
- d) Deyse Françoise Estevão Fagah (Associação Casa São José)

II – Conselheiros Governamentais:

- a) Carlos Alberto Veloso (Secretaria Municipal de Assistência Social)
- b) Eduardo Savaris Gutierrez (Secretaria Municipal de Educação)
- c) Sandra Nunes (Fundação Municipal Franklin Cascaes)

III – Adolescentes:

- a) Emilly Elaine Ferreira Garcia (Escola Marista)
- b) Keisy Cristina Costa Alves (Centro de Educação e Evangelização Popular)

O tema buscou fomentar reflexões sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na vida de crianças e adolescentes. É fato que a pandemia aprofundou as desigualdades e teve múltiplos efeitos na vida de crianças e adolescentes, que vão desde óbito e sequelas em consequência da Covid-19, aumento da violência, fome, restrição do acesso a serviços, defasagem de aprendizagem, entre outros.

O contexto pandêmico evidenciou ainda mais a necessidade de sistemas de proteção e promoção de políticas públicas que assegurem efetivamente os direitos de crianças e adolescentes e de reparação dos danos causados.

Nesse sentido, a 11<sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescente teve como objetivo geral: Promover ampla mobilização social para refletir e avaliar os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida das crianças, adolescentes e de suas famílias e para a construção de propostas de ações e políticas públicas que garantam os seus direitos no contexto pandêmico e pós-pandemia. E como objetivos específicos:

- I. Identificar os desafios a serem enfrentados durante e após a pandemia de Covid-19;
- II. Refletir sobre as dificuldades vivenciadas pela rede de promoção, proteção e defesa dos direitos para o enfrentamento das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico;
- III. Definir ações para garantir o pleno acesso de crianças e adolescentes às políticas sociais durante e após a pandemia, considerando as especificidades/diversidades;
- IV. Formular propostas de enfrentamento às consequências das violências contra crianças e adolescentes agravadas pela pandemia de Covid-19;
- V. Promover/garantir a participação de crianças e adolescentes no processo de discussão sobre os reflexos da pandemia de Covid-19 em suas vidas, bem como na definição de medidas para enfrentamento das vulnerabilidades identificadas;
- VI. Refletir sobre a necessidade de ampliação do orçamento destinados às ações, programas e políticas de promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos das crianças e dos adolescentes, considerando os reflexos da pandemia de Covid-19;

VII. Aprofundar a discussão sobre o papel dos conselhos de direitos na deliberação e controle social das ações e políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandêmico.

A Conferência foi precedida da Pré-Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no dia 30 de março de 2023 no Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), localizado no bairro do Monte Cristo, Florianópolis. Tendo como objetivo oportunizar à criança e ao adolescente serem protagonistas na construção de políticas públicas e trazer algumas reflexões prévias para a Conferência Municipal, o evento teve a participação de cerca de 150 crianças e adolescentes.

A programação da Pré-Conferência foi pensada de modo a fomentar o diálogo e a participação das crianças e dos adolescentes, destacando a importância do seu protagonismo na elaboração das políticas públicas. Para tanto, foram organizadas apresentações artísticas, momentos de integração, bem como o uso de uma metodologia específica nos Grupos de Trabalho em torno dos cinco eixos, com uma linguagem direcionada, possibilitando o envolvimento das crianças e dos adolescentes. A tabela 1 apresenta a Programação detalhada da Pré-Conferência.

**Tabela 1 - Programação da Pré-Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente**

<b>Horário</b>	<b>Descrição</b>
13:30	Credenciamento (assinatura da lista de presença e inscrição para eixo de discussão).
14:00	Abertura boas vindas - destaque para importância protagonismo infância e adolescência

14:10	Abertura - objetivo apresentar grupo metodologia
14:20	Atividade cultural - apresentação de SLAM
14:30	Acolher/integrar, sensibilizar e informar. Trabalhar Matriz Blue nos grupos de discussão
15:45	Intervalo e Lanche
16:10	Plenária Final com apresentação
16:50	Aplicação do questionário de avaliação do evento
16:55	Encerramento

Para acolher, sensibilizar e mediar as discussões nos grupos de trabalho em torno dos eixos de discussão da Pré-conferência, foram definidos coordenadores responsáveis por mediar a discussão em cada um dos grupos de trabalho. Cabe destacar que cada grupo contou com um coordenador adulto, mas também um adolescente, responsável por fazer a interlocução com os adolescentes e as crianças.

**Tabela 2 - Coordenadores responsáveis pelos Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos na Pré-Conferência**

Eixo	Coordenador
------	-------------

1. Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia	Fráya e Ana Vitória
2. Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia de Covid-19	Daiane, Ana Carvalho e Deyse, Mikaely
3. Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa do seus direitos, durante e após a pandemia	Carlos, Adirson e Edelman
4. Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico	Renata, Ana Paula, Sandra e Madjer
5. Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes durante e após a Pandemia de Covid-19	Sandra Nunes, Silvana e Victor Hugo

Os coordenadores de cada eixo ficaram responsáveis por acolher os participantes, fazer a apresentação do tema em questão, fomentar a discussão e orientar o preenchimento da Matriz Blue, que é uma ferramenta de planejamento criada a partir do livro Blue Ocean Strategy, da norte-americana Renée Mauborgne e o coreano W. Chan Kim e que tem como objetivo possibilitar o levantamento de estratégias e possibilidades de "oceanos" ainda não explorados a partir de 4 eixos: Reduzir, Eliminar, Elevar e Criar.

**Tabela 3 - Matriz BLUE**

<b>REDUZIR</b>	<b>ELEVAR</b>
<b>ELIMINAR</b>	<b>CRIAR</b>

Cada grupo de trabalho entregou, ao final das discussões, um cartaz com a Matriz Blue preenchida, com proposições referentes a cada um dos quadrantes da Matriz. Percebeu-se a similaridade e frequência de alguns temas, independentemente do eixo temático. A necessidade de reduzir e eliminar as violências, as desigualdades e os preconceitos e abusos de poder no âmbito das escolas, bem como elevar a criar maior infraestrutura e qualidade de ensino no âmbito escolar, foram temas que apareceram em todos os GT's.

Abaixo uma tabela síntese das Matrizes produzidas pelos Grupos de Trabalho em torno dos 5 eixos na Pré-Conferência.

**Tabela 4 - Matriz Blue com a síntese das discussões nos GT's da Pré-Conferência**

<p><b>REDUZIR</b></p> <p>Desigualdade racial; Evasão e desinteresse pela escola.</p>	<p><b>ELEVAR</b></p> <p>Atuação do Conselho Tutelar; Saúde Pública; Educação de qualidade e profissionais; Transporte público (com passe livre para estudantes); O acesso a tecnologias nas escolas; Participação da criança e do adolescente na fiscalização aos direitos não garantidos; Acessibilidade; Merendas e comida nas escolas; Respeitar todas as diferenças; Igualdade educacional para todos; Oportunidade para adolescentes e adolescentes no mercado de trabalho para o crescimento profissional; Incentivo para atletas.</p>
<p><b>ELIMINAR</b></p> <p>Invisibilidade de adolescentes; Violências de todos os tipos; Preconceito de todos os tipos; Desrespeito; Abusos de poder.</p>	<p><b>CRIAR</b></p> <p>Escolas de base; Tecnologia em sala de aula; Espaços culturais; Atendimento psicológico nas escolas; Mais espaços para adolescentes (espaços para esportes, quadras de vôlei e futebol, cultura, convivência); Espaços de lazer para adolescentes.</p>

**Figura 1 - Pré-Conferência Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente**



Fonte: Gabriela Cordioli Coto (2023)

## **2. A 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

A partir das reflexões suscitadas e materiais produzidos durante a Pré-Conferência, a Comissão Organizadora da Conferência, bem como os responsáveis pela coordenação dos eixos temáticos puderam pensar conjuntamente em temas e abordagens para as palestras, apresentação e condução das discussões nos eixos que viessem ao encontro das demandas apresentadas na ocasião.

A organização da Conferência envolveu reuniões de trabalho da Comissão e convidados - foram cerca de 24 reuniões de preparação da Conferência - ações de mobilização de entidades da Sociedade Civil, definição da programação e cerimonial bem como convidados

e facilitadores, definição da metodologia de trabalho, divulgação, organização da infraestrutura (organização do local, equipamentos, som, alimentação, etc.) e elaboração de materiais base para os grupos de trabalho.

Abaixo, na tabela 5, o currículo de todos os palestrantes e coordenadores dos Grupos de Trabalho dos eixos na 11<sup>a</sup> Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Tabela 5 - Palestrantes e coordenadores dos Grupos de Trabalho dos eixos da 11<sup>a</sup> Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente**

<b>NOME</b>	<b>ATRIBUIÇÃO</b>	<b>CURRÍCULO</b>
Andréa Márcia Lohmeyer Fuchs	Palestrante e Coordenadora de Mesa	Assistente Social, ativista pelos direitos da infância e adolescência, pesquisadora e docente do Departamento de Serviço Social da UFSC. Integra o Núcleo de Direitos Humanos, Pluralismo e Democracia (DSS/UFSC). Na qualidade de consultora do Unicef participou como sistematizadora técnica do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006) e Plano Nacional de Promoção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (2006)
Danielle Maria Espezim dos Santos	Coordenadora das plenárias, palestrante e coordenadora do GT Eixo 1	Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2001). Formadora/educadora independente, desde 2003, em Direitos e Garantias Fundamentais, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito da Criança e do Adolescente, Direitos Fundamentais, Conselhos Tutelares e de Direitos, Adolescente em conflito com a Lei, Marco Legal da Primeira Infância, Acolhimento Institucional, Famílias Acolhedoras e Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente
Fabricia Luiz Souza	Palestrante e Coordenadora do GT do Eixo 1	Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais pela Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL. Professora efetiva de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Florianópolis, desde 2002. Atuando na Rede

		Municipal de Florianópolis como professora, assessora pedagógica e diretora de Creches municipais. De 2019 a 2022 atuou como Diretora de Gestão Escolar da Secretaria Municipal de Educação – Fpolis. Atualmente é Subsecretária de Educação Básica da SME/PMF
Daiane Corrêa	Palestrante e Coordenadora do GT do Eixo 2	Assistente Social graduada pela UFSC - Ex Conselheira Tutelar no município de Florianópolis pesquisadora sobre autonomia profissional, militante dos direitos de crianças e adolescentes
Patrícia Maria Zimmerman	Palestrante Eixo 2	Delegada de Polícia de Entrância Especial Delegada de Polícia Coordenadora das Delegacias de Polícia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso e de Políticas Públicas Voltadas ao Atendimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Santa Catarina. Graduação em direito pela Universidade Regional de Blumenau – 1994; Especialização em Direito penal e processo penal – Universidade Regional de Blumenau – 1996; Pós-Graduação em direito penal e processual penal, apto para o mercado de trabalho e exercício do magistério pela Universidade Regional de Blumenau – 2000; Mestrado em ciência jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – 2003; Especialização em enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher pela Universidade Federal de Goiás - 2023 em andamento
Vanessa Goes Platt	Palestrante Eixo 2	Médica pediatra do Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG) da SES e do Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago - Filial EBSEH (HU - UFSC) – Coordenadora das Equipes de Atenção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual de ambas as instituições. Doutora em Saúde Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSC/UFSC)- linha de pesquisa violência e saúde
Fráya Cunha	Palestrante e Coordenado	Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Desenvolveu suas pesquisas acadêmicas na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, atuando

	ra do GT do Eixo 3	principalmente no seguinte tema: recepção, rap e juventude. Sua jornada profissional foi sempre dedicada à educação em comunidades empobrecidas, seja como educadora ou na área da gestão. Atualmente está finalizando curso de Especialização em Gestão Educacional e atua profissionalmente como Diretora da Marista Escola Social Lucia Mayvorne, localizada na Comunidade do Monte Serrat
Eduardo Jara	Palestrante Eixo 3	Graduado em Matemática (UFRGS), Mestre em Ensino de Matemática (UFRGS) e Doutor em Administração (UDESC). Professor Adjunto da área de Métodos Quantitativos, na ESAG/UDESC. Pesquisador do grupo NISP, Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública. Atuando na área de análise estatística e aplicações. Idealizador do Programa de Extensão Esag Kids e Coordenador de Extensão da Udesc. Escritor, poeta e sonhador
Neylen Bruggeman Bunn Junckes	Palestrante e Coordenadora do GT do Eixo 4	Assistente Social da secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa, exercendo atividade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Florianópolis e no Centro de Internação Feminino de Florianópolis. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1987), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009) e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UFSC (2019). Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social - NESPP/UFSC. Premiada como servidora pública em 2019 pelo Prêmio Espírito Público, devido trajetória profissional como Assistente Social no sistema socioeducativo catarinense.
Heloisa Teles	Palestrante e Coordenadora do GT do Eixo 5	Possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul (2009); Residência Integrada em Saúde. Coletiva pela Escola de Saúde Pública/ RS (2012); Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS (2013) e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018). Tem experiência de trabalho como assistente social em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e Gestão da Proteção Social Básica, além de ter sido

		<p>conselheira em Conselhos de direitos e políticas sociais. Atualmente é docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, integrando o Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Política Social na América Latina - Veias Abertas - IELA/UFSC. Atua principalmente nos seguintes temas: Serviço Social; Trabalho; Questão Social; Proteção Social com ênfase para as políticas sociais de saúde e assistência social</p>
--	--	--

A 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi realizada nos dias 27 e 28 de abril de 2023 no Hotel Cambirela, no bairro Estreito, em Florianópolis. Contou com 248 pessoas inscritas, uma lista de espera de mais de 200 pessoas e cerca de 270 participantes (algumas pessoas da lista de espera apareceram no credenciamento e foram autorizadas a participar). A maioria crianças e adolescentes.

A Conferência contou com representantes de mais de 20 entidades de Florianópolis como: Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Assistência Social, Casa de acolhimento Darcy Vitória de Brito, Casa São José, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Costeira, Fundação Catarinense de Assistência Social, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis, Irmandade do Divino Espírito Santo, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Instituto Estadual de Educação, Instituto Guga Kuerten, Centro de Educação Popular e Evangelização, Mães pela Diversidade de Florianópolis, Projeto social Filhos da Coloninha, Escola Júlio da Costa Neves, Centro Cultural Escrava Anastácia, entre outros.

### 3. REALIZAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente teve uma programação diversa, que foi cuidadosamente pensada pela Comissão Organizadora,

integrando atividades protocolares, palestras, apresentações artísticas, discussões, plenárias, momentos de socialização e intervalos para almoço e coffee breaks. Abaixo, a programação completa do evento:

#### **Dia 27/04**

8h30 - Credenciamento

9h10 - Coffee Break

9h40 - Abertura e apresentação cultural

11h00 - Leitura e aprovação do Regimento

12h00 - Almoço

13h00 - Apresentação cultural

13h30 - Palestra magna: "As consequências da pandemia do Covid-19 na vida de crianças e adolescentes: ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade".

14h30 - Apresentação e debate eixos temáticos 1, 2, 3

15h45 - Coffee Break

16h20 - Apresentação e debate eixos temáticos 4 e 5

17h20 - Orientações sobre a formação dos GTs (Grupos de Trabalho) do dia 28.

17h50 - Encerramento

#### **Dia 28/04**

8h30 - Coffee Break

9h00 - Organização dos 5 GTs (Grupos de Trabalho) com a finalidade de formular propostas, a partir das dimensões que orientam a discussão do temário da 11a Conferência

12h00 - Almoço

13h10 - Apresentação cultural

13h30 - Plenária final: apresentação e votação das prioridades propostas pelos GTs

Aprovação de Moções e eleição dos delegados para a Conferência Estadual

17h55 - Encerramento com coffee break e apresentação cultural.

### 3.1 Dia 27 de Abril - Período Matutino

O primeiro dia da 11<sup>a</sup> Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente iniciou pontualmente às 8h30. Após o credenciamento, que aconteceu na ante sala do Salão Pocema, no Hotel Cambirela - em que os participantes assinaram a lista de credenciamento (ANEXO II) e receberam a pasta com caneta, bloco de notas e cartões de votação para Conferência (ANEXO III) - os inscritos foram direcionados ao restaurante do Hotel, para o Coffee Break de boas vindas.

**Figura 2 - Participantes da Conferência após credenciamento no dia 27/04**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Figura 3 - Coffee Break de Boas Vindas



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Por volta das 9h40, os credenciados foram encaminhados para Salão Pocema, onde ocorreu a solenidade de abertura, a leitura e aprovação do Regimento Interno, as apresentações artístico-culturais, a palestra e as apresentação dos eixos temáticos, programados para o primeiro dia de evento.

Antes da abertura oficial da Conferência, Silvana, integrante da Comissão Organizadora, convidou a equipe do Centro Cultural Escrava Anastácia, que participou ativamente da organização do encontro, para subir ao palco e receber uma salva de palmas como forma de agradecimento.

**Figura 4 - Agradecimento a equipe do Centro Cultural Escrava Anastácia**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Em seguida Vítor Hugo da Silva Isaac, 17 anos, estudante do Centro Cultural Escrava Anastácia, que foi o mestre de cerimônias do primeiro dia do evento, subiu ao palco, deu as boas vindas e declarou oficialmente o início da 11ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ressaltou a importância de ver o auditório repleto de crianças e adolescentes e que isso refletia o quanto estavam se apropriando dos seus direitos e do seu futuro.

Para iniciar a solenidade de abertura, Vítor Hugo convidou para subir ao palco as seguintes autoridades:

- a) Representando o Prefeito Municipal de Florianópolis, Leandro Antônio Soares Lima Samuel Vidal, Secretário de Assistência Social de Florianópolis;
- b) O representante da Câmara de Vereadores de Florianópolis, Renato Geske;

- c) A Secretária de Assistência Social, Mulher e Família do estado de Santa Catarina, Alice Kuerten;
- d) Representando a Secretaria de Ação Social de Florianópolis, Waldyvio da Costa Paixão;
- e) Representando a Secretaria da Assistência Social do Município, Edenice da Cruz;
- f) O Secretário de Educação de Florianópolis, Maurício Fernandes Pereira;
- g) Representando a Secretaria de Saúde de Florianópolis, a Doutora Fernanda Karolinne Melchior Silva Pinto;
- h) Representando o Juizado da Infância e Juventude, a juíza Brigitte Remor de Souza May;
- i) Representando o Ministério Público do estado de Santa Catarina, a promotora de justiça Helen Crystine Corrêa Sanches;
- j) A Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Renata Machado Pereira da Silva;
- k) Representando as crianças e adolescentes, Maria Clara Alves Goes, aluna do Centro de Educação e Evangelização Popular.

Figura 5 - Autoridades na solenidade de abertura



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Vítor Hugo agradeceu a participação das crianças, adolescentes, gestores de organizações da sociedade civil, professores, diretores de escolas, assim como servidores e gestores públicos. Convidou todos para se posicionarem para ouvir o Hino Nacional, que foi executado pela cantora, compositora e produtora artístico-cultural, Dandara Manoela.

Figura 6 - Hino Nacional executado por Dandara Manoela



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após o Hino Nacional, a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Renata Machado Pereira da Silva, que conduziu a abertura oficial da Conferência, cumprimentou as autoridades e todos os presentes, destacando a importância do encontro, bem como seu caráter deliberativo.

Apresentou o tema e os eixos temáticos da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ressaltou que o que fosse discutido durante o evento seria levado para as próximas etapas, a saber: Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, programada para os dias 15, 16 e 17 de agosto e Conferência Nacional, agendada para Novembro (data a ser confirmada).

**Figura 7 - Abertura oficial com o pronunciamento de Renata Pereira da Silva**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após o pronunciamento de Renata, Alice Kuerten, Secretária de Estado da Ação Social, Mulher e Família, proferiu algumas palavras. Cumprimentou todos os participantes, ressaltou a importância dos adolescentes e das crianças ocuparem espaços como o da Conferência, pois estes eram espaços de direito e que possibilitariam lutar por uma melhor qualidade de vida. Por fim, destacou positivamente o fato de terem tantas crianças e adolescentes participando do encontro.

**Figura 8 - Fala de Alice Kuerten na abertura da Conferência**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Na sequência, a adolescente Maria Clara Alves Goes fez seu pronunciamento. Após cumprimentar todos os participantes, destacou a importância deste espaço de fala para ela, uma adolescente negra, bem como a importância das políticas públicas destinadas às crianças e aos adolescentes. E deixou como mensagem final para as crianças e adolescentes presentes "proveitem o dia de hoje para dizer como as coisas acontecem e como que vocês gostariam que acontecesse".

**Figura 9 - Fala de Maria Clara Góes na abertura da Conferência**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após a fala de Maria Clara, Waldyvio da Costa Paixão fez seu discurso. Ele cumprimentou Maria Clara e todos os presentes e destacou a importância do momento e de espaços como este nas esferas municipal, estadual e nacional e da participação ativa das crianças e dos adolescentes em espaços como o da Conferência.

Na sequência, Edenice da Cruz fez seu pronunciamento e discorreu sobre o conceito da proteção integral - que está no Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando as crianças e adolescentes como sujeitos de direito - e sua importância e avanço em relação às leis anteriores. Encerrou com o poema "Soneto da Criança".

Em seguida, Maurício Fernandes Pereira proferiu algumas palavras. Maurício cumprimentou a todos e destacou que os mais importantes no encontro eram as crianças e os adolescentes e cumprimentou Maria Clara pelo seu discurso. Destacou que o maior direito das crianças e dos adolescentes era ter um bom professor que os transformasse nos

verdadeiros sujeitos do ensino-aprendizado, mediando esse processo para gerar conhecimento de impacto.

Após a fala de Maurício Fernandes, a promotora de justiça Helen Crystine Corrêa Sanches fez seu discurso e depois de cumprimentar Maria Clara e todos os profissionais presentes, afirmou que esse era o lugar dos adolescentes e que o fato de estarem ali já é uma grande mudança e conquista. Ressaltou que essa Conferência está acontecendo em um momento especial, de pós pandemia. E falou sobre a importância da presença da “justiça” e de construir conjuntamente com as demais autoridades soluções.

**Figura 10 - Fala de Helen Corrêa na abertura da Conferência**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

A juíza Brigitte Remor de Souza May fez seu pronunciamento na sequência. Cumprimentou Maria Clara e todos e ressaltou a importância da participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas.

Em seguida, Renato Geske assumiu a palavra. Cumprimentou a todos e falou sobre a importância de ter a motivação para fazer a mudança e de conhecer a história. Salientou também a importância de ter um orçamento destinado a assistência social no município de Florianópolis para realização de eventos como a 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Por fim, para encerrar a solenidade de abertura, o secretário de Assistência Social, Leandro Antônio Soares Lima, fez seu pronunciamento. Cumprimentou todos e falou que o objetivo da Secretaria era ser um facilitador das ações, ouvir críticas e acolher projetos. Por fim, desejou um bom trabalho para todos os participantes!

Ao final dos pronunciamentos, Vítor Hugo convidou novamente Dandara Manoela para subir ao palco para interpretar as músicas Minha Prece e Dona Georgina, ambas composições próprias de Dandara, e por fim a música Ezequiel.

**Figura 11 - Apresentação de Dandara Manoela**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após a apresentação de Dandara, Vítor Hugo, dando continuidade ao protocolo do evento, informou que seria iniciada a leitura e aprovação do Regimento Interno (ANEXO IV). E para que tivessem maior propriedade do mesmo, pediu para que acessassem pelo celular o QR Code que foi projetado no telão.

Lembrou também que os participantes poderiam se inscrever para os Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos - e que as inscrições estavam sendo feitas na entrada do auditório pelos monitores - e também para delegados, para representar o Município na Conferência Estadual - e que as inscrições seriam feitas na mesa ao lado do palco. Mencionou que o registro de monções seria feito a partir das 13 horas, também na mesa ao lado do palco.

Dados estes avisos, Vítor Hugo chamou ao palco Danielle Espezim dos Santos, para conduzir a leitura do Regimento Interno bem como sua aprovação. Ressaltou que para a votação de eventuais alterações do Regimento - e outras votações que ocorreriam durante o evento - os participantes deveriam usar os cartões verde, amarelo e vermelho, entregues na pasta fornecida no momento do credenciamento (ANEXO III).

Danielle começou sua fala destacando a importância do Regimento para a condução dos trabalhos nos dias da Conferência. Explicou como seria feita a leitura - iniciando pela leitura geral e depois, leitura por capítulos. Ao final, seriam feitos os esclarecimentos e proposições de alteração. Dadas essas explicações, iniciou a leitura do Regimento.

**Figura 12 - Leitura do Regimento Interno**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após finalizar, propôs repassar capítulo por capítulo, para que os participantes da plenária pudessem propor alterações no texto. A proposta foi votada e aprovada pela plenária.

Ao se repassar o Capítulo I foi feita a proposição de alterar a redação do texto de "Do Covid" para "De Covid" (artigo 2). A alteração foi acatada pela plenária. No capítulo III foi sugerido por um participante da plenária alterar a grafia de "das crianças e adolescentes" para "das crianças e dos adolescentes". A alteração também foi acatada pela plenária. No Capítulo IV (artigo 11) também foi feita uma observação para alterar a data do credenciamento da 11ª Conferência de "27 e 28" para apenas dia 27 e a alteração foi aprovada.

No Capítulo VI (artigo 19), foi feita a sugestão de modificar o texto de "cada grupo contará com dois mediadores" para "cada grupo contará com até dois mediadores". A alteração também foi acatada pela plenária.

No Capítulo VII (artigo 22) sugeriu-se tirar a especificação "furo nos cartões" já que alguns cartões não possuíam furo. A alteração foi aprovada pela plenária. No mesmo capítulo e artigo foi proposto explicitar quem era "a maioria simples responsável pelas decisões da plenária", alterando a frase para "maioria simples dos votos dos presentes nas plenárias". A sugestão também foi aprovada pela plenária.

No Capítulo VIII, artigo 26, foi proposto explicitar a data prevista para a Conferência Nacional - Novembro de 2023. A inclusão foi acatada pela plenária.

Um dos participantes da plenária solicitou a releitura do capítulo VIII, que tratava dos delegados. Danielle levou a solicitação para votação e a plenária decidiu pela releitura. Foi feita a sugestão de incluir no artigo 26 do capítulo - que discorre sobre a distribuição das vagas para delegados - que na Categoria Livre, uma das vagas fosse preenchida obrigatoriamente por uma pessoa que possua deficiência. A sugestão foi aprovada pela plenária.

No Capítulo IX, artigo 28 - foi feita a sugestão de diminuir o percentual de pessoas necessárias para registrar uma moção de 20% para 10%. A plenária acatou a alteração. Foi sugerido também incluir no texto que para abrir a moção, a maioria dos que assinarem, precisam estar na plenária. A alteração também foi aprovada.

Repassado todos os capítulos e aprovado o documento, Danielle pediu para todos aclamarem o Regimento aprovado.

**Figura 13 - Leitura e aprovação do Regimento Interno**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Danielle agradeceu e declarou que a leitura foi concluída. Finalizada esta etapa, Vítor Hugo convidou todos para se dirigirem ao restaurante do Hotel, onde seria servido o almoço.

### **3.2 Dia 27 de Abril - Período Vespertino**

Depois do almoço (que durou das 12h10 às 13h15), os participantes retornaram ao Auditório Pocema, onde ocorreram as apresentações artísticas, palestra e apresentações dos eixos, que ocorreram no período da tarde.

Dando início às atividades, Vítor Hugo lembrou a necessidade de realizar as inscrições para os Grupos de Trabalho (GT's) dos Eixos Temáticos - que aconteceriam na manhã seguinte - bem como das inscrições para delegados e registro de moções.

Reforçou que a 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi uma convocação do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, tendo como

objetivo analisar, definir e deliberar sobre as diretrizes da política nacional dos direitos da Criança e do Adolescente.

Dados os recados, Vítor Hugo convidou João Paulo Breis Vieira, Letícia Moraes Rodrigues, Ana Carolina Vargas, Silvio Piazza Borges Júnior, Lucas Libório Gonçalves e André Gomes da Silva, MC's da da Batalha de Rimas da Alfândega (Batalha de Rap de Florianópolis) para subir ao palco e fazer sua apresentação artística.

João Paulo, conhecido como Jota, apresentador da Batalha, explicou que a Batalha de Rima é uma Modalidade do Hip Hop que consistia em um duelo de MC's por meio de rimas improvisadas, tendo como tema assuntos diversos, que eram escolhidos pelo público.

E que a apresentação que aconteceria aquela tarde seria de uma Batalha de Conhecimento em que o público lançaria um tema e os MC's criariam uma rima improvisada sobre esta temática.

Ressaltou que eles estariam presentes também no segundo dia do evento, que o público poderia conhecer a Batalha de Sangue, em que os MC's duelam e criam rimas para tentar brincar e desestabilizar o oponente, com rimas de cunho pessoal. Feita a explicação, os MC's começaram a Batalha.

**Figura 14 - Batalha de Rimas com MC's da Batalha da Alfândega**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após a apresentação, que foi aclamada pelas crianças e adolescentes, Vítor Hugo agradeceu ao pessoal da Batalha da Batalha da Alfândega pela sua apresentação e convidou para subir ao palco para fazer a palestra com o tema "As consequências da pandemia do Covid-19 na vida de crianças e adolescentes: ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade" a doutora em Política Social e professora do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs (a palestra completa, com as referências, consta no anexo V).

Andréa iniciou sua fala agradecendo a presença de todos, em especial aos adolescentes representantes das instituições e os diferentes profissionais que atuavam nas instituições de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em Florianópolis. Agradeceu o convite para estar no evento, reafirmando seu compromisso com

a defesa e garantia dos direitos da criança e adolescentes, desde os tempos de acadêmica do Serviço Social. Lembrou que da Conferência Municipal saíam as propostas para a Conferência Estadual e a representação de delegados. Seriam decididas ações prioritárias para os próximos anos. E que o compromisso, para os participantes inscritos nesta Conferência, assumia uma dimensão técnica e política, pois seriam feitas escolhas.

Andréa ressaltou que a 11<sup>a</sup> Conferência Municipal estava acontecendo após a crise sanitária da Covid-19, somado ao governo desastroso do ex-presidente da República, que agiu tanto na ação e quanto na omissão no combate responsável e humanizado da Covid-19 e na tentativa frustrada de silenciar e até extinguir o espaço soberano de formulação, deliberação e fiscalização da política de atendimento aos direitos da Criança e do Adolescente (sobretudo o Conanda), ou seja, o espaço soberano das Conferências e dos Conselhos de Direitos.

Sinalizou alguns pontos que julgou necessários para pensar as respostas públicas que seriam construídas para o município, estado e país, e que seriam desafios para pensar para além de práticas institucionais individualizadas. Nesse sentido, de acordo com Andréa, a participação ativa e qualificada nos dias da Conferência deveria se pautar pelo seguinte:

1. O contexto da pandemia da Covid-19 e suas consequências nefastas a curto, médio e longo prazo, sobretudo na vida das famílias e das crianças e adolescentes de Florianópolis, de Santa Catarina e do Brasil. Uma crise sanitária global com impactos locais e de proporções devastadoras. Segundo dados do Ministério da Saúde, de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, o Brasil havia acumulado de 693.853 óbitos por Covid-19, para uma população de 210.147.125 habitantes. E Santa Catarina foi o estado da região Sul com o maior número de óbitos acumulados.

2. Do seu artigo publicado no livro Gestão da Morte e Modos de Produção de Memória na Pandemia do Novo Coronavírus, intitulado "O direito à Convivência Familiar e Comunitária no contexto da Pandemia e Pós-Pandemia da Covid-19" trouxe alguns dados importantes, como o estudo realizado pelo Imperial College, do Reino Unido, que apontou que cerca de 1.134.000 crianças e adolescentes perderam um cuidador principal, como pai e mãe, durante os primeiros 14 meses da pandemia. Esse mesmo estudo apontou que no Brasil, no período

de março de 2020 a abril de 2021, 130.363 crianças e adolescentes perderam seus cuidadores primários (pais ou avós que tinham a custódia ou guarda).

3. Nessa mesma direção, um estudo inédito no Brasil, realizado pela FIOCRUZ e pela UFMG, constatou que nos dois primeiros anos da pandemia, 40.830 crianças e adolescentes perderam suas mães por Covid-19 no Brasil. Entre os adultos maiores de 18 anos, considerando o nível educacional das pessoas que morreram de Covid-19, os dados indicam que quanto maior a escolaridade menor a taxa de mortalidade, ou seja, 38,8 por 10.000 entre pessoas sem escolarização para 13/10.000 entre pessoas com nível Superior.

Nesse sentido, Andréa lançou alguns questionamentos: "Quantas são, quem são essas crianças e adolescentes? Onde estão? E quem com quem estão e como estão vivendo essas crianças e adolescentes que perderam suas mães, pais, cuidadores primários e secundários em Florianópolis? O CMDCA conhece essas crianças e adolescentes a partir das informações da política de educação municipal? Da de assistência social municipal? E da Política de saúde municipal? Além dos perfis que costumeiramente precisamos ter no raio de definição da política de atendimento (crianças e adolescentes periféricas, pobres, indígenas, de populações ribeirinhas e afastadas dos centros urbanos e das regiões metropolitanas, com deficiência e em situação de violação de direitos, temos que incluir esse novo perfil que deve fazer parte das políticas integradas intersetorialmente."

Pontuou que uma, entre tantas consequências, que precisavam enfrentar com ações e decisões que seriam construídas na Conferência - pois eram as crianças e os adolescentes que mais sofriam - estava a violência, no âmbito estrutural, institucional e interpessoal (extra e intrafamiliar).

A pandemia aprofundou as desigualdades sociais. Com a pandemia ampliou-se a concentração de riqueza e o foco social entre aqueles que estão no topo da pirâmide econômica e a maioria que está na base social dela ficou ainda maior. Além do aumento insegurança alimentar, da fome, do desemprego e do empobrecimento das famílias, da dificuldade de acesso às políticas sociais, acesso às aulas, às instituições sociais que atendem crianças e adolescentes em Serviços de Convivência Familiar, ocorreu também um

adoecimento socioemocional (depressão e ansiedade), provocado pelo aumento do isolamento social em virtude das exigências sanitárias.

A pandemia escancarou aquilo que as crianças e adolescentes viviam no seu cotidiano. Uma brutal desigualdade educacional distanciando crianças e adolescentes da possibilidade de vivenciar uma educação que seja democrática nas oportunidades e equitativa no seu acesso e permanência.

Andréa relembrou a tragédia ocorrida em abril de 2023, quando crianças foram atacadas na Creche de Blumenau, afirmando que a violência na escola, a violência à escola e a violência da escola há tempos estavam apontando para a segregação na qual crianças e adolescentes de áreas periféricas vinham convivendo diariamente e violentamente. E que, nesse sentido, o país estava falhando muito. Afirmou que a pandemia escancarou a histórica fragilidade do Sistema de Garantia de Direitos para crianças e adolescentes no Brasil.

Trouxe algumas reflexões: "Onde estamos falhando? Por que estamos chegando tarde? Governo e sociedade civil integram o Estado ampliado, por pelo dos Conselhos de políticas, e, portanto, a responsabilidade é nossa! É compartilhada! O que nós das universidades estamos fazendo para contribuir nesse processo? O artigo 86 do ECA já colocava como regra que as ações de promoção, proteção e defesa dar-se-á por "um conjunto articulado de organizações governamentais". Ou seja, exige de todos nós; sistema de justiça, CT, MP, Defensoria, Centros de Defesa, polícia militar, polícia civil, instituições de atendimento, Serviços e equipamentos das políticas sociais uma capacidade técnica e política de atuarmos intersetorialmente."

Reiterou que não foi possível atender, cuidar e proteger publicamente nem mesmo as crianças e adolescentes com maior prioridade: aquelas vítimas de vulnerabilidade social e vítimas de violência.

Lembrou que para compreender a importância do que era feito na Conferência Municipal e no espaço dos Conselhos de Direitos, era necessário lembrar que o Ciclo de uma política pública compreendia: a percepção e definição dos problemas; a construção da agenda política (*agenda-setting*); a formulação propriamente do desenho e conteúdo substantivo

dessa política, ou seja, quais os princípios, qual a abrangência, qual o financiamento, a gestão a metodologia e modelos dos programas e serviços; a implementação e implantação propriamente dessa política, ou seja, sua operacionalização/execução; e por fim, o monitoramento e avaliação de políticas. E ressaltou que a falta de uma dessas etapas anteriores traria prejuízo significativo no avanço da proteção e cuidado públicos.

Afirmou que a política pública, neste caso na Política de Atendimento, deveria envolver tanto uma racionalidade técnica quanto um processo político. Racionalidade técnica compreendida como conhecimento da realidade (conhecimento dos dados, análise e estudo das alternativas), escolha de alternativas (determinação de meios, definição dos prazos, responsáveis, ou seja, a programação), execução das decisões e o acompanhamento dessa execução e avaliação crítica do que foi decidido e executado.

Nessa direção, destacou a necessidade de conhecer profundamente a realidade que se deseja intervir. "Como sabemos realmente a distância entre onde estamos e onde queremos chegar? Quais são os dados da realidade capturada com métodos que mostram a realidade como ela é e não como eu quero que seja. Sem essas etapas claras e pactuadas a parte da programação ou onde queremos chegar não se sustenta pois se move por um terreno movediço, obscuro. As demandas que se impõe ao Sistema de Garantia de Direitos tem endereço, idade, raça, classe e gênero. São crianças e adolescentes, pretas, pobres, periféricas invisíveis aos olhos do poder público e que muitas vezes recebem como resposta às suas demandas uma política pobre para pobre."

Andréa lembrou que o ECA surgiu como uma mudança paradigmática em relação ao Código de Menores a Doutrina da Proteção Integral em substituição a Doutrina da Situação Irregular, mas ainda é "prender as crianças e adolescentes para protegê-las". E que ainda se culpabiliza as famílias pelo cuidado e proteção - ou falta deles - sem que o Estado fosse responsabilizado pela ausência de cuidado público com essa família, tudo para o melhor interesse da criança ou adolescente.

E ressaltou que o papel da sociedade civil não era o de substituir o Estado, mas de fazer com que esse Estado fosse público e de interesse público, ou seja, o princípio da *Res* (Coisa)

*Pública* (para todos). A pandemia da Covid-19 trouxe consequências diretas nos direitos de crianças e adolescentes: na sua sobrevivência (direito à vida, saúde e alimentação), no seu desenvolvimento pessoal e social (direito à educação, lazer, profissionalização e cultura); e na sua integridade física, moral e psicológica (direito à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária), o que exigia esforços ainda maiores de todos os atores públicos, da sociedade civil em ações estratégicas que rompam com a ação setorial e individualizada de cada instituição.

Diante deste contexto, expôs a necessidade que no espaço da Conferência se propusesse ações considerando como referência os grandes eixos dos direitos humanos fundamentais: Seria dever da família, da sociedade, do Estado assegurar a criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para tanto, afirmou que as ações a serem construídas nos 5 eixos dessa Conferência deveriam considerar:

- a) Eixo dos direitos à Sobrevivência: que são os direitos à vida, à saúde, à alimentação;
- b) Eixos do Desenvolvimento Pessoal e Social: que inclui os direitos à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura;
- c) Eixo do Respeito à integridade física, psicológica e moral: que envolve os direitos à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Tendo como base esses três eixos dos direitos humanos fundamentais seria de suma importância pensar em ações para: Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia; Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia da Covid 19; Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas

públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e pós-pandemia; Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico; Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes durante e pós-pandemia da Covid-19.

Afirmou que para cumprir essa agenda, existiam três desafios importantes a perseguir: VENCER a falta de compromisso ético do Estado e da sociedade brasileira com as crianças e adolescentes; TRADUZIR o compromisso ético em vontade política "O Brasil tem condições de assegurar todos os direitos na agenda política dos governos"; e ALCANÇAR a competência técnica no atendimento aos direitos das crianças e adolescentes.

Finalizou sua fala parafraseando Paulo Freire: "Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia". O desafio está posto! Vamos a ele!!!"

**Figura 15 - Palestra Magna Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

O público presente bateu palmas e foi aberta a palavra às crianças e adolescentes para que pudessem compartilhar como foi a experiência da pandemia. Alguns adolescentes se pronunciaram e falas referentes ao sentimento de solidão e tristeza pela falta de socialização, às dificuldades no ensino-aprendizagem durante e após a pandemia, os problemas relacionados à saúde mental - ansiedade, síndrome do pânico - decorrentes da pandemia, foram recorrentes. Abaixo, alguns trechos de falas das crianças e adolescentes nesse momento.

**Tabela 6 - Trechos das falas dos adolescentes sobre a experiência durante e após a Pandemia**

"Foi muito desemprego"	"Foi triste. Falta de socialização e perda do contato com as pessoas"
"Faltou as famílias participarem no núcleo escolar"	"Eu vi crianças perdendo o controle, não querendo comer, não fazendo os deveres"
"Teve o caso de menina negra que pediu para sair da sala para resolver questão familiar e a professora disse que não e que se ela tivesse em sala iria ficar burra"	"Falta de respeito com o pessoal da limpeza na escola"
"Ficou claro importância dos grêmios estudantis"	"Crianças que se sentiram muito sozinhas"
"Muitas crianças com muita dificuldade de ensino nos pós pandemia"	"Como é importante o lugar de fala e representatividade tanto para os estudantes, mas também a questão da cor, a importância de uma negra fazer abertura de um evento como esse"
"Ficou evidente a vulnerabilidade do jovem de periferia"	"Mais que didática, o professor precisa ter a prática"
"Aumentou os adolescentes com ansiedade, depressão"	"Necessidade de mais empatia por parte dos adultos"

**Figura 16 - Crianças e adolescentes compartilhando suas experiências no período da Pandemia**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após esse espaço de fala para as crianças e adolescentes, foi iniciada a apresentação dos eixos temáticos. Vítor Hugo convidou para subir o palco os responsáveis por apresentar cada um dos eixos.

Convidou para subir ao palco para apresentar o eixo 1, como o tema Promoção e Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Contexto Pandêmico e Pós Pandêmico, a professora, advogada e doutora em direito Danielle Espezim dos Santos e a Subsecretária de Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, Fabricia Luiz Souza.

Para apresentar o eixo 2, sobre o Enfrentamento das Violações e Vulnerabilidades Resultantes da Pandemia da Covid-19, convidou para subir ao palco a assistente social Daiane Corrêa, a delegada e coordenadora das delegacias de polícia de proteção à criança,

adolescente, mulher e idoso de Santa Catarina, Patrícia Maria Zimmermann D'ávila e a médica pediatra, Vanessa Borges Platt.

Para apresentar o eixo 3, que tratou da Ampliação e Consolidação da Participação de Crianças e Adolescentes nos Espaços de Discussão e Deliberação de Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos seus direitos, durante e Pós-Pandemia, a diretora da Marista Escola Social Lucia Mayvorne (no bairro Monte Serrat em Florianópolis) Fráya Cunha, e o professor e Doutor em Administração Eduardo Jara.

A professora Andréa, mediadora da mesa, lembrou que cada um dos eixos teria 20 minutos para fazer a sua explanação e que ao final seria aberto para perguntas e comentários.

Danielle iniciou a apresentação do Eixo 1 falando e estimulando reflexões sobre o significado de conferir direitos e que cada política se referia a um direito. Destacou a importância e objetivo das políticas em manter o que era bom e melhorar o que precisava ser melhorado. E o quanto era essencial repensar as políticas no contexto de pandemia e pós pandemia.

Danielle afirmou que o tema dos direitos humanos era um tema em disputa, com diferentes representações e significações sobre o assunto. Ressaltou que nunca houve um momento histórico em que os direitos estavam totalmente garantidos, até mesmo porque, no caso das crianças e adolescentes, existiam especificidades e necessidades distintas entre os diferentes grupos e recortes sociais.

Os direitos humanos sempre exigiram luta, luta esta que precisava ser acolhida pelas instituições. E o que a história mostrou foi que quando isso não aconteceu, existiu uma maior violência. Apontou para o fato de que era essencial que as instituições acolhessem a luta com racionalidade, organização e opção de fala para crianças e adolescentes de diferentes grupos.

Danielle fechou sua fala destacando que a pandemia atingiu grupos e crianças de formas diferentes e o quanto era importante assumir como a grande bandeira da luta dos direitos da criança e do adolescente, a proteção integral.

Figura 17 - Apresentação do Eixo 1 por Danielle Espezim



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Na sequência, Fabrícia iniciou sua apresentação falando sobre a conquista que foi para a humanidade o direito de ter direitos, e nesse sentido sobre a importância da conquista e manutenção do direito à proteção integral, para se ter uma infância protegida e integralmente sendo atendida. Afirmou que o período pandêmico trouxe um grande desafio para a educação, e que o fato de não poder estar com as pessoas trouxe um grande sentimento de isolamento.

Afirmou que a Secretaria de Educação formulou juntamente com as escolas o Portal Educacional, que concentra todas as ações da Educação, com seções temáticas voltadas à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, às Instituições Conveniadas e à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Portal era um repositório para todas as organizações pedagógicas, para que todos pudessem participar das aulas remotas. Afirmou que para dirimir a questão relacionada a falta

de acesso a internet e garantir a cidadania digital, foram fornecidos chips com dados móveis de internet para todos os estudantes e professores da Rede Municipal de ensino de Florianópolis.

Ademais, foram criados e-mails institucionais e ocorreu a sincronização com o Sistema de Gestão Educacional para todos os estudantes e profissionais da Rede Municipal de ensino de Florianópolis. Foi realizado também um Programa na TV junto ao canal aberto TV Câmara.

E pensando também na questão da alimentação, já que muitas crianças e adolescentes não contaram a alimentação escolar no período pandêmico, foram entregues cestas básicas para as famílias dos estudantes da Municipal de ensino de Florianópolis, bem como materiais impressos. Ao final de sua fala, Fabrícia convidou todos para conhecerem o Portal Educacional.

**Figura 18 - Apresentação do Eixo 1 por Fabrícia Luiz Souza**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Daiane Corrêa iniciou a apresentação do eixo 2 um vídeo produzido pela turma do 7º ano da escola E.E.B. Porto do Rio Tavares, falando sobre o direito à escola e educação para

crianças e adolescentes e o quanto muitos não tiveram esse direito assegurado pela falta de vagas nas escolas do município. O vídeo finalizou com os alunos afirmando juntos "lugar de criança é na escola".

Após a apresentação do vídeo, Daiane afirmou que além de falta de escola, muitas crianças estavam sem seus direitos básicos assegurados, vivendo situações de vulnerabilidade, como mostraram os dados apresentados pelo Observatório de Saúde na Infância, que evidenciou a vulnerabilidade alimentar de crianças com até 5 anos de idade.

Ressaltou a importância do Conselho Tutelar nesse sentido, sendo esse o órgão encarregado por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos por lei. E apontou para a necessidade de articulação das ações de instituições governamentais e não governamentais para a proteção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Apresentou alguns dados alarmantes sobre as denúncias de violências sofridas pelas crianças no período da pandemia, em Florianópolis, foram mais de 11.000 denúncias recebidas pelo Conselho Tutelar, com aumento nos números de denúncias nos últimos anos. As violações mais recorrentes foram a de negligência e de abandono de menores.

Diante deste contexto ressaltou a necessidade de atendimento não só para a criança, mas para toda família, para que esta pudesse efetivamente proteger a criança. Afirmou que um dos principais desafios na atualidade era fazer a engrenagem da garantia de direitos - formada pelo sistema judiciário, polícia militar, civil e federal, conselhos tutelares, entidades de defesa dos direitos humanos, conselhos dos direitos de crianças e adolescentes e os diversos outros conselhos que atuam na discussão, formulação e controle das políticas públicas, entre outros - funcionar, de forma articulada.

Ao final da sua fala, pediu para todos os conselheiros tutelares se levantarem para receber uma salva de palmas.

Figura 19 - Apresentação do Eixo 2 por Daiane Corrêa



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após a apresentação de Daiane, a delegada Patrícia iniciou sua fala questionando os participantes se sabiam qual era o papel da polícia civil. Falou sobre a função da polícia de prender e de investigar crimes. E ressaltou que a polícia não parou na pandemia. E que a questão mais alarmante neste período foi que muitas crianças e adolescentes estiveram isolados, convivendo de forma mais intensiva com seus agressores.

Mencionou que o crime de estupro virtual - que era o ato de constranger alguém através da ameaça, divulgação de fotos e conteúdos íntimas - aumentou muito do período pandêmico e foi um dos grandes desafios para polícia. Apresentou os canais de denúncia existentes - Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, Delegacias regionais, Disque 181 e WhatsApp da Polícia Civil de Santa Catarina.

Patrícia afirmou que a Polícia tinha desenvolvido várias ações - de investigação, de repressão, de proteção e de prevenção - no enfrentamento às violências contra as crianças e os adolescentes e, nesse sentido, apresentou algumas iniciativas da Polícia como palestras, seminários, conteúdos nas redes sociais, entrevistas nas mídias que visavam prevenir essas violências.

Ressaltou a importância dessas iniciativas da prevenção do enfrentamento à violência. Por fim apresentou alguns Programas desenvolvidos pela Polícia para este fim, a saber:

- a) Programa Conhecer para se Proteger, em parceria com a Secretaria da Educação, que visa prevenir a violência na Internet por meio de oficinas para estudantes do 8º Fundamental ao 3º Médio;
- b) Programa Proteja uma Criança, que objetiva prevenir a violência sexual por meio de palestras, oficinas e espaços de debate e reflexão voltados para crianças, pais e professores.

Figura 20 - Apresentação do Eixo 2 por Patrícia Zimmermann



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Na sequência, foi a vez da pediatra Vanessa Borges Platt fazer sua fala referente ao Eixo 2, sobre o Enfrentamento das Violações e Vulnerabilidades Resultantes da Pandemia da Covid-19. Iniciou sua apresentação ressaltando que era a primeira vez que sua fala acontecia em um local em que o público era o principal interessado.

Destacou o fato de que os profissionais da saúde ficaram pesados no período da pandemia pelo fato de as crianças não estarem indo às escolas e o quanto isso impactou em sua saúde física e emocional.

Apresentou as fases do ciclo de violência - aumento da tensão, ato de violência, arrependimento (reconciliação) - e os fatores de risco como a pobreza, a exclusão, desigualdade social, discriminação racial, de gênero e etnia.

E ressaltou que as crianças não possuíam as ferramentas que os adultos tinham para lidar com o estresse e com a violência e que isso muitas vezes as levava a reproduzir a violência

entre seus colegas. Apontou para o fato preocupante de que, durante a pandemia, muitas crianças e adolescentes tiveram que se isolar junto ao agressor. As vulnerabilidades foram acirradas nesse período, assim como o paradoxo entre ter que se isolar e estar isolado, muitas vezes junto com os agressores, dentro de casa.

Vanessa falou sobre a necessidade de desafogar as emergências e criar centros específicos de atendimento para as crianças e adolescentes. Afirmou que a violência institucional é extremamente danosa, já que a criança e jovem precisam repetir inúmeras vezes, até chegar ao juiz, a violência que viveram, tendo que reviver inúmeras vezes a situação traumática. E finalizou sua apresentação reafirmando a importância do dia 18 de maio, o Dia Nacional de Combate a Violência da Criança e Adolescente.

**Figura 21 - Apresentação do Eixo 2 por Vanessa Platt**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Finalizadas as apresentações do Eixo 2, o professor Eduardo Jara assumiu a palavra e iniciou a apresentação do Eixo 3. Começou sua fala questionando quem da plateia tinha menos de 18 anos e quem já havia ido à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O número de mãos levantadas foi pequeno e o professor concluiu que a maioria não conhecia a UDESC. Reforçou sobre a importância dos adolescentes conhecerem e participarem dos espaços públicos.

Eduardo apresentou a Lei 13.174/2015, referente a finalidade da educação superior, que trouxe a necessidade de desenvolver atividades de extensão que aproximassem os dois níveis escolares. Apresentou também as leis federal e municipal que dispunham sobre a necessidade de inclusão de conteúdos sobre empreendedorismo nos currículos nos da educação básica.

Em seguida, discorreu sobre os conceitos de empreendedorismo, sua relação com inovação e desenvolvimento sustentável, apontando para o fato de que empreender não era simplesmente abrir um negócio, mas sim realizar algo. E falou sobre o desafio que era pensar o empreendedorismo dentro da educação.

Apresentou alguns dados - ranking mundial de letramento financeiro, índice de leitura - que evidenciaram o quanto o Brasil estava muito atrás dos países desenvolvidos em termos de educação.

Diante deste cenário, ressaltou a importância de incentivar um ecossistema empreendedor, planejando ações conjuntas que desenvolvessem essa expertise, necessária para atender as demandas sociais. Nessa direção apresentou o Programa de extensão da UDESC Esag Kids, que tinha como objetivo formar futuros líderes com uma cultura de inovação, empreendedorismo, educação fiscal e gestão de riscos e desastres.

Dentre os eixos do Programa estavam: o empreendedorismo social, o empreendedorismo verde, o empreendedorismo de negócios, o planejamento, a inovação, a liderança virtuosa, a educação fiscal, a gestão de riscos e desastres e a saúde e qualidade de vida.

Trouxe alguns desafios que estavam vivenciando no Programa, como: capacitar multiplicadores, ampliar parcerias, buscar novos fomentos, potencializar ações extensionistas, propagar a cultura da paz e inspirar mais crianças. E ao final ressaltou que a realidade dependia do que cada um enxergava, mas também daquilo que realizava.

**Figura 22 - Apresentação do Eixo 3 por Eduardo Jara**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Fráya, diretora da Marista Escola Social Lucia Mayvorne - também responsável pela apresentação do Eixo 3 - trouxe uma experiência vivenciada pelas crianças e adolescentes na escola. Iniciou sua fala apresentando a Marista Escola Social Lucia Mayvorne com sede no bairro Mont Serrat de Florianópolis, que oferecia educação básica e gratuita para crianças e adolescentes, com um currículo diferenciado, em que a participação da criança e adolescente era uma premissa.

Para bem educar, Fráya salientou que era preciso amor - um amor pelas políticas públicas, pelo bem viver e educar. E que despertar a escuta e o interesse genuíno na criança e adolescente, para que a escola se constitua como espaço coletivo, era um grande desafio.

Neste sentido apresentou o Projeto Iniciativa Cidadã, que nasceu no contexto da escola Marista. Alunos do 4º e 5º ano, elaboraram alguns projetos - a partir dos debates em torno do Direito à Cidade em sala de aula - que foram apresentados a alguns parlamentares municipais numa expedição pedagógica à Câmara de Vereadores.

Um dos exemplos foi o Projeto de Lei, elaborado pela turma do 4º ano, que envolveu a reforma de praças da comunidade. O Projeto foi acolhido por um dos vereadores e foi aprovada a emenda de 200 mil para essa reforma (que segue em tramitação na prefeitura).

Ademais um dos estudantes, também do 4º ano, se destacou e foi inscrito no Programa Vereador Mirim da Câmara Municipal de Florianópolis, que tinha como objetivo a integração da Câmara com os estudantes e contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos, estimulando-os a participar da construção de uma sociedade mais digna. Cada vereador mirim tinha um mentor parlamentar eleito e com cargo de vereador vigente.

Fráya afirmou que a escola Marista acreditava na potência da política feita pelo povo e pelas crianças e adolescentes e que, para tanto, incentivava boas práticas para que, conjuntamente com toda a comunidade escolar, fosse possível construir uma cultura de paz, diálogo e pensamento crítico.

Compartilhou o pensamento de Hannah Arendt "Quem se recusa a assumir a responsabilidade do mundo não deveria ser permitido participar de sua educação[...] A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele[...] é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós." Fráya deixou como mensagem final para as crianças e adolescentes: "empreendam algo que ainda não pensamos".

### Imagem 23 - Apresentação do Eixo 3 por Fráya Cunha



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Ao final da apresentação, Andréa, mediadora, destacou a importância dos processos participativos, das experiências que acontecem nas diferentes instâncias, para além desse espaço da Conferência. Abriu então para perguntas e comentários e alguns adolescentes se pronunciaram.

Uma adolescente sugeriu que em uma próxima Conferência fosse trazido um grêmio estudantil para falar sobre sua participação. Outra adolescente comentou sobre a questão da falta de vagas nas escolas. Outra falou da importância da representatividade. Uma adolescente pediu para delegada explicar mais sobre a violência sexual, o que era considerado violência sexual.

A delegada ressaltou que sempre que nosso corpo fosse tocado sem a anuência, esse era um tipo de violência. E que tudo tinha tempo e idade certa. Que era muito comum pela curiosidade, antecipar etapas, mas que existiam consequências disso. Afirmou que todo ato

sexual entre 0 a 14 anos era considerado por lei, crime de estupro, ainda que fosse consentido. E destacou o quanto muitas crianças perderam sua infância por quererem brincar de "gente grande".

Sua fala gerou algumas dúvidas, sobre a possibilidade ou não dos pais autorizarem o ato sexual. Mas a delegada afirmou veemente que os pais não tinham esse poder de autorizar o ato sexual antes dos 14 anos.

Sobre a violência sexual, uma menina falou sobre a questão da culpabilidade das mulheres "que roupa você estava usando". Um jovem perguntou o que acontecia quando um parente oferecia algo em troca para criança não contar que foi bolinado por ele e a delegada explicou que isso era coação. Outro jovem falou sobre o tema da homofobia e a importância de respeitar as pessoas.

**Figura 24 - Discussão após a apresentação dos Eixos 1, 2 e 3**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após a discussão, Vítor Hugo convidou todos para o Coffee Break, que foi servido no Hotel do restaurante.

**Figura 25 - Coffee Break dia 27 no período da tarde**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após o retorno do Coffee Break (que durou das 16h20 às 17h05), iniciou-se a apresentação dos Eixos 4 e 5. Vítor Hugo convidou novamente Andréa, a mediadora da mesa, a subir ao palco. Convidou também Neylen Bruggemann Bunn Junckes, assistente social da Secretaria de Administração prisional e socioeducativa para apresentar o eixo 4, que tratava da Participação da Sociedade na Deliberação, Execução, Gestão e Controle social de Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico.

Convidou também a professora Heloisa Teles, professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para subir ao palco para fazer a apresentação do eixo

5, sobre A garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes durante e pós-pandemia da covid-19.

Em seguida, passou a palavra para Andréa, que pediu para todos se sentarem. Antes de começar as apresentações dos eixos, Andreia trouxe algumas considerações, que esperava que fossem acolhidas pelo Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente. Se colocou à disposição para conversar posteriormente. Afirmou que ficou preocupada com a condução de algumas discussões acerca dos eixos e que todos os projetos eram importantes, mas que sendo uma Conferência, a apresentação dos Eixos deveria ter como intuito dar uma condução para os trabalhos em torno dos Eixos, que aconteceria na manhã seguinte.

Ressaltou que empreendedorismo não era participação e que a discussão da participação deveria ocorrer por outro viés. Também afirmou que o enfrentamento da questão da violência sexual ocorria de diferentes formas e no caso da polícia civil, por um viés legalista, mas que a discussão da violência sexual tinha também outras abordagens.

Após compartilhar essas reflexões, Andreia passou a palavra para a assistente social Neylen apresentar o eixo 4. Neylen começou sua fala afirmando que todas as demandas trazidas pelas crianças e adolescentes durante o evento eram de responsabilidade dos adultos e que o contexto pandêmico só piorou o que já estava ruim. Crianças e adolescentes deveriam ter sido prioridades absolutas e não foram durante a pandemia e, portanto, é preciso pensar em propostas que façam que eles sejam prioridades absolutas.

Enfatizou o fato de que a Conferência era um espaço de ocupação política essencial para compreender o que é prioridade para as crianças e adolescentes e da importância destes estarem presentes.

Afirmou que os Conselhos municipais foram fortemente impactados pela pandemia e que o contexto pandêmico demonstrou o quanto o fazer política pública, às vezes, servia apenas para ganhar dinheiro. E que formular política pública exigia escuta ativa e conhecimento.

Ressaltou o fato de que não se encontrou dados sobre o que havia sido feito pelo Conselho do último plano decenal e que isso era algo alarmante. A escola não era a única

responsável por manter as crianças e adolescentes bem. Neylen ressaltou que essa deveria ser uma responsabilidade compartilhada entre servidores públicos e sociedade civil organizada.

Trouxe alguns questionamentos para suscitar a reflexão e para nortear a discussão do Eixo no dia 28 de abril: "O que acontece que as crianças não procuram o pessoal do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)? O que acontece com os adultos? Por qual motivo esqueceram que a prioridade absoluta é a criança e o adolescente? Como e de qual forma o período pandêmico afetou o funcionamento dos espaços de participação da sociedade no seu território? Em especial, houve suspensão dos processos de escolha, prorrogação de mandatos, descontinuidade das assembleias dos conselhos de direitos da criança e do adolescente? Como e de qual forma o período pandêmico afetou o funcionamento dos conselhos tutelares no seu território? Quais ações a curto, médio e longo prazo são necessárias para o fortalecimento e consolidação da participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescente?"

Finalizou sua apresentação enfatizando que era preciso pensar em propostas nas quais os adultos se comprometessem com aquilo que público da Conferência havia demandado e deixou uma reflexão: "vivemos no estado com maior número de células neonazistas. Precisamos falar sobre o processo de colonização europeia, seus desdobramentos para enfrentar juntos essa questão".

**Figura 26 - Apresentação do Eixo 4 por Neylen Junckes**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após a fala de Neylen, Heloísa iniciou a apresentação de Eixo 5. Ela agradeceu o convite para participar do evento e afirmou que orçamento, em linhas gerais, era "grana". Trouxe um conto sobre a Burocracia de Galeano.

Depreendeu do conto que muitas orientações eram seguidas sem sabermos o motivo. E falou que o orçamento era algo extremamente burocrático. E lembrou que os direitos das crianças e dos adolescentes tiveram como marco legal a Constituição, que os colocou como prioridades. E que isso significou um avanço das políticas públicas intersetoriais.

Entretanto, para que todo avanço conquistado no campo jurídico-normativo fosse efetivado, era necessário, sobretudo, de orçamento para que fosse possível materializar as normativas em ações concretas. Destacou que avançamos politicamente muito, mas em termos de orçamento, a caminhada ainda era longa. E trouxe algumas reflexões: "será que a estrutura política do país tem priorizado as crianças e adolescentes? Como garantimos

promoção e garantia dos direitos das Crianças e Adolescentes? Que ações são necessárias para garantir recursos para a promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes e reparação das violações aprofundadas na pandemia?"

Falou sobre os fundos estaduais e municipais e que era de lá que vinha o dinheiro para custear os serviços de atendimento. Na área dos direitos das crianças e adolescentes, os repasses ocorriam por meio de transferências fundo a fundo, efetuadas pelo Fundo Nacional dos Direitos da Criança (FNDCA) aos Fundos Estaduais e Municipais de forma regular e automática.

Apresentou o ciclo orçamentário, que tinha o início na elaboração da proposta orçamentária (PPA, LDO, LOA), depois seguia para apreciação legislativa (LDO e LOA) e seguia para execução, controle e avaliação e frisou a importância das Conferências nos ciclos e controle social.

E ressaltou que Florianópolis tinha um Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente vinculado à Assistência Social para fins de funcionamento organizacional, mas que isso era ruim pois a questão das crianças e adolescentes era uma questão intersetorial e que deveria incluir financiamento da rede intersetorial.

Heloisa mencionou que havia várias determinações que incidiam nos limites orçamentários e que era preciso qualificar e potencializar os esforços e ações para execução do orçamento disponível e sua ampliação.

Por fim, trouxe alguns elementos e questões para contribuir para a discussão do dia subsequente: "Que ações são necessárias para garantir a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Art. 4º/ECA)? Como contribuir na desburocratização das parcerias e, conseqüentemente, repasse de recursos para financiamento de projetos? Como fortalecer a rede intersetorial para ampliação da oferta de serviços, programas e projetos na área da criança e do adolescente? Como qualificar o acompanhamento orçamentário do FIA? Como ampliar a captação de recursos para o Fundo Municipal?"

**Figura 27 - Apresentação do Eixo 5 por Heloísa Teles**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Finalizada a apresentação dos Eixos, Vítor Hugo agradeceu novamente a presença de todos e lembrou que a Conferência começaria no dia seguinte às 8h30, com um café de boas vindas e que às 9h15 iniciariam as discussões nos Grupos de Trabalho. Se despediu e desejou um bom descanso e retorno para todos, encerrando assim, às 17h55, o primeiro dia da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Figura 28 - Encerramento do primeiro dia da 11ª Conferência Municipal dos direitos da Criança e do adolescente**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

### 3.3 Dia 28 de Abril - Período Matutino

No dia 28 de abril, o evento teve início às 8h30, quando os participantes foram recebidos no restaurante do Hotel Cambirela com um Coffe Break de boas vindas, que durou até às 9h15, quando todos foram encaminhados para as salas referentes ao Eixo temático que estavam inscritos.

Figura 29 - Coffee Break de boas vindas do dia 28/04



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

As discussões nos Grupos de Trabalho dos Eixos temáticos seguiram até às 12h15, quando foi servido o almoço. A seguir serão apresentadas as sínteses das discussões de cada um dos Grupos de Trabalho.

### 3.3.1 Grupo de Trabalho Eixo Temático 1

**Tema:** Promoção e Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Contexto Pandêmico e Pós-pandêmico

**Coordenador:** Danielle Maria Espezim dos Santos e Fabrícia Luiz Souza

**Relator:** Tamiris da Silva

**Número de participantes:** 35 pessoas (20 adultos, 14 adolescentes e 1 criança)

A discussão teve início com a apresentação dos participantes, de forma que os profissionais da rede relataram nome e área de estudo/atuação e os adolescentes seus nomes, idade, onde estudam e projetos que fazem parte.

A coordenadora Danielle começou apresentando alguns pontos sobre a importância da Conferência Municipal e o significado de conferir direitos. Explanou sobre os serviços e projetos apresentados pelos participantes do eixo e relacionou com os direitos humanos de crianças e adolescentes. Depois, a coordenadora Fabrícia leu as 3 propostas da 10<sup>a</sup> Conferência Municipal de Florianópolis, realizada em 2019, que estão vinculadas ao tema do eixo 1.

Em seguida, foi apresentada a diretriz do plano decenal de 2018, também relacionada ao tema do eixo. Foram pontuados alguns direitos muito presentes e discutidos na sociedade: saúde, educação e assistência social, e apontada a importância de se reconhecer a garantir direitos que são acessados por poucos: esporte, cultura, lazer, habitação e alimentação. Um participante lembrou que, no último ano, aproximadamente 100 crianças morreram de fome em Florianópolis.

Após a explanação das coordenadoras, o grupo foi dividido em 03 subgrupos. Para divisão, como a sala estava com os participantes sentados com proximidade de atuação e faixa etária, as coordenadoras apontando números 1, 2 e 3 fizeram a divisão do grande grupo em subgrupos. Assim, houve participação de adolescentes e adultos nos 3 subgrupos.

Sentados em círculo, os participantes relataram abertamente suas experiências e ideias em cada um dos subgrupos. Todos participaram abertamente de forma dialogada, expondo pontos de vista e fazendo propostas. Por fim, foram apresentadas as propostas elaboradas por cada um dos subgrupos, feita a leitura e defesa da ideia. Abaixo, as propostas elaboradas pelos subgrupos:

1) Melhorar, ampliar e garantir a execução plena dos serviços de saúde, educação e assistência social, com o aumento das equipes, melhores condições de trabalho, formações continuadas, oferta de acolhimento às equipes e criação de mais espaços especializados para promover, prevenir e garantir a saúde, educação, cultura, esporte e lazer, a partir da

efetividade das políticas públicas que de fato faça ser reconhecido o direito a prioridade absoluta;

2) Garantir a escola como um espaço (não só físico) de garantia de direitos, proporcionando discussão, conscientização e enfrentamento as desigualdades, preconceitos e discriminação, fortalecendo esse local com equipes especializadas, espaços também de acolhimento e encaminhamento a rede acompanhando e também garantindo espaços de participação política para a efetivação do papel político pedagógico sendo um braço pleno da garantia de direitos;

3) Efetivar a contratação de profissionais da psicologia e serviço social dentro da atenção básica no município de Florianópolis;

4) Capacitar de forma continuada todos os profissionais das escolas para serem referência e terem escuta qualificada de crianças, adolescentes e suas famílias;

5) Introduzir disciplinas que discutam e avaliem o aprendizado de temas que discutam e avaliem o aprendizado de temas transversais importantes como preconceito, racismo, violência, gênero, sexualidade e educação sexual dentro do currículo escolar municipal;

6) Promover a segurança nas escolas com a desenvolvimento de ações de comunicação não-violenta e educação socioemocional para todos os profissionais na comunidade escolar;

7) Assegurar o acolhimento/atendimento prioritário em saúde mental para crianças e adolescentes.

Ao final foi feita a votação das propostas que seriam levadas para a plenária final.

**Tabela 7 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 1**

N	Propostas Hierarquizadas Eixo 1
1	Efetivar a contratação de profissionais da psicologia e serviço social e capacitação de modo continuado de todos os profissionais das escolas para serem referência e terem escuta qualificada de crianças, adolescentes e suas famílias na educação básica nos municípios.

2	Assegurar o acolhimento e o atendimento prioritário em saúde mental para crianças e adolescentes, proporcionando discussão, conscientização e enfrentamento às desigualdades, preconceitos e discriminação, fortalecendo os serviços com equipes especializadas e espaços de acolhimento.
3	Introduzir disciplinas que discutam e avaliem o aprendizado de temas transversais importantes como preconceito, racismo, violência, gênero, sexualidade e educação sexual dentro do currículo escolar do município;
4	Promover a convivência saudável nas escolas com o desenvolvimento de ações de comunicação não-violenta e educação socioemocional para toda comunidade escolar, ampliando as equipes de saúde mental, educação e assistência social nos respectivos territórios.

**Figura 30 - Grupo de trabalho Eixo 1**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

### 3.3.2 Grupo de Trabalho Eixo Temático 2

**Tema:** Enfrentamento das Violações e Vulnerabilidades Resultantes da Covid-19

**Coordenador:** Daiane Corrêa

**Relator:** Andreia Costa Ambrósio de Jesus

**Número de participantes:** 54 pessoas (34 adultos, 17 adolescentes e 3 crianças)

Inicialmente formou-se um círculo para apresentação dos participantes. Em seguida, a coordenadora apresentou o Plano Plurianual e o relatório da última conferência. Através de slides foram apresentadas as atribuições do Conselho Tutelar. De acordo com os dados apresentados pela coordenadora, verificou-se um aumento de 78% nos casos de violência sexual de 2019 até 2022.

Também houve aumento na evasão escolar de crianças e adolescentes. Apresentaram-se dados relativos ao atendimento às crianças. Por fim, foram abordados os dados de atendimento de crianças e adolescentes na saúde, educação, serviços, acolhimento e trabalho infantil.

Foram debatidas as seguintes pré-propostas:

- 1) Atendimento de crianças e adolescentes sequelados;
- 2) Atendimento de crianças e adolescentes privados da convivência familiar e comunitária devido a covid-19 e feminicídio;
- 3) Atendimento de crianças e adolescentes com ausência de contato a serviços de acolhimento pela suspensão de visitas presenciais e pela falta de equipamentos para manter contato à distância (exclusão digital);
- 4) Atendimento de crianças e adolescentes evadidos ou não matriculados nas escolas, incluindo creche e educação infantil;
- 5) Atendimento de crianças e adolescentes em acolhimento;
- 6) Enfrentamento ao trabalho infantil;
- 7) Atendimento das medidas socioeducativas;

Em seguida, foram formados 5 subgrupos para discussões localizadas, de forma que os participantes de cada grupo pudessem dialogar livremente. Cada subgrupo recebeu um tema para debater:

- 1) Atendimento de crianças e adolescentes fora do convívio social e Atendimento de crianças e adolescentes excluídos do acesso digital;
- 2) Acesso a serviços sociais;
- 3) Atendimento de crianças e adolescentes evadidos da escola;
- 4) Trabalho Infantil;
- 5) Atendimento de crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

Ao fim foram formuladas as propostas apresentadas abaixo para o Eixo 2.

**Tabela 8 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 2**

<b>N</b>	<b>Propostas Hierarquizadas Eixo 2</b>
<b>1</b>	Garantir direitos linguísticos por meio de ações que possibilitem o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência nos serviços públicos (SCFV, escolas, assistência social, saúde) e ampliação da rede de atendimento dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social de crianças e adolescentes nos territórios em que vivem para a garantia do direito ao convívio comunitário. Possibilitar acessibilidade digital: equipar escolas, casas de acolhimento, SCFV com serviços de internet e equipamentos de informática para permitir acesso aos estudos, contato com familiares, amigos e outros serviços. Em contrapartida, ofertar pontos de acesso digital à população com equipamentos e monitor capacitado para orientação à população, por exemplo: CRAS, escola e PAEFI.
<b>2</b>	Para prevenção e promoção dos direitos da criança e do adolescente: ampliar equipes técnicas dos CRAS e CREAS, com profissionais concursados, oferecendo capacitação continuada, bem como ampliar a oferta de SCFV para crianças e adolescentes em toda a cidade, principalmente para a faixa etária dos 14 anos com oferta de renda para os adolescentes. E, implementar nas UBS equipe de saúde mental e equipe médica para crianças e adolescentes, ampliar equipe do CAPSi e também ampliar a equipe do EMAESM. Que seja garantido no orçamento a Lei Nacional n. 13935/2019 e a Lei

	<p>Estadual n. 18354/2022 prevendo os profissionais do Serviço Social e Psicologia na rede de ensino. E, criação do quinto conselho tutelar.</p>
<p><b>3</b></p>	<p>Maior divulgação do que é o trabalho infantil na rede de serviços, pensando saúde, educação e assistência social, estimulando e reivindicando a participação da gerência do PETI nesse processo de prevenção também junto as famílias. Dialogando sobre o novo ensino médio entre PETI e Sec. de Educação em relação aos impactos na empregabilidade dos adolescentes. Processo de ampliação de projetos/programas de transferência de renda, benefícios socioassistenciais, geração de trabalho e renda.</p>

**Proposta de moção:**

Que o programa da família acolhedora seja amplamente divulgado na imprensa. Com objetivo de buscar famílias que tenham interesse em acolher adolescentes, que sejam prioridade no atendimento pelo programa da família acolhedora, tendo em vista a idade e a dificuldade de um processo de adoção.

Figura 31 - Grupo de Trabalho Eixo 2



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

### 3.3.3 Grupo de Trabalho Eixo Temático 3

**Coordenador:** Fráya Cunha

**Relator:** Fany Sales

**Tema:** Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e pós-pandemia.

**Número de participantes:** 52 pessoas (31 adultos, 17 adolescentes e 4 crianças)

Primeiro, foi feita uma explicação sobre o tema da conferência, com a apresentação da metodologia de trabalho logo em seguida. Foram apresentadas diversas questões a serem respondidas pelos grupos, bem como as propostas que foram aprovadas na conferência de 2019.

Também foram demonstrados os objetivos estratégicos presentes no plano decenal de Florianópolis 2018, assim como os aspectos e as respostas da pré-conferência (o que deveria diminuir e eliminar/ ampliar e criar). A apresentação foi feita por slides.

Para a discussão foram formados 5 grupos de até 10 pessoas. Todos dialogaram livremente e deram ideias para responder às demandas. Ao final foram votadas as propostas que seriam levadas para a plenária final.

**Tabela 9 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 3**

N	Propostas Hierarquizadas Eixo 3
1	Criação e manutenção dos grêmios estudantis nos espaços escolares e demais instituições que atendem crianças e adolescentes, favorecendo a participação, atuação, escuta desses atores e contribuindo com a conexão e aderência dos adultos às pautas levantadas pelas crianças e adolescentes.
2	Garantir a presença das crianças e adolescentes com cadeira no CMDCA e CEDCA, com equiparação de quantidade com adultos.
3	Garantir a formação dos trabalhadores escolares, em especial os docentes, na temática da participação infantojuvenil e nas demais temáticas que dizem respeito ao desenvolvimento das crianças e adolescentes e as demandas trazidas e apresentadas por eles (saúde mental, avaliação 360º, escola restaurativa, mediação de conflitos, infâncias e adolescências etc)

Figura 32 - Grupo de trabalho Eixo 3



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

### 3.3.4 Grupo de Trabalho Eixo Temático 4

**Coordenador:** Neylen Bruggemann Bunn Junckes

**Relator:** Mirela Kamile Augusta Siqueira

**Tema:** Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico.

**Número de participantes:** 44 pessoas (21 adultos, 16 adolescentes e 7 crianças)

Foram apresentadas informações sobre a importância das crianças e adolescentes na sociedade. Após, foi feita uma breve apresentação de todos, no qual o tema do eixo foi apresentado e discutido pelos participantes. Foram identificadas demandas existentes e pontuadas as questões para reduzir, eliminar, elevar e criar. Foi utilizado slide como material de apresentação.

Surgiram questionamentos dos adolescentes quanto ao ID jovem (Programa de Auxílio ao Estudante de 15 à 29 anos); dúvidas sobre o aborto expostas por uma estudante; sendo também questionado quantos dos adolescentes presentes fazem parte do grêmio estudantil em suas respectivas escolas. Foi formado apenas 1 grupo, sendo que todos puderam dialogar livremente.

Ao final foram votadas as propostas que seriam levadas para a plenária final.

**Tabela 10 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 4**

<b>N</b>	<b>Proposta Hierarquizadas Eixo 4</b>
<b>1</b>	Garantir e fazer valer a Lei 13.935/2019, referente a obrigatoriedade de assistente social e psicólogos nas escolas.
<b>2</b>	Garantir psicólogos suficientes para as demandas existentes nas unidades básicas de saúde.
<b>3</b>	Aprovação da Lei em discussão referente aos grêmios estudantis e o devido fortalecimento do grêmio estudantil nas escolas

Figura 33 - Grupo de Trabalho Eixo 4



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

### 3.3.5 Grupo de Trabalho Eixo Temático 5

**Coordenador:** Vânia Souto

**Relator:** Valéria Santos Lesnik Arisi

**Tema:** Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes durante e pós pandemia da Covid 19

**Número de participantes:** 48 pessoas (25 adultos, 17 adolescentes e 6 crianças)

A coordenadora Vânia apresentou sobre o agravamento da situação das crianças e adolescentes durante a pandemia. Explicou ainda que os dados sanitários da pandemia estão controlados e estão numa situação melhor, porém, os impactos ainda serão vividos por muitos anos.

Ressaltou que, neste eixo em específico, precisarão focar nos gastos em relação aos impactos deixados neste pós pandemia. Durante a pandemia, houve muitos recursos disponibilizados pelo governo, contudo, no pós pandemia estes recursos estão mais escassos.

Gastos com saúde pública também, pois muitas crianças ficaram com sequelas graves em decorrência do período de isolamento, tanto de saúde física, quanto psíquica.

Dois pontos que esse grupo precisaria focar:

a) Recurso geral (orçamento que se precisa, já que Estado e União não repassam recursos para esta finalidade);

b) FIA – Fundo que fica numa conta específica, advindo de imposto de renda e doações.

Em todo momento foi discutido no grande grupo, não houve divisão em subgrupos. A primeira ideia de proposta veio do assunto debatido pelos adolescentes na pré-conferência, em relação a algum projeto que possa ser criado para transporte que possa ser custeado pelo FIA.

Ao final foram votadas as propostas que seriam levadas para a plenária final.

**Tabela 11 - Propostas do Grupo de Trabalho do Eixo 5**

N	Proposta Hierarquizadas Eixo 5
1	<p><b>Fundo para Infância e Adolescente:</b></p> <p>Desburocratizar o acesso e facilitar a prestação de contas em relação ao fundo; Ampliação de profissionais de apoio ao fundo da infância; Capacitação das entidades para apresentar projetos e prestação de contas; Lançamentos de novos editais gov e não gov (exemplo de projeto inovador: criação de oficinas complementares nas escolas, com garantia de transporte gratuito para os participantes); Desenvolvimento de campanhas efetivas, para fomentar e ampliar arrecadação de imposto de renda, buscando atingir o potencial que o município tem; Alteração da legislação para que a arrecadação do imposto de renda seja permitida no modo simplificado.</p>

<p><b>2</b></p>	<p><b>Orçamento municipal e estadual:</b></p> <p>Garantia e ampliação de recursos para minimizar os impactos pós pandemia, em especial no atendimento de saúde mental (APS e CAPSi), nos serviços especializados (psiquiatria, neuropediatra, fonoaudiólogos, etc...), bem como a oferta de vagas escolares (ensino infantil, fundamental e médio) próximo das residências, em escolas com qualidades (inclusive estrutura); oferta de serviços de convivência para adolescentes acima de 15 anos; também garantia do aumento de oferta de atendimento nos serviços do CREAS e CRAS com a contratação de profissionais do serviço social e da psicologia, para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e/ou violações de direito, ou ainda, em situação de vulnerabilidade, com a realização de concursos públicos para as áreas de saúde, educação e assistência social, e que os procedimentos administrativos/financeiros que envolvam o atendimento de crianças e adolescentes, sejam tratados com prioridade diante da administração pública.</p>
<p><b>3</b></p>	<p><b>Garantia da participação do CMDCA na aprovação orçamentária:</b></p> <p>Construção de orçamento de forma participativa, garantindo o princípio da prioridade absoluta; envio da proposta orçamentária para o CMDCA aprovar, a efetivação do orçamento criança (OCA) anualmente, o respeito à legislação, no que tange ao artigo 136, IX do ECA, garantindo a participação do conselho tutelar no assessoramento da elaboração orçamentária, e que este seja construído a partir de dados e informações da realidade municipal.</p>

Figura 34 - Grupo de Trabalho Eixo 5



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

### 3.4 Dia 28 de Abril - Período Vespertino

Os trabalhos no período da tarde do dia 28 de abril iniciaram por volta das 13h15, quando os participantes se encaminharam para o Auditório principal. A mestre de cerimônias do segundo dia do evento, Juliane da Silva Severo, estudante do Centro Cultural Escrava Anastácia, convidou a adolescente Mikaely para apresentar uma poesia autoral.

**Figura 35 - Mikaely recitando poesia de sua autoria**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após a apresentação, Juliane chama ao palco o Coral infantil da Guarda Municipal, Vozes do Arvoredo (com estudantes da Escola Básica Municipal Herondina Medeiros Zeferino, no bairro Ingleses) para fazer sua apresentação.

**Figura 36 - Apresentação do Coral Vozes do Arvoredo**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Finalizada a apresentação do Coral, Juliane agradeceu a Guarda Municipal. Pediu a todos que respondessem ao formulário de avaliação do evento, que poderia ser acessado via QRCode que estava sendo projetado na tela, ou então pelos formulários impressos disponíveis na mesa ao lado do palco. E que quem não tivesse celular deveria buscar alguém da equipe organizadora do evento para ajudar.

Na sequência, convidou a presidente do Conselho, Renata Pereira, para dar um recado. Renata falou sobre as sedes do Conselho tutelar no município de Florianópolis e ressaltou que o Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente está abrindo 20 vagas para conselheiros. Quem desejasse fazer parte, deveria se inscrever.

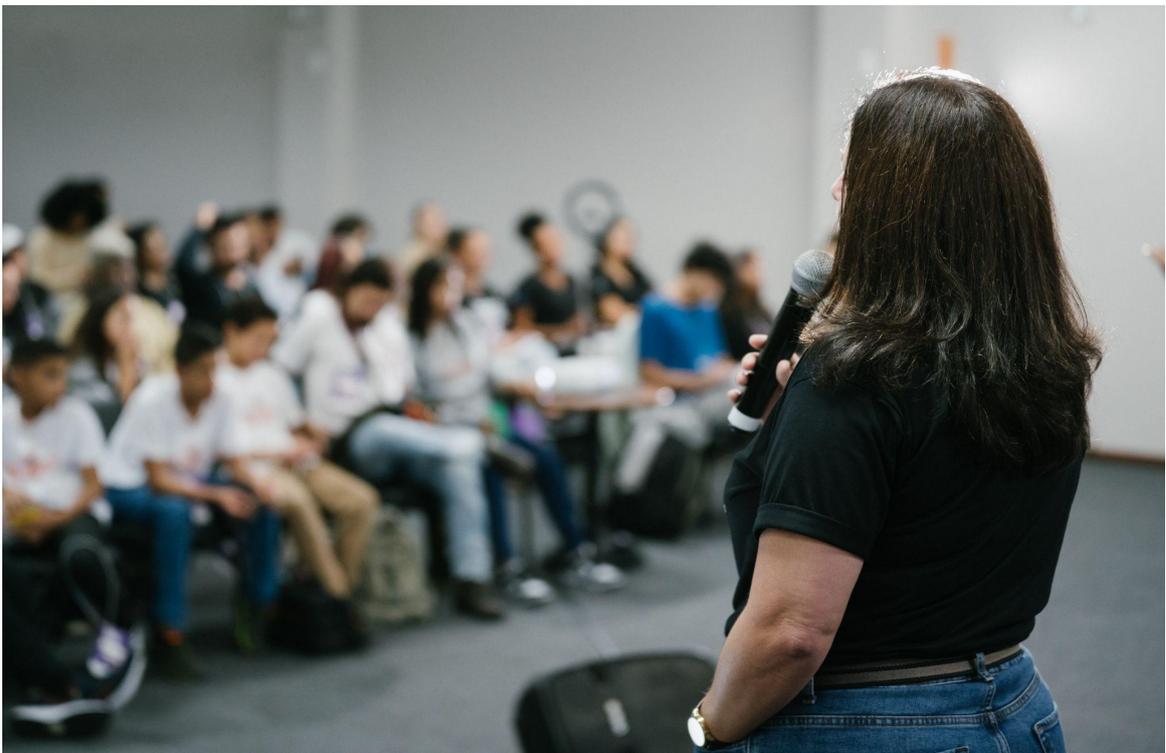
Dado o recado, Danielle Espezim foi convidada a subir ao palco para conduzir a votação das propostas elaboradas pelos Grupos do Trabalho no período da manhã, um importante momento do evento. Danielle iniciou sua fala chamando a atenção para a importância da

votação, haja vista que as propostas mais votadas seriam encaminhadas para a próxima etapa, que seria a Conferência Estadual dos direitos da Criança e do Adolescente que acontece em agosto.

Explicou que depois da leitura de todas as propostas elaboradas pelos GT's, a mesa organizadora (que ficava ao lado do palco) receberia os destaques. E que existiam três tipos de destaques: os que supressão (para tirar, excluir algo), de aglutinação (para somar duas propostas) e de complementação (para complementar as propostas). Ao final da votação seria feita a hierarquização para chegar às propostas mais votadas de cada eixo, que seriam levadas para a etapa estadual. Ou seja, para cada um dos 5 eixos, havia uma proposta que seria levada para a Conferência Estadual.

Feitas estas esclarecimentos, Danielle começou a leitura das propostas.

**Figura 37 - Leitura das propostas elaboradas pelos Grupos de Trabalho dos Eixos**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Finalizada a leitura, Danielle abriu para os destaques e orientou que quem desejasse fazer algum destaque deveria se dirigir a mesa organizadora com a sua proposta. Foi dado 20 minutos para que os participantes pudessem inscrever seus destaques, que ao final, seriam apresentados e votados.

Passado esse período, Danielle pediu para que todos voltassem aos seus lugares e que fosse projetada as propostas e os destaques no telão. Na proposta 1 do eixo 1 - Efetivar a contratação de profissionais da psicologia e serviço social e capacitação de modo continuado de todos os profissionais das escolas para serem referência e terem escuta qualificada de crianças, adolescentes e suas famílias na educação básica nos municípios - foi realizado um destaque de supressão. O destaque foi levado a votação e a plenária decidiu por manter a proposta 1 do eixo 1.

O segundo destaque propunha aglutinar a proposta 1 do eixo 1 a proposta 2 dos eixos 2 e proposta 1 do eixo 4 para se ter um texto único falando da contratação de profissionais qualificados. Nesse sentido foi feita também a proposta de aglutinar todo o texto da proposta 2 do eixo 2 com a proposta 1 do eixo 1. Foi aberta a votação e a plenária decidiu por manter a proposta 1 do eixo 1 do jeito que estava.

Foi feito um destaque de supressão na proposta 4 do Eixo 1, por já estar contemplada nas propostas do Eixo 2. O destaque foi votado e acatado pela plenária.

Na proposta 2 do eixo 2 - Para prevenção e promoção dos direitos da criança e do adolescente: ampliar equipes técnicas dos CRAS e CREAS, com profissionais concursados, oferecendo capacitação continuada, bem como ampliar a oferta de SCFV para crianças e adolescentes em toda a cidade, principalmente para a faixa etária dos 14 anos com oferta de renda para os adolescentes. E, implementar nas UBS equipe de saúde mental e equipe médica para crianças e adolescentes, ampliar equipe do CAPSi e também ampliar a equipe do EMAESM. Que seja garantido no orçamento a Lei Nacional n. 13935/2019 e a Lei Estadual n. 18354/2022 prevendo os profissionais do Serviço Social e Psicologia na rede de ensino. E, criação do quinto conselho tutelar - foi feito um destaque de acréscimo, que propunha acrescentar "acima de 14 anos". A plenária, por meio da votação, aceitou a inclusão.

Foi feita também a proposta de transformar em uma quarta proposta o segundo parágrafo da proposta 1 do eixo 2. Foi aberta a votação e a plenária aprovou a proposta.

Na proposta 1 do eixo 3 - Criação e manutenção dos grêmios estudantis nos espaços escolares e demais instituições que atendem crianças e adolescentes, favorecendo a participação, atuação, escuta desses atores e contribuindo com a conexão e aderência dos adultos às pautas levantadas pelas crianças e adolescentes - foi feito um destaque de supressão da palavra atores e acréscimo da palavra sujeitos de direito. A proposta foi levada para votação e foi aprovada. Ademais, foi sugerido especificar melhor o texto. A proposta foi votada e foi acatada pela plenária. Na proposta 2 do eixo 3 foi sugerido incluir uma explicação ao final do parágrafo. A sugestão foi votada e aceita pela plenária.

No eixo 4 foi feita uma proposta de aglutinação da proposta 2, com a proposta 1 do eixo 1 (deixando a proposta no eixo 1). Em seguida foi retirado o pedido de aglutinação.

Por volta das 16h foi encerrada a votação dos destaques. Danielle pediu para que as propostas, já com todas as alterações realizadas, fossem projetadas no telão para começar o processo de hierarquização. Explicou que cada integrante da plenária deveria votar na proposta que considerasse mais relevante de cada eixo (e que desejasse levar para a etapa estadual) e que seria possível votar em mais de uma proposta.

Foi iniciada a leitura e votação de cada uma das propostas. Abaixo a tabela com o resultado final da votação.

**Tabela 12 - Resultado da votação das propostas dos Eixos temáticos**

<b>E I XO</b>	<b>N</b>	<b>Proposta</b>	<b>Competência</b>	<b>VOTOS</b>
<b>1</b>	1	Efetivar a contratação de profissionais da psicologia e serviço social e capacitação de modo continuado de todos os profissionais das escolas para serem referência e terem escuta qualificada de crianças, adolescentes e suas famílias na educação básica nos municípios.	Municipal e Estadual	117

	2	Assegurar o acolhimento e o atendimento prioritário em saúde mental para crianças e adolescentes, proporcionando discussão, conscientização e enfrentamento às desigualdades, preconceitos e discriminação, fortalecendo os serviços com equipes especializadas e espaços de acolhimento.	Municipal, Estadual e Federal	36
	3	Introduzir disciplinas que discutam e avaliem o aprendizado de temas transversais importantes como preconceito, racismo, violência, gênero, sexualidade e educação sexual dentro do currículo escolar do município.	Municipal e Estadual	64
<b>E I XO 2</b>	<b>N</b>	<b>Proposta</b>	<b>Competência</b>	
	1	Garantir direitos linguísticos por meio de ações que possibilitem o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência nos serviços públicos (SCFV, escolas, assistência social, saúde) e ampliação da rede de atendimento dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social de crianças e adolescentes nos territórios em que vivem para a garantia do direito ao convívio comunitário.	Municipal, Estadual e Federal	26
	2	Para prevenção e promoção dos direitos da criança e do adolescente: ampliar equipes técnicas dos CRAS e CREAS, com profissionais concursados, oferecendo capacitação continuada, bem como ampliar a oferta de SCFV para crianças e adolescentes em toda a cidade, principalmente para a faixa etária acima dos 14 anos com oferta de renda para os adolescentes. E, implementar nas UBS equipe de saúde mental e equipe médica para crianças e adolescentes, ampliar equipe do CAPSi e também ampliar a equipe do EMAESM. Que seja garantido no orçamento a Lei Nacional n. 13935/2019 e a Lei estadual n. 18354/2022 prevendo os profissionais do Serviço Social e Psicologia na rede de ensino. E, criação do quinto conselho tutelar.	Municipal, Estadual e Federal	84

	3	<p>Maior divulgação do que é o trabalho infantil na rede de serviços, pensando saúde, educação e assistência social, estimulando e reivindicando a participação da gerência do PETI nesse processo de prevenção também junto as famílias. Dialogando sobre o novo ensino médio entre PETI e Sec. de Educação em relação aos impactos na empregabilidade dos adolescentes. Processo de ampliação de projetos/programas de transferência de renda, benefícios socioassistenciais, geração de trabalho e renda.</p>	<p>Municipal, Estadual e Federal</p>	37
	4	<p>Possibilitar acessibilidade digital: equipar escolas, casas de acolhimento, SCFV com serviços de internet, equipamentos de informática para permitir acesso aos estudos, contato com familiares, amigos e outros serviços. Em contrapartida, ofertar pontos de acesso digital à população com equipamentos e monitor capacitado para orientação à população, por exemplo: CRAS, escola e PAEFI.</p>		22
<b>E I XO 3</b>	<b>N</b>	<b>Proposta</b>	<b>Competência</b>	
	1	<p>Criação e manutenção dos grêmios estudantis, bem como aprovação de leis referentes aos grêmios estudantis e seu fortalecimento nos espaços escolares e demais instituições que atendem crianças e adolescentes, favorecendo a participação, atuação, escuta desses sujeitos de direito e contribuindo com a conexão e aderência dos adultos às pautas levantadas pelas crianças e adolescentes.</p>	<p>Municipal, Estadual e Federal</p>	69
	2	<p>Garantir a presença das crianças e adolescentes com cadeira no CMDCA e CEDCA, com equiparação de quantidade com adultos. Entende-se que a equiparação é a forma mais efetiva de garantir um balanceamento das possibilidades reais das crianças e adolescentes de disputarem as questões nos conselhos.</p>	<p>Municipal, Estadual e Federal</p>	39

	3	Garantir a formação dos trabalhadores escolares, em especial os docentes, na temática da participação infantojuvenil e nas demais temáticas que dizem respeito ao desenvolvimento das crianças e adolescentes e as demandas trazidas e apresentadas por eles (saúde mental, avaliação 360º, escola restaurativa, mediação de conflitos, infâncias e adolescências etc).	Municipal, Estadual e Federal	7
	4	Fomentar a criação dos grêmios estudantis, conselhos de líderes e demais associações autônomas juvenis, nos espaços escolares e demais instituições que atendem crianças e adolescentes pelo CMDCA e CEDCA, favorecendo a participação, atuação, escuta desses atores e contribuindo com a conexão e aderência dos adultos às pautas levantadas pelas crianças e adolescentes. Para a efetivação é fundamental a existência de legislação que preveja o envio de materiais e manuais, assim como: visitas e consultorias para a efetivação da criação desses grêmios, conselhos e associações.		49
<b>E I XO 4</b>	<b>N</b>	<b>Proposta</b>	<b>Competência</b>	
	1	Garantir e fazer valer a Lei 13935/2019 referente a obrigatoriedade de assistente social e psicólogos nas escolas.	Estadual	84
	2	Garantir psicólogos suficientes para as demandas existentes nas unidades básicas de saúde.	Federal	26
	3	Aprovação da Lei que está em discussão referente aos grêmios estudantis e o fortalecimento do Grêmio estudantil nas escolas.	Estadual	38
<b>E I</b>	<b>N</b>	<b>Proposta</b>	<b>Competência</b>	

<b>XO 5</b>	1	<p><b>Fundo para Infância e Adolescente:</b></p> <p>Desburocratizar o acesso e facilitar a prestação de contas em relação ao fundo; Ampliação de profissionais de apoio ao fundo da infância; Capacitação das entidades para apresentar projetos e prestação de contas; Lançamentos de novos editais gov e não gov (exemplo de projeto inovador: criação de oficinas complementares nas escolas, com garantia de transporte gratuito para os participantes); Desenvolvimento de campanhas efetivas, para fomentar e ampliar arrecadação de imposto de renda, buscando atingir o potencial que o município tem; Alteração da legislação para que a arrecadação do imposto de renda seja permitida no modo simplificado.</p>	Municipal, estadual e nacional	31
	2	<p><b>Orçamento municipal e estadual:</b></p> <p>Garantia e ampliação de recursos para minimizar os impactos pós pandemia, em especial no atendimento de saúde mental (APS e CAPSi), nos serviços especializados (psiquiatria, neuropediatria, fonoaudiólogos, etc...), bem como a oferta de vagas escolares (ensino infantil, fundamental e médio) próximo das residências, em escolas com qualidades (inclusive estrutura); oferta de serviços de convivência para adolescentes acima de 15 anos; também garantia do aumento de oferta de atendimento nos serviços do CREAS e CRAS com a contratação de profissionais do serviço social e da psicologia, para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e/ou violações de direito, ou ainda, em situação de vulnerabilidade, com a realização de concursos públicos para as áreas de saúde, educação e assistência social, e que os procedimentos administrativos/financeiros que envolvam o atendimento de crianças e adolescentes, sejam tratados com prioridade diante da administração pública.</p>	Municipal e estadual	82

3	<p>Garantia da participação do CMDCA na aprovação orçamentária:</p> <p>Construção de orçamento de forma participativa, garantindo o princípio da prioridade absoluta; envio da proposta orçamentária para o CMDCA aprovar, a efetivação do orçamento criança (OCA) anualmente, o respeito à legislação, no que tange ao artigo 136, IX do ECA, garantindo a participação do conselho tutelar no assessoramento da elaboração orçamentária, e que este seja construído a partir de dados e informações da realidade municipal.</p>	Municipal	19
---	---	-----------	----

Finalizada a votação, foi projetado no telão o documento com as propostas que seriam encaminhadas para a Conferência estadual em destaque, a saber:

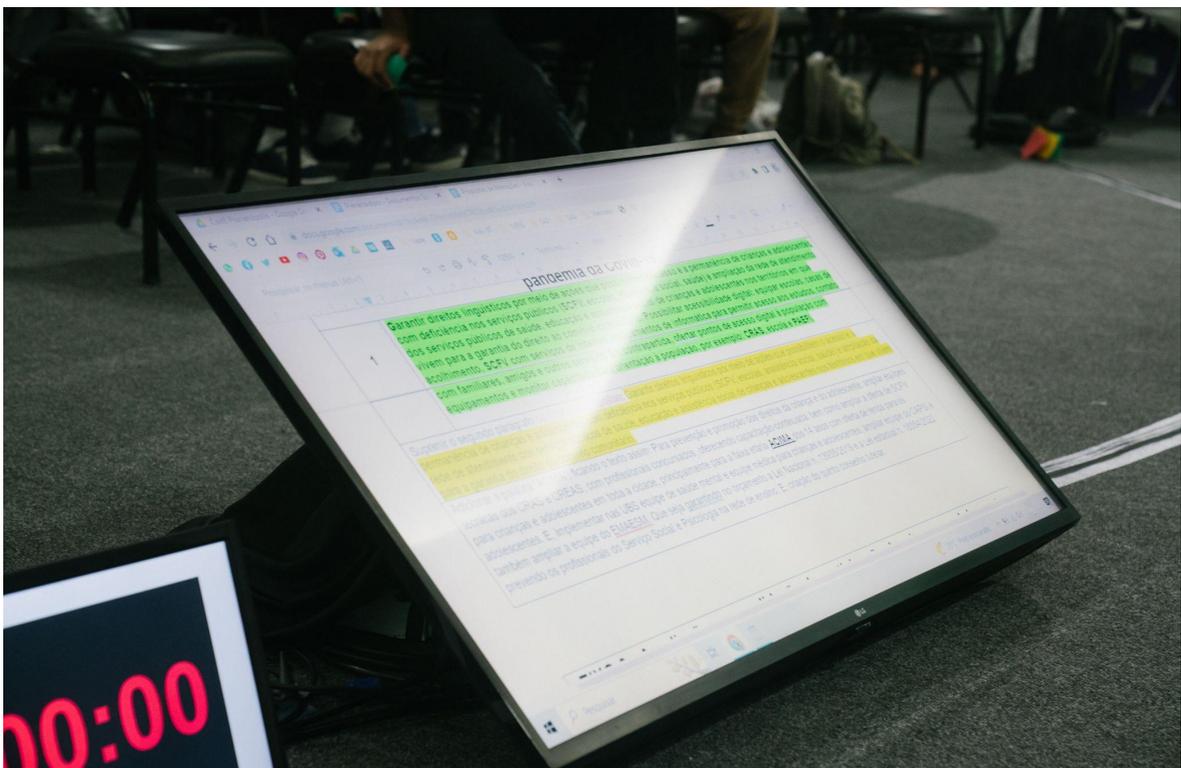
**Tabela 13 - Propostas que serão levadas para Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**

E I XO 1	Proposta	Competência
E I XO 2	<p>Efetivar a contratação de profissionais da psicologia e serviço social e capacitação de modo continuado de todos os profissionais das escolas para serem referência e terem escuta qualificada de crianças, adolescentes e suas famílias na educação básica nos municípios.</p>	Municipal e Estadual
E I XO 2	<p>Para prevenção e promoção dos direitos da criança e do adolescente: ampliar equipes técnicas dos CRAS e CREAS, com profissionais concursados, oferecendo capacitação continuada, bem como ampliar a oferta de SCFV para crianças e adolescentes em toda a cidade, principalmente para a faixa etária acima dos 14 anos com oferta de renda para os adolescentes. E, implementar nas UBS equipe de saúde mental e equipe médica para crianças e adolescentes, ampliar equipe</p>	Municipal, Estadual e Federal

	do CAPSi e também ampliar a equipe do EMAESM. Que seja garantido no orçamento a Lei Nacional n. 13935/2019 e a Lei estadual n. 18354/2022 prevendo os profissionais do Serviço Social e Psicologia na rede de ensino. E, criação do quinto conselho tutelar.	
<b>E I XO 3</b>	<b>Proposta</b>	<b>Competência</b>
	Criação e manutenção dos grêmios estudantis, bem como aprovação de leis referentes aos grêmios estudantis e seu fortalecimento nos espaços escolares e demais instituições que atendem crianças e adolescentes, favorecendo a participação, atuação, escuta desses sujeitos de direito e contribuindo com a conexão e aderência dos adultos às pautas levantadas pelas crianças e adolescentes.	Municipal, Estadual e Federal
<b>E I XO 4</b>	<b>Proposta</b>	<b>Competência</b>
	Garantir e fazer valer a Lei 13935/2019 referente a obrigatoriedade de assistente social e psicólogos nas escolas.	Estadual
<b>E I XO 5</b>	<b>Proposta</b>	<b>Competência</b>
	Orçamento municipal e estadual:  Garantia e ampliação de recursos para minimizar os impactos pós pandemia, em especial no atendimento de saúde mental (APS e CAPSi), nos serviços especializados (psiquiatria, neuropediatra, fonoaudiólogos, etc...), bem como a oferta de vagas escolares (ensino infantil, fundamental e médio) próximo das residências, em escolas com qualidades (inclusive estrutura); oferta de serviços de convivência para adolescentes acima de 15 anos; também garantia do aumento de oferta de atendimento nos serviços do CREAS e CRAS com a contratação de profissionais do serviço social e da psicologia, para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e/ou violações de direito, ou ainda, em situação de	Municipal e estadual

vulnerabilidade, com a realização de concursos públicos para as áreas de saúde, educação e assistência social, e que os procedimentos administrativos/financeiros que envolvam o atendimento de crianças e adolescentes, sejam tratados com prioridade diante da administração pública.

Figura 38 - Propostas apresentadas em destaque



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Finalizada a hierarquização das propostas, Danielle passou a palavra para Renata, presidente do Conselho, para que fosse iniciada a votação para escolha dos delegados que iriam representar o município da Conferência Estadual. Renata subiu ao palco, ressaltou a importância de ser um representante e informou que quem não estivesse presente na plenária, não poderia ser votado.

Iniciou com a votação para o segmento adolescente. Chamou ao palco as candidatas Debhora Cristina Berns, Mikaely Maria da Silva, Ana Beatriz de Souza dos Santos, Yasmin Nicole Vieira, Maria Eduarda Ramos, Emilly do Amaral, Heloise Vitória de Jesus. Informou também que cada uma das candidatas teria dois minutos para se apresentar e apresentar suas propostas.

Ao final da apresentação de cada candidata, foi aberta a votação. Danielle explicou que a categoria crianças não teve inscrições, portanto a segunda candidata mais votada assumiria como delegada da categoria crianças, a terceira assumiria como suplente da categoria adolescente e a quarta, como suplente da categoria criança. E explicou que na ausência de titular, a suplente assumiria como representante.

Depois da explicação foi iniciada a votação. Maria Eduarda recebeu 30 votos, Emilly 50 votos, Heloise 25 votos, Ana Beatriz 40 votos, Débhora 32 votos, Yasmin 18 votos e Mikaely 109 votos. Finalizada a votação, Renata declarou o nome das representantes eleitas. Mikaely, portanto, foi eleita a delegada do segmento adolescente, tendo como suplente Ana Beatriz. E Emily ficou eleita como delegada do segmento criança, tendo como suplente Debhora.

**Figura 39 - Candidatas a delegadas segmento adolescente**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Renata agradeceu às candidatas e pediu uma salva de palmas. Deu início a escolha de delegado para Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Chamou ao palco os dois candidatos inscritos, Malu Alves Batista Mendes e Adirson Bernardes. Como eram só dois candidatos, sendo duas vagas de delegados - uma para representante governamental e outra não governamental - e ambos preencheram os quesitos, Danielle pediu palmas para verificar se os mesmos seriam aclamados pela plenária. Os dois foram aclamados, Malu como representante não governamental e Adirson como representante governamental.

Renata deu andamento a votação para delegado da categoria participantes livres. Convidou para subir ao palco os candidatos Gilberto Rateke, Maria Angela Mezzetti, Jonny Lucas de Souza, Caroline Stefany, Claudia Santos Ramos e Alawara Beatriz dos Santos. Cada

um dos candidatos fez a sua apresentação e ao final, Renata destacou que conforme Regimento Interno aprovado, havia a obrigatoriedade de uma pessoa com deficiência para uma das vagas e Carol e Claudia eram candidatas surdas. Foi feita a votação para delegada da vaga destinada a pessoa com deficiência. Carol recebeu 53 votos e Cláudia 81 votos. Cláudia, portanto, foi eleita delegada e Carol, suplente.

Renata abriu a votação para a outra vaga de delegado. Alawara recebeu 55 votos, Jonny 43 votos, Maria Angela 21 votos e Gilberto 42 votos. Renata declarou que Alawara foi eleita como delegada da categoria livre e Jonny suplente.

Finalizada a eleição, Renata pediu para os participantes continuarem presentes e para os delegados se reunirem para foto.

**Tabela 14 - Delegados eleitos**

<b>Categoria</b>	<b>Delegados</b>
Adolescente morador de Florianópolis (não pode completar 18 anos até novembro de 2023)	Mikaely Maria da Silva (delegada) e Ana Beatriz de Souza dos Santos (suplente)
Criança moradora de Florianópolis (não pode completar 12 anos até novembro de 2023)	Emilly do Amaral (delegada) e Debhora Cristina Berns (suplente)
Conselheiros do CMDCA (1 governamental e 1 não governamental)	Malu Alves Batista Mendes (não governamental) e Adirson Olavo Bernardes (governamental)
Participantes livres	Claudia Santos Ramos (delegada para vaga de pessoa com deficiência) e Caroline Stefany da Silva (suplente para vaga de pessoa com deficiência); Alawara Beatriz dos Santos (delegada) e Jonny Lucas de Souza (suplente)

Figura 40 - Delegados eleitos



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Após a eleição dos delegados, Danielle deu início a leitura das moções. Explicou que as moções são manifestações que podem ser de repúdio, de apoio e de recomendação e que ela faria a leitura e, ao final, abria para votação. Deu início a leitura das moções.

A primeira foi destinada à Secretaria Municipal de Assistência Social e era de recomendação. Dizia o texto "que o Programa de família acolhedora seja amplamente divulgado na imprensa, com objetivo de buscar famílias que tenham interesse em acolher adolescentes, que sejam prioridade no atendimento do Programa da Família Acolhedora, tendo em vista a idade e a dificuldade de um processo de adoção". Finalizada a leitura, Danielle abriu para votação e a moção foi aprovada pela plenária.

Iniciou a leitura da segunda moção, de apoio, destinada ao Poder Judiciário e Ministério Público. "Implementação de Programas de atenção a homens autores de violência

para encaminhamento da rede de Proteção, em resposta e prevenção das violências apontadas na Pré-Conferência por crianças e adolescentes". A moção também foi aprovada pela plenária.

Danielle deu encaminhamento a leitura da terceira moção, de recomendação, destinada à Câmara de Vereadores. "Os participantes da 11<sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente recomendam que as emendas impositivas priorizem o atendimento a crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente". A moção foi aprovada pela plenária.

Foi iniciada a leitura da quarta moção, de recomendação, destinada à Câmara Municipal de Vereadores. Dizia o texto "Aprovar recursos na LOA, na pasta de Assistência Social, para a criação, instalação e estruturação do 5º Conselhos Tutelar, cuja ação consta na LDO". A moção foi aprovada pela plenária.

Danielle leu a quinta moção, de repúdio, destinada à Secretaria de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Segundo o texto "Os presentes manifestam seu repúdio à Secretaria e ao CDMDCA quanto à morosidade e intempestividade na aplicação dos recursos que já estão depositados no FIA, entendendo-se, principalmente, aqueles que já estão parados por conta de resoluções que já não teriam mais efeito e do edital de saldo 2021 (2022). Justifica-se a presente moção pela urgência verificada nas demandas de crianças e adolescentes e na prioridade absoluta determinada pelo ECA, as quais não estão sendo respeitadas nestes casos". A moção também foi aprovada pela plenária.

A última moção, de recomendação, foi destinada à Secretaria de Assistência Social. "Destinar recursos suficientes na proposta orçamentária a ser votada em 2023 para execução em 2024, para criação, instalação e estruturação do 5º Conselho Tutelar, cujas ações já foram encaminhadas na LDO". A moção também foi aprovada pela plenária.

**Tabela 15 - Moções aprovadas na 11<sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Moção	A quem se destina	Tipo
Que o Programa de família acolhedora seja amplamente divulgado na imprensa, com objetivo de buscar famílias que tenham interesse em acolher adolescentes, que sejam prioridade no atendimento do Programa da Família Acolhedora, tendo em vista a idade e a dificuldade de um processo de adoção.	Secretaria Municipal de Assistência Social	Recomendação
Implementação de Programas de atenção a homens autores de violência para encaminhamento da rede de Proteção, em resposta e prevenção das violências apontadas na Pré-Conferência por crianças e adolescentes	Poder Judiciário/Ministério Público	Apoio
Os participantes da 11 <sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente recomendam que as emendas impositivas priorizem o atendimento a crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente	Câmara dos Vereadores	Recomendação
Aprovar recursos na LOA, na pasta de Assistência Social, para a criação, instalação e estruturação do 5º Conselhos Tutelar, cuja ação consta na LDO	Câmara Municipal dos Vereadores	Recomendação
Os presentes manifestam seu repúdio à Secretaria e ao CDMDCA quanto à morosidade e intempestividade na aplicação dos recursos que já estão depositados no FIA, entendendo-se, principalmente, aqueles que já estão parados por conta de resoluções que já não teriam mais efeito e do edital de saldo 2021 (2022). Justifica-se a presente moção pela urgência verificada nas demandas de crianças e adolescentes e na prioridade absoluta determinada pelo ECA, as quais não estão sendo respeitadas nestes casos	Secretaria de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Repúdio
Destinar recursos suficientes na proposta orçamentária a ser votada em 2023 para execução em 2024, para	Secretaria de Assistência Social	Recomendação

criação, instalação e estruturação do 5º Conselho Tutelar, cujas ações já foram encaminhadas na LDO		
---	--	--

**Figura 41 - Votação das moções**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

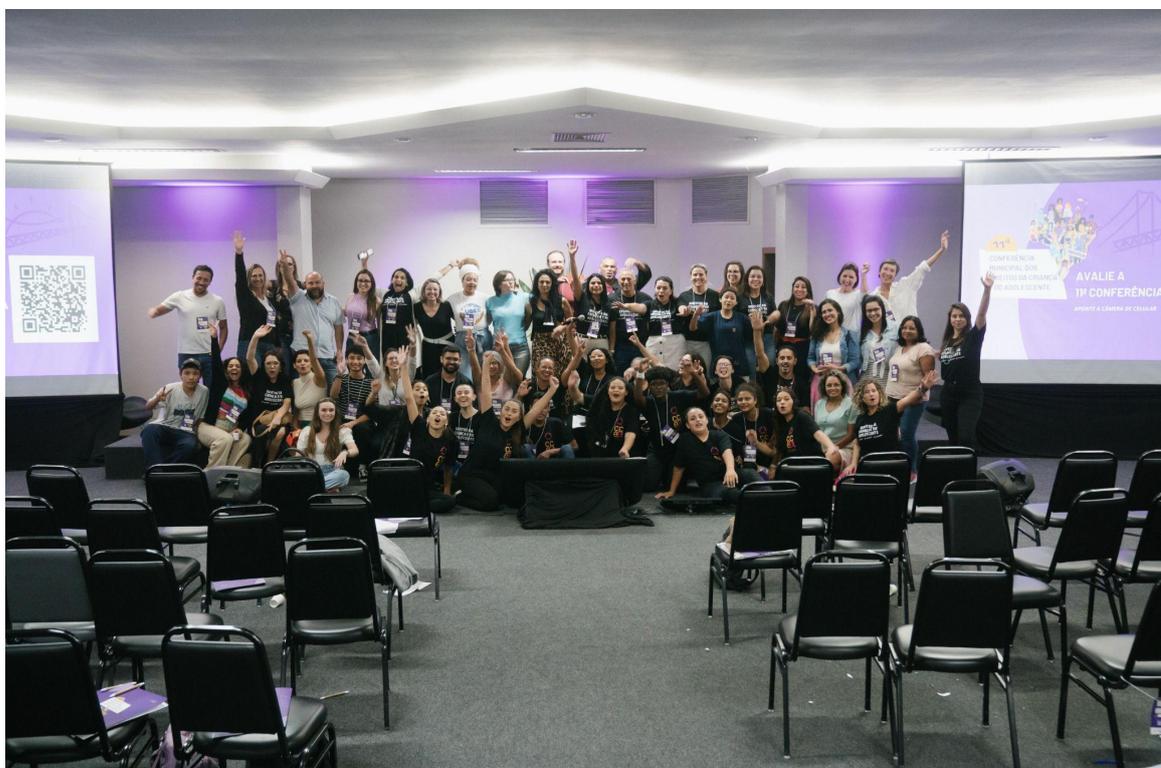
Feita a leitura e aprovação das moções, Danielle declarou o encerramento da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ressaltando que a Conferência acontecia em um momento importante, de pós pandemia. Ressaltou que nunca esteve em uma Conferência tão participativa, com a participação de tantos adolescentes. E afirmou que muitas leis já foram modificadas em função da repetição de indicativos que são levantados em espaços como o da Conferência. Parabenizou a todos!

Juliane, a mestre de cerimônias, agradeceu a participação de todas as instituições, dos adolescentes e das crianças. E por fim, a presidente do Conselho, Renata, afirmou que saiu

orgulhosa do encontro. Desejou que todas as crianças tenham esse direito de fala, de escuta, como o que ocorreu na Conferência e que se pudesse garantir esses direitos.

Agradeceu ao Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente por organizar e oportunizar o evento e convidou todos para uma foto final. Informou que no restaurante do Hotel estava sendo servido um Coffee Break de despedida, com a apresentação dos MC's da Batalha da Alfândega.

**Figura 42 - Foto de encerramento**



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

Figura 43 - Apresentação da Batalha da Alfândega no encerramento da Conferência



Fonte: Relatório de Comunicação (2023)

## 4. AVALIAÇÃO DO EVENTO

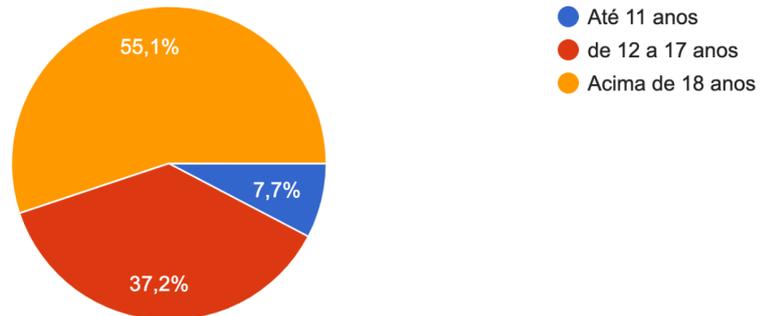
Os participantes da Conferência, ao final do evento, preencheram um questionário de avaliação no formato online e também impresso (ANEXO VII) identificando sua faixa de idade, instituição ao qual estavam vinculados/representando, suas percepções acerca da divulgação do evento, do local de realização, da abordagem dos eixos temáticos, dos grupos de trabalho, da abordagem dos temas no grupos, do espaço de diálogo e também acolhida das diferentes visões e percepções dentro dos grupos, da integração dentro dos grupos de trabalho, dos coffee breaks, dos almoços, dos momentos de socialização e do evento como um todo.

Ao final do questionário, havia um campo aberto para comentários para que todos pudessem deixar suas observações e sugestões sobre o encontro.

Foram ao total 78 respondentes. O resultado de cada uma das questões do Formulário será apresentado a seguir.

**Qual a sua faixa de idade?**

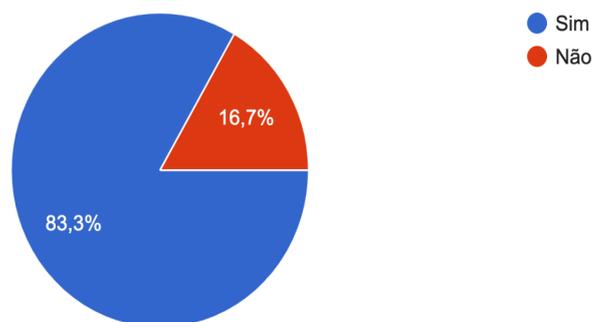
78 respostas



Sobre a faixa de idade dos respondentes a maioria - 55,1% - era adulta (acima de 18 anos), seguido de adolescentes (de 12 a 17 anos) - 37,2% - e crianças (até 11 anos) - 7,7%.

**Você é representante de algum órgão/instituição/OSC/entidade/poder público?**

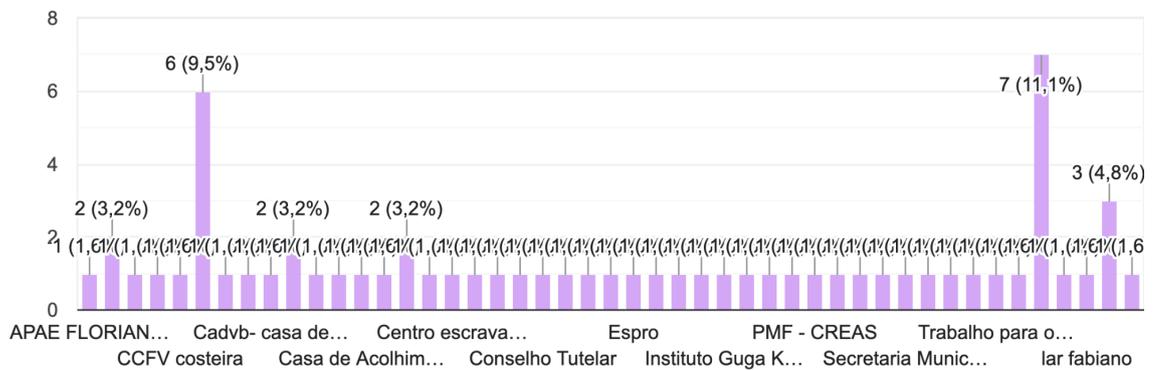
78 respostas



Ao serem questionados se representavam algum órgão/instituição/entidade/OSC/poder público 83,3% dos respondentes afirmaram que sim e 16,7% afirmaram que não.

Caso tenha respondido sim na questão anterior, qual entidade que você representa?

63 respostas



Na questão 3, que era aberta, em que foi pedido para os que responderam SIM na questão anterior indicar o instituição que representavam, a maior parte - 20,6% - respondeu que representava o Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP). Seguido do Centro Cultural Escrava Anastácia (6,4%), Lar Fabiano de Cristo (4,8%) e Casa Lar Luz do Caminho (3,2%) e CCEA.

Abaixo uma tabela com as demais instituições que foram pontuadas:

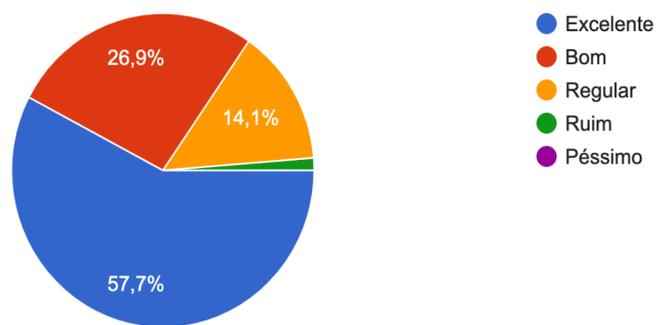
**Tabela 16 - Entidades representadas pelos respondentes**

CMDCA
CREAS
Prefeitura Municipal de Florianópolis
SEMAS
Casa de acolhimento Darcy Vitória de Brito
Casa São José
CCFV COSTEIRA
Fucas
APAE FLORIANÓPOLIS

IDES
Conselho Tutelar
Secretaria Municipal de Educação Fpolis
CREAS ILHA
Instituto Estadual de Educação - IEE
PMF - CREAS
CCFV JARDIM ATLÂNTICO
NEPRE Instituto Estadual de Educação
MURILO
Instituto Guga Kuerten
Mães pela Diversidade de Florianópolis
Projeto social filhos da coloninha
Espro
Escola Júlio da Costa Neves

### Como você avalia a divulgação da Conferência?

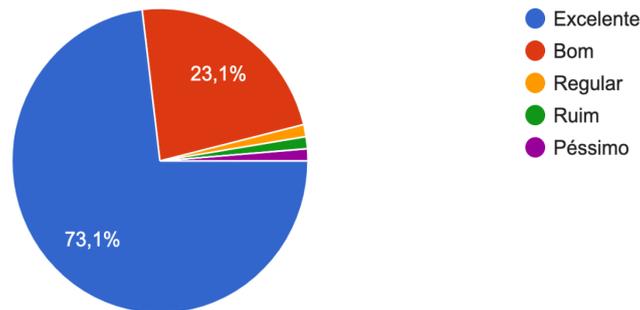
78 respostas



No que se refere a divulgação do evento, 57,7% dos respondentes avaliaram como excelente, 26,9% como boa, 14,1% como regular e 1,3% como ruim.

Como você avalia o local de realização da Conferência?

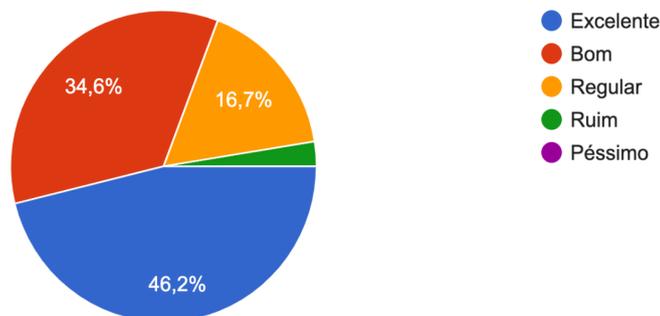
78 respostas



Quando questionados sobre o local de realização da Conferência, 73,1% considerou excelente, 23,3% bom, 1,3% regular, 1,3% ruim e 1,3% péssimo.

Como você avalia a abordagem dos 5 eixos temáticos no primeiro dia da Conferência (27 de abril)?

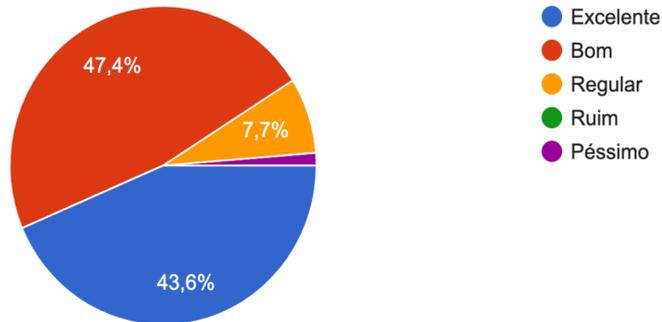
78 respostas



No que concerne a abordagem e apresentação dos eixos no primeiro dia de Conferência, 46,2% dos respondentes avaliaram como excelente, 34,6% como bom, 16,7% como regular e 2,6% como péssimo.

Como você avalia a abordagem dos temas nos grupos de trabalho?

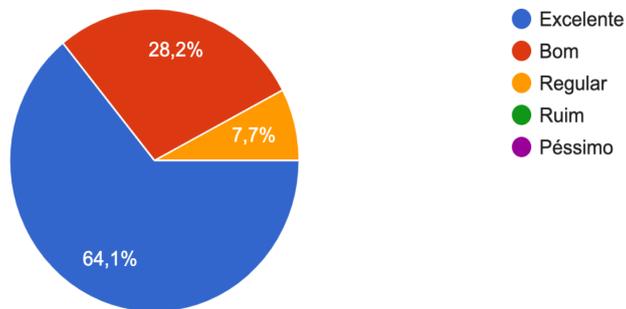
78 respostas



Já no que se refere a abordagem dos temas nos grupos de trabalho, a maioria - 47,4% - avaliou como boa, seguida da avaliação excelente por 43,6%, regular por 7,7% e péssimo por 1,3%.

Como você avalia o espaço de diálogo para os participantes nos grupos de trabalho?

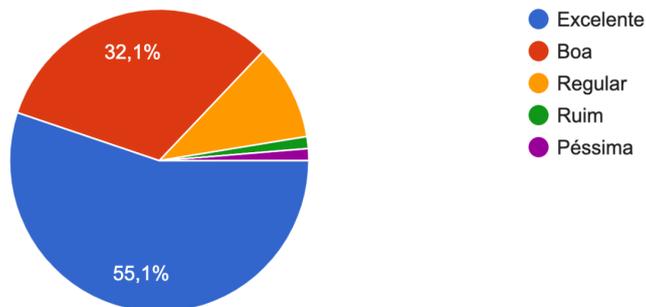
78 respostas



Sobre o espaço de diálogo para os participantes nos grupos de trabalho, 64,1% julgou excelente, 28,2% bom e 7,7% regular.

Como você avalia a mediação e acolhimento das diferentes visões e percepções dos participantes nos grupos de trabalho?

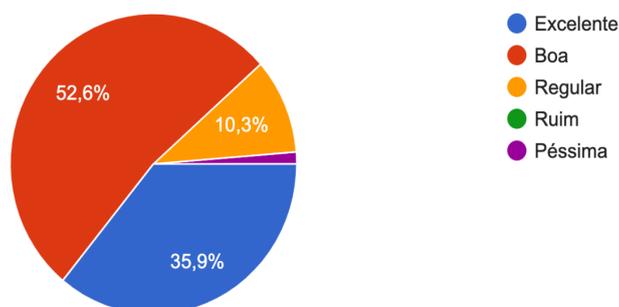
78 respostas



A mediação e o acolhimento das diferentes visões e percepções dos participantes nos grupos de trabalho foi considerada por 55,1% dos respondentes como excelente, 32,1% como boa, 10,3% como regular, 1,3% como ruim e 1,3% como péssimo.

Como você avalia a integração entre os participantes nos grupos de trabalho?

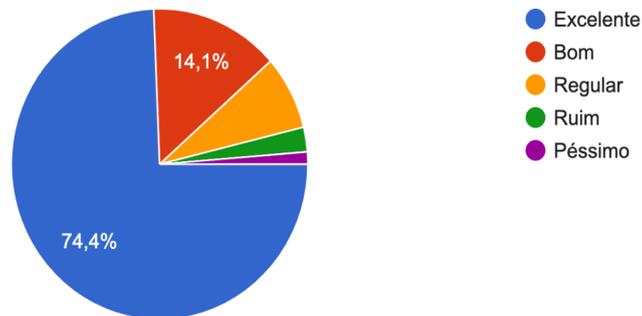
78 respostas



Sobre a integração entre os participantes nos grupos de trabalho, 52,6% dos respondentes avaliaram como boa, 35,9% excelente, 10,3% regular e 1,3% péssimo.

### Como você avalia o almoço?

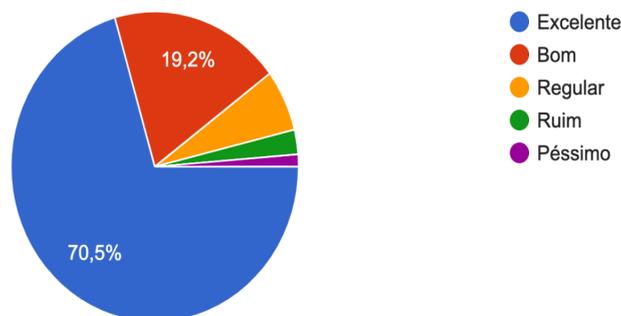
78 respostas



O almoço foi avaliado pela maioria dos respondentes - 74,4% - como excelente, 14,1% como bom, 7,7% como regular, 2,6% como ruim e 1,3% como péssimo.

### Como você avalia o coffee break?

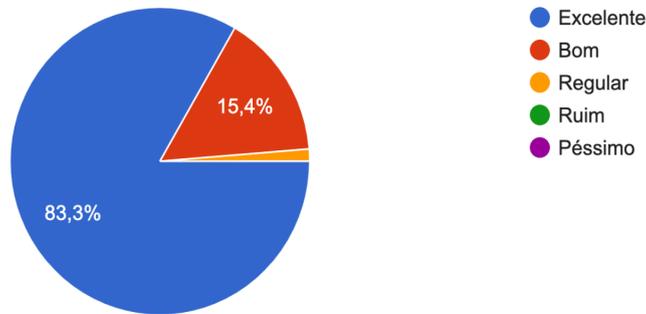
78 respostas



O Coffee Break foi avaliado por 70,5% dos respondentes como excelente, bom por 19,2%, regular por 6,4%, ruim por 2,6% e péssimo por 1,3%.

Como você avalia as apresentações artístico - culturais?

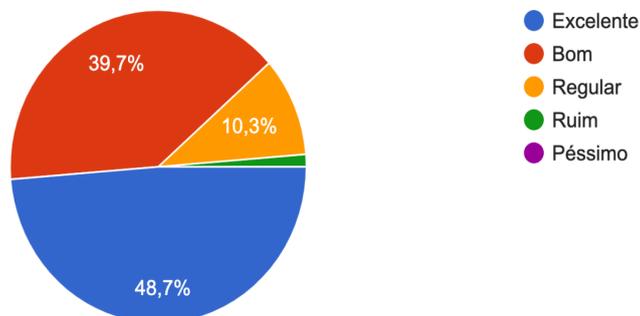
78 respostas



As apresentações artístico-culturais foram avaliadas por 83,3% como excelentes, por 15,4% como boas e por 1,3% como regular.

Como você avalia os momentos de socialização ao longo do encontro?

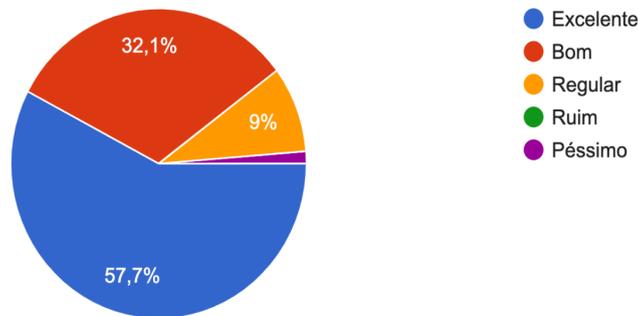
78 respostas



No que se refere aos momentos de socialização, 48,7% considerou excelentes, 39,7% bons, 10,3% regulares e 1,3% ruins.

Qual a sua avaliação do evento como um todo?

78 respostas



No geral, o evento foi considerado por 57,7% como excelente, 32,1% como bom, 9% como regular e 1,3% como péssimo.

Na última questão do formulário, que era aberta, os respondentes podiam deixar comentários e sugestões sobre a Conferência. 37 pessoas - 47,4% dos respondentes - preencheram o campo e os demais deixaram em branco. Abaixo uma tabela com todas as respostas da questão.

**Tabela 17 - Comentários e sugestões dos respondentes**

O evento foi bom, o primeiro dia teve pontos que precisam ser avaliados, principalmente nos momentos de apresentação dos eixos, houve um desfoque da pauta e falas carregadas de moralismo e no espaço da Conferência isso não pode acontecer. Outro ponto delicado é saber que jovens estavam trabalhando 8 horas, o que não deveria ser uma prática neste espaço de garantia de direitos.
O evento poderia ser melhor divulgado na rede municipal de Florianópolis. Foi a primeira vez que pude participar e conhecer.
Foi muito bom e achei muito legal.
Muito bom.
Amo.
Muito gratificante, evento de suma importância para a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Sentimento gratidão
Gostaria de agradecer pelos dois dias cedidos para debater sobre temáticas de extrema importância. Fico feliz que muitas crianças e adolescentes compareceram e puderam aprender ao longo dos dois dias.

Eu adorei os momentos.
Esses dois dias intensos de compartilhamento de informação, foram muito importantes para a nossa construção enquanto jovens adolescentes. Adorei participar dessas atividades que visam a dinâmica coletiva.
Mais tempo para discussão e formulação das propostas, pois os grupos foram subdivididos em mini grupos para dar conta.
Esse evento deveria ser transmitido via YouTube de forma on-line e que seja um evento gravado. Que seja um vídeo vinculado aos sites da prefeitura do CMDCA e órgãos que trabalham diretamente com crianças e adolescentes.
Faltou mais divulgação da pré conferência, para as próximas divulgar não somente nas mídias, mas nos espaços onde estas crianças e adolescentes estão.
As apresentações dos GTs no primeiro dia de evento não considerei muito satisfatória. Os assuntos abordados por diferentes palestrantes pareciam um pouco desconectados entre si e pouco esclareceram a relevância de suas falas com o eixo temático. A palestra inicial, embora esclarecedora em relação a alguns dados relativos à pandemia, não foi muito bem aproveitada e direcionada ao público presente, especialmente crianças e adolescentes. E, nos GT, é difícil reduzir as propostas, levando 1, 3, enfim para debate. Há muitas defasagens e propostas para reduzir. Mas enfim, no todo, fiquei feliz com a participação das crianças e adolescentes. As ONGs se mobilizaram bastante para a presença do público prioritário da conferência e isso fica também como uma provocação para outros serviços públicos buscarem também incentivar essa participação.
Por participar pela primeira vez, estava muito bom.
Muito importante a participação de toda a rede , principalmente dos adolescentes.
Obrigado pela oportunidade:D
LEGAL,
As falas de alguns participantes não contribuíram e pelo contrário, em alguns aspectos prejudicaram a construção do espaço.
FOI LEGAL.
As falas de alguns participantes prejudicaram um pouco como por exemplo as falas sobre empreendedorismo e a fala da delegada sobre violência sexual ser culpa das crianças que querem namorar mais cedo e não dos adultos que cometem a violência e/ou não protegem. As discussões e formulações das propostas nos eixos também não foram muito organizadas, propostas acumulando temas diversos e que ficam difíceis de serem aprovadas por completo pois são pouco objetivas e genéricas. A conferência também atrasou em alguns momentos acredito que por falta de organização (não previa, no momento que estava acontecendo) e acho que poderia ser melhorada
ÓTIMO.
BOM MAS FALTOU COMIDA.



11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

Foi Maravilhoso!

Mais comida da próxima vez!

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

## ANEXO I - RESOLUÇÃO Nº 821, DE 9 DE AGOSTO DE 2022



## RESOLUÇÃO Nº 821, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a convocação da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cria a Comissão Organizadora e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Florianópolis, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a deliberação da reunião Plenária Ordinária de 09 de agosto de 2022 e CONSIDERANDO:

- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei Municipal nº 7.855, de 22 de abril de 2009, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e sobre a revogação dos Art. 4º e 5º da lei nº 6.134 de 2002 e das leis nº 3.794 de 1992 e 6.565 de 2004;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a XI Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com a finalidade de analisar, definir e deliberar as diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será realizada nos dias 29 e 30 de novembro de 2022, com local ainda a ser definido, cujo tema geral será "Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela covid-19: violações e vulnerabilidades de crianças e adolescentes, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade".

Parágrafo Único: Poderão ser realizadas conferências livres, que antecederão a realização da Conferência Municipal, conforme cronograma a ser elaborado.

Art. 3º Instituir a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com os seguintes conselheiros:

I – Conselheiros das Organizações da Sociedade Civil:



- a) Renata Machado Pereira da Silva (ICOM)
- b) Milene Regina dos Santos (CEDEP)
- c) Fraya Cunha (Marista)
- d) Deyse Françoise Estevão Fagah (Associação Casa São José)

II – Conselheiros Governamentais

- a) Carlos Alberto Veloso (SEMAS)
- b) Eduardo Savaris Gutierrez (SME)
- c) Sandra Nunes (FMFC)

III – Adolescentes:

- a) Emilly Elaine Ferreira Garcia (Marista)
- b) Keisy Cristina Costa Alves (CEDEP)

Parágrafo Único: Poderão participar da Comissão, na condição de colaboradores convidados, pessoas não conselheiras, a critério da comissão. A coordenação da Comissão será definida na primeira reunião, por voto da maioria dos membros, e terá suas competências definidas nesta reunião.

Art. 4º Compete à Comissão Organizadora:

- I - subsidiar o plenário do CMDCA para deliberação quanto ao tema e cronograma das etapas da Conferência;
- II – coordenar a organização da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - definir seu plano de ação e metodologia de trabalho;
- IV – coordenar a elaboração do documento orientador contendo as diretrizes para a realização das etapas da Conferência;
- V – coordenar a elaboração da proposta metodológica e a programação da Conferência;
- VI - apoiar a construção da metodologia de sistematização das propostas provenientes das etapas da Conferência;
- VII – coordenar a elaboração do documento orientador para a participação de crianças e adolescentes na Conferência;
- VIII - dirimir as dúvidas e questionamentos a respeito da Conferência.

Art. 5º Autoriza a contratação de empresa especializada, por meio dispensa de licitação, atendendo ao estabelecido na lei nº 8.666 de 1993, para realização da XI Conferência Municipal, a ser coordenada pela comissão organizadora, cujas atribuições serão definidas em Termo de Referência próprio no valor de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte

mil reais).

Art. 6º Fica revogada a Resolução nº 814/2022.

Art. 7º A presente resolução entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser remetida para publicação oficial, ficando revogada todas as disposições contrárias.

Florianópolis – SC, 09 de agosto de 2022.

## ANEXO II - LISTAS DE CREDENCIAMENTO

XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LISTA DE CREDENCIAMENTO

	NOME	E-MAIL	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
1	Adeida de Jesus Rocha	adeidajr@ig.ig.br	CT	
2	Adirson Olavio Bernardes	adilson.olavio@gmail.com	CPDEA	
3	Alan Santos da Silva			
4	Alawara Beatriz Dos Santos	Beatrizalawara@gmail.com	IEE	Alawara Beatriz
5	Alecsandro dos Santos	Bianka Alecsandria3@gmail.com	Piza Vozes	Alecsandro Santos
6	Alessandra Barbosa Silva Aby Azar			
7	Alessandra Beatriz da Silva	alessandra.beatriz@hotmail.com	CT CONT.	Alessandra
8	Alessandra morfim	alexmorfim@gmail.com	CEAFIS	Reservado Verdur
9	Alexandra Acácia Magalhães	Alexandra.magalhaes@prof.fsc.br	EB.M.Batista	
10	Alice Mendes Rodrigues da Silva			
11	Alicia Lohana da Silva de Melo	alicialohana@gmail.com	ICK	Alicia Lohana S.M.
12	Aline Iolanda de Souza			
13	Aluá Faria Bassi			
14	Amanda Calvo			
15	Amanda Correia Ronchi	amanda.correia@gmail.com	CEA	
16	Amanda Torres	amandatorres@hotmail.com	UFSC	
17	Ana Beatriz de Souza dos Santos	ana.beatriz@gmail.com	UFSC	
18	Ana Carla Carvalho Soares	anacarla@gmail.com	UFSC	
19	Ana Cláudia de Oliveira Barbosa	anaclaudia3365@gmail.com	UFSC	
20	Ana Cláudia dos Santos			
21	Anajara Barbosa de Jesus	anajara.barbosa@gmail.com	UFSC	
22	Andreia Gouvea Calian	andreiagouvea@gmail.com	UFSC	
23	Angelita de Oliveira costa	angelitaoliveira@gmail.com	UFSC	
24	Anna Caroline Teles da Silva			
25	Antonio Carlos da Silva	antonio.carlos@gmail.com	UFSC	
26	Ariadne Rinaldi da Rosa Saratt	ariadne@gmail.com	UFSC	
27	Arthur Warlison dos Santos Gomes			

Angela Engclua

Alessandra

Amélie Duvert - CREAS Continent - Philippe ou invisibles, mais non

yggs Joel da S.F.

John Vincent Siches et Siches

Carolina Stefany Kuhl da Silva ASGF

Chaudia Santos Ramos ASGF

Richard Strass ASGF

X Ina Caroline Veiga

X Prando gabriela - 550 UFSC

X Dagmar maria - UFSC

X André C. O. de frans

X Thayane Andra de maria

Carolina Kuhl

Rick  
Chaudia Ramos  
Ina

At

E-MAIL

28	Beatriz Delmondes Leite	psico. bradelmondes@gmail	Instituição	ASS. natura
29	Beatriz Pereira		Cesusc	Batistas, 10. Vauze
30	Bianca Felippi Chiella			
31	Brenda Stefany Urbano Pereira		Cedap	
32	Brigida Nicacio de Azeredo	1 ETSSJOPNF.JC.600.BR	Conselho T.	
33	Bruno Borges Becker	Becker. BRUNO@gmail.com	SME	
34	Cacinnelle Alessandra Hoesker	Coordenacao L.C. @ente. org.br	Serita	Cacinnelle Famílias
35	Camilla Colório	camillacol@netmail.com	UPAE Florianópolis	
36	Carin Becker			
37	Carlos Alberto Veloso	e- <del>CAV</del>	SEMAS	
38	Carmen Helena Maria			
39	Carolaine Lima de Oliveira	Conselho Técnico de Oliveira	UNIMED	Conselho Técnico
40	Carolina Duarte Turco			
41	Carolina Ortiz	*CAROLINA ORTIZ@gmail.com	SEMAS	COSS
42	Cassio Daniel Pimentel da Silva			
43	Cintia Moura Mendonça	*Cintiamoura.mendonca@gmail.com	Câmara Municipal	Real. Vinte e Nove
44	Claudia Regina Barbosa pofo	Claudia.bella@gmail.com	CREAS com	
45	Clenio Roberto Klein	PRESIDENTE@FUCAS.ORG.BR	FUCAS	
46	Cleuzi Maria da Luz			
47	Cristiani Da Silva Pires	Cristiani J. Pires	Associação	BR. Rm.
48	Cristina Souza da Silva			
49	Dafinny Eduarda da Costa Santos	graciele@igk.or	IGK	
50	Daniela			
51	Daniela Alves Mendes	danielh.mandala@gmail.com	CEFEIS	
52	Daniela Salomé de Andrade	*Daniela Salomé de Andrade	S.M. FLS	
53	Daniele	daniela.pereira@hotmail.com	CREAS B.	Oficina V.
54	Daniella Souza da Costa	daniellacosta@hotmail.com	Comunidade T.	
55	Danielle Machado			
56	Dayse Jaquelyne B. de Souza	dayse.jaquelyne@gmail.com	RME/EME	
57	Deise Farias			
58	Deyse Francoise Estevao Fagah	social@casacooperfagah.org.br	CSA 500 Fagah	
59	Dulcemar Emilia Borges	dulcemarborges1918@gmail.com	e + Suel	
60	Dyennifer Heloa Maria Ferreira			Dyennifer Heloa Maria Ferreira

70 + 15 = 85

CINTELA CANLOS MA CEUTA MARZUIS

X Bruna Rodrigues [brunaredi@gmail.com](mailto:brunaredi@gmail.com)

X CLARA CRISTINA LUCIANA SALAMY

X Denise Ginfima. Basi Lio - CCEA

X - Daiane Cesaria

X > Bisolli R S May TISE

X > Jemanda Medeira - SMS

X Denise Rubens Honor Dr.

X Daniela U. das R. dos Santos

X Daiana Stienne

Denora cristina Bernis

X Clara Jully Souza da Silva - CCEA

X > Ivana Letícia Kruger

X Caroline Priozotto Besson - CEDER  
X Verônica Bessa dos Santos - RESE

61	Eduarda Vitoria Couto de Moraes					
62	Eduardo Jara	eduardo.jara@udesc.br		UNESC		Assinatura
63	Eliete Maria de Lima					Assinatura
64	Elisa Lima	eliselima@igmail.com		EMDCA		Assinatura
65	Elisandra Regina Santos					
66	Elisângela Machado Patrício Pereira					
67	Elizabeth Cachoeira Alves	elisangela@hottmail.com		CEV Catania		
68	Emanuel Branco de Mira	branco.emanuel@gmail.com		CEV Catania		
69	Emilly dos Santos Souza			CEV Catania		
70	Erikssonara T. da Câmara Martins			CEV Catania		
71	Ester Luiz de Oliveira			CEV Catania		
72	Evania da Silva Pereira			CEV Catania		
73	Evellyn Rodrigues Matos			CEV Catania		
74	Eversson Nunes dos Santos			CEV Catania		
75	Éverton Marquardt			CEV Catania		
76	Felipe Machado Potrick			CEV Catania		
77	Fernanda Azevedo de Lima			CEV Catania		
78	Fernanda Marcela Torrentes Gomes			CEV Catania		
79	Fernando Cardoso			CEV Catania		
80	Fernando José de Pinho Júnior			CEV Catania		
81	Flora Maria Jorge			CEV Catania		
82	Francielli timoteo vieira			CEV Catania		
83	Franciny Bartolo			CEV Catania		
84	Fraya da Cunha			CEV Catania		
85	Gabriel Cardoso Souza			CEV Catania		
86	Gabriel De Souza Delfino			CEV Catania		
87	Gabriel Ribeiro			CEV Catania		
88	Gabriela <del>Raupe</del>			CEV Catania		
89	Gabriela Grandó Mercadante			CEV Catania		
90	Gabriel Santana De Jesus			CEV Catania		
91	Gabriella Eunice de Avila			CEV Catania		
92	Gabriella Vidal			CEV Catania		
93	Geovanna da Silva dos Santos			CEV Catania		

E-mail

Instituição

Assinatura

18+10=18

CEV Catania

Emmanuel Gnecco Fernandes

Emmanuel Tralero da Câmara Martins

CEAFIS

emmanuelgneccofernandes@gmail.com  
traleramartins@gmail.com

X Laura Maria Machado Soares

X Raiz Cristina R. Ceafis

X Dalmy Maria G. Ribeiro Galvã

X Helen Zanuzia de Oliveira Soares

X Helvin Martins de Oliveira

X Alessandro Netto Nova

X Diogo Augusto ~~Ferreira~~ Scharnosin

X Cintya F. Spinato

94	Gilberto Rateke Jr		GilbertoRateke@gmail.com	BuelmoTurchetti	
95	Giorgia Kretzer Hinckel		giorgiakretzer@gmail.com	CKAScontF	
96	Giovani Nolasco Pinto				
97	Giovaninna Contessi		ka.ta.nolasco@gmail.com		
98	Giovanna Guimarães Machado				
99	Gisela Júlia Moraes Willwock				
100	Giselle Constância Rodrigues		gisela.juliam.willwock	giselajmwillwock@gmail.com	com Kon Foug do Semirils
101	Giulia De Angel Elston		giulielston@gmail.com	CEBOSC	
102	Gracielle C. de O. Pedro Martins		graciellec19@gmail.com	IGK	S. do Estor
103	Graziela Biccocchi Kriek		graziela.biccocchi@gmail.com	ESPERO	S. do Estor
104	Grazielle da Silva Roseno		grazielle.roseno@gmail.com	IGK	S. do Estor
105	Gustavo Castello Branco Beirão		gustavo.castellobranco@gmail.com	SEMNAS-FALIS	Gustavo Beirão
106	Gustavo Cauã Baía Fidelix		gustavocaua@gmail.com	ITE	Gustavo Cauã

10+8=18



✓ Evelyn dos Santos B. do Costa EVELYN COSTA @ CCEA ORG. BR CCEA Evelyn Bello

✓ Ethon de Almeida Santos Jethon Nogueira 692

✓ Guilherme Sáeziga Araújo dos Santos CASPAIN 7056 Ethon  
COP

✓ <sup>de</sup> Emerson José da Silva

✓ ELISA LIMA psi. elisa lima @ gmail. com CESUSC .A.

✓ ~~Guilherme~~ Cecília Harriani Diferencia NPB. deans @ Prof. sc. or. org

✓ Regyllia Severo de Aguiar Alves - UFSC regyllia.severo@gmail.com

✓ Amanda Agostinho da Silva - UFSC amanda.g.souza.99@gmail.com

# Andréia (UFSC)

E-mail

Instituições

Ass. na forma

107	Hanna de Castro Serratine	hannaseratine@hotmail.com			Hanna Serratine
108	Heloise Vitória Diniz de Jesus	heloiselace@gmail.com	CEG		Helo Diniz
109	Hellen Jamilly Ribeiro de Souza				
110	Hisia Nocetti	hisiainocetti@protonmail.com	UBS		Xandora Nocetti
111	Igor José da Rosa		UBS		
112	Indianara Trainotti	IndyTrainotti@gmail.com	UBS		Igor José da Rosa
113	Ineiva Maria Giora Branco	Brancoineiva@gmail.com	CONSELHEIRA		
114	Ingrid Eduarda Cunha Vieira				
115	Isabella Silvano	isabella.silvano@live.com	CREAS Brigua		Isabella Silvano
116	Isadora Bitencourt				
117	Isaura Rodrigues Monteiro				
118	Izabella Régis da Silva				
119	Izael Santana Santos				
120	Jamile de Souza Lima				
121	Jaqueline da Veiga Leite				
122	Jaqueline Santos Duarte				
123	Jessé Soares da Silva				
124	Jenifer de Araujo				
125	João Arthur Silva				
126	João Lucas Araújo Nogueira				
127	João Vitor Salvan				
128	Júlia Suelen Rita da Rosa				
129	Juliana da Silva Antunes				
130	Juliana de Abreu				
131	Juliana Gomes Fiorotti				
132	Juliana Ughini Goldschmidt				
133	Juliana Vandresen Lobo				
134	Juliane da Silva Severo				
135	Jussara <del>Bernardes</del>				
136	Kailiny Vitória de Souza				
137	Kaio Felipe da Rocha de Paula				
138	Kaionara dos Santos				
139	Kamylla Raulino Vieira da Silva				

Kamylla.Raulino@prop.mg.sc.gov.br

24+1=25

Levi Romer

140	Karolllyn Yasmin Stank Melo	karollynyasmin2009@gmail.com	maonez C	Karolllyn
141	Kauã da Silva Viana	kauda@pacifika.vip.br	maonez C	Karolllyn
142	Keli Regina Souto	<del>kelireginafeviticosci@hotmail.com</del>	CT Continente	Keli R. Souto
143	Laione Capistrano			
144	Leila Cristine Tesse			
145	Leila Echer	leilaecher0623@gmail.com	maonez C	Leila Echer
146	Leonardo Alberto Machado Cinco	lelelelelecher@profpmf.seg.br	Prof. Fábio	Leonardo
147	Leonardo Souza Marçal Gallo	48 98853-7162	CCÉA	Leonardo
148	Lessandra Pinto Michel	48.984043008	SEMAS	Lessandra P. Michel
149	Letícia Carletti	CANCELADO		
150	Letícia Santos da Silva			
151	Letícia Soares Nunes	(48) 98425-4001	CREAS	Letícia Soares Nunes
152	Lilian dos Santos Teixeira			
153	Luan de Oliveira Machado		SJ	Luan
154	Luana costa colle	luana.colle@sed.sc.gov.br	escola	Luana
155	Luciana Paiva Gomes			
156	Luciane Borges	lu.borges.mt@gmail.com	CCFV Agromor	Luciane
157	Luciane Carvalho Lajus	lucianelajus@gmail.com	CT. Centre	Luciane C. Lajus
158	Luis Felipe Rohling Casco			
159	Luíz Felipe Santos de Oliveira	luizfelipe@vivo.com.br	maonez C	Luíz Felipe

(2+1) = 29

\* Luiz Francisco Bastelo - family

. Francisco Silva Luiz Carlos Vilelas

Ygor Wilson G. Pereira

\* Luiz Eduardo Ribeiro Couto

\* João Vitor Silva Surtora

. Francisco Francisco Saturnino - Cemilhos Velhos Fpdes - PR.

Vanessa Salete - off. - Casa da Crosseira Moura da Parifuncionaria

\* Silvia Helem

\* Jonas Antônio Dias ( Wilson ) grupo unido Somborgui,  
\* Salete de Jesus Ramos - CEBEP \*

Casa José

1 - hucali

2 - aluntes

3 - pece nite

4 - micelli

5 - leao

6 - vinhos

7 - Alison Sanchez.

\*



160	Madjer Cauê Consolação da Silva	E - male	Madjer Cauê C. da Silva	Instagram	Carretera
161	Magda Machado de Castro	*	Magda M. Castro @ychoo.com.br		
162	Malu Alves Batista Mendes	*	malu.alvesbatista@live.com.br	CAST 510 805E	Malu Alves
163	Manuela Iolanda Jorge	*	Manuela Iolanda Jorge	CADREB	Manuela Iolanda Jorge
164	Mara Silvia de Souza Faria				
165	Marcia Martins				
166	Maria Angela Mezzetti	*	Angela Mezzetti @gmail.com	São João	
167	Maria Aparecida Conceição				
168	Maria Catarina Gonçalves da Rosa	*	Maria Catarina da Rosa		
169	Maria Eduarda Elias R. de B.	*	Maria Eduarda Rodrigues		
170	Maria Eduarda Silva				
171	Maria Fernanda Filho	*	Maria Fernanda Filho	CSJ	
172	Maria Izabel Siqueira de Lima	*	Maria Izabel		
173	Maria Júlia do Nascimento				
174	Maria Vitória dos Santos Waltrik	*	Maria Vitória dos Santos Waltrik	CEDEP	Maria Vitória
175	Mariah Xavier				
176	Mariene Rocha da Silva	*	Mariene Rocha da Silva	UFPA	
177	Marina Nunes de Souza	*	Marina Nunes de Souza		
178	Meg Sofia Amorim dos Santos	*	Meg Sofia Amorim dos Santos	CEPA	
179	Michela Domingos Milani	*	Michela Domingos Milani		
180	Michelle Setubal	*	Michelle Kosim Setubal	Osó São José	
181	Michelli da Rocha Niotti	*	Michelli Niotti@hotmail.com	OSJ	
182	Mikaela Pereira Sangalleti	*	Mikaela Pereira Sangalleti		
183	Monique Schutz Milcent Assis				
184	Murilo Muniz dos Santos	*	Murilo Muniz dos Santos		
185	Nádia de Melo Ferreira	*	Nádia de Melo Ferreira		
186	Natália <del>Pereira de Souza</del>	*	Natália Pereira de Souza		
187	Natalina Francisca Santos da Silva	*	Natalina Francisca Santos da Silva		
188	Natanael Capistrano Lima	*	Natanael Capistrano Lima		
189	Nathalia Amanda da Silva Hillmann	*	Nathalia Amanda da Silva		
190	Nathalia Ramos Zanin	*	Nathalia Ramos Zanin		
191	Nathaly Neli Dias da Silva	*	Nathaly Neli Dias da Silva		
192	Nathaly tassiane batista chaves	*	Nathaly T.B. Chaves	CCIA	

193	Navara Cristina Monteiro Andrade	<del>nauphcr@terra.com.br</del>		
194	Neide Maria Raupp Cardoso	<del>neide@terra.com.br</del>	CPDI	Neide Riolis
195	Nicolas Calebe da Silva	<del>nicolas@terra.com.br</del>	CSJ	nicolas
196	Nicolly Costa da Conceição	<del>nicollycosta@terra.com.br</del>	CCEA	N
197	Nicolly de Souza da Cruz	<del>nicolly@terra.com.br</del>	CCEA	

5+11=16

Steloni Paula Teixeira.

Moneli Rosas dos Santos.

Micaela gustavo Pereira Reis dos Santos.

Nikaelly Maria de Silva.

Maísa Abrin & Leati - Cavaleiro ANDCA.

Maria Eduarda de Athayde.

Marcia Adriana.

Adelci Bernadete Borges - CREA Continente - Jiste

X<sup>Ma</sup> Fernanda Schmitt Bunn

~~Spacia Jettina M. Nunes~~ <sup>18<sup>ca</sup></sup> CREA Florianópolis - SC

Josim Quacemin - Prof. Flouanopheta \*

\*

E-mail

Instituição Assinatura

198	Olga Lung				
199	Pablo Henrique Cunha Vieira			da PROSEC	
200	Patricia Ivone Alves	Patricia.alves.i@ gmail . com	SEMAS		Patricia Ivone Alves
201	Patricia Marcondes A. da C.	Potmarcondesalva@ gmail . com	CEAS - cont		Patricia A. C.
202	Paula Corinhas de Carvalho Becker	PAULACORINHASE@GMAIL.COM	RHEKHE		Paula Becker
203	Pedro Paulo de Oliveira	Pedro Paulo de Oliveira	Files de cadav		Paulo P. de O.
204	Polianna Brito Dalla Rosa	Polianna Brito Dalla Rosa	CT. Carbone		Polianna Brito Dalla Rosa
205	Priscilla Aparecida Ferlin Klein				
206	Priscilla de Oliveira	priscilladec@ gmail . com	Conselho Tutelar		Priscilla de O.
207	Rafaela da Silva Figueiredo Rocha	Rafaela da Rocha	MP10F5C		Rafaela Rocha
208	Rafaele Gonçalves Marques				
209	Raphael Lopes	Raphael.lopes@ gmail . com	PMF/SME		Raphael Lopes
210	Renata Carneiro Giannini				
211	Renata machado Pereira da Silva	Renata@compa.ig.br	MOCA/Com		Renata M.
212	Renato Borges de Liz	Renato_borges@ gmail . com	cadop		Renato Borges de Liz
213	Rhyan ferreira de paula				
214	Rita de Cassia Valente e Silva				
215	Rosilene de Souza				
216	Rozicleia D.P. Silva				
217	Sabrina Rosete Homem				
218	Samuel Vidal				
219	Sara Volpato Gominho	ASSASSINA - WFAVIAE@SUUVENIR2004.PR@GMAIL.COM	INPE		Sara Volpato Gominho
220	Sarah Dias Aguiar	PSC.FARIPA@gmail.com	SMS		Sarah Dias Aguiar
221	Schaiane Pires	schaiane.pires@ yahoo . com	Carafin		Schaiane Pires
222	Shakira Stefanie Oliveira da Cruz		UFSE		Shakira Stefanie Oliveira da Cruz
223	Silvana Machado do Espirito Santo	Shirama machado Espirito Santo	Conselho Tutelar		Silvana Machado do Espirito Santo
224	Silvana Paggiarin Flores	Silvana.Flores@dea.org.br	CEEA		Silvana Paggiarin Flores
225	Silvia Rosinha dos Santos Brum	SilviaRosinha@gmail.com	CCVjudim		Silvia Rosinha dos Santos Brum
226	Simone Teixeira Marques	simone@pmaxe.com			Simone Marques
227	Sofia Dutra Pereira				
228	Stefani Borba Teixeira	Stefani Borba Teixeira	CEAD/ED		Stefani Borba Teixeira
229	Stefani Wolff Fagundes	Stefani.fagundes468@gmail.com	UFEC		Stefani Wolff Fagundes
230	Thalles Sancigollo Branco		CSJ		Thalles Sancigollo Branco

20 + 20 = 22

X Jarambura koima Naitlani assistance  
social

X Varduris idia Costa Puncin  
Ner. ady  
assistance social

231	Thifany Dias da Silva			
232	Thuani Neili Dias da Silva			
233	Vileide Sabrina Euzebio			
234	Wilson Luis Morinel Martins	<i>vilade.nes@ gmail.com</i>		<i>Wilson Euzebio</i>
235	Yasmim Silvestre de Siqueira			
236	Yasmin Kamile Rosa			
237	Zaquen da Silva	<i>YUKIMUNSOUS@GMAIL.COM</i>		
	<i>SPLEEN COSTA AVILA</i>	<i>SOCIAL. SILEN@GMAIL.COM</i>	<i>los jobiana</i>	<i>Equipe</i>
	<i>X Helena Vitoria de Brito</i>	<i>Associação Brasileira de</i>	<i>IDES</i>	<i>Receita Municipal</i>
		<i>endeca</i>	<i>Flórida Criança</i>	<i>CE</i>
		<i>Flórida Criança</i>	<i>PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS</i>	<i>CE</i>
		<i>Associação Brasileira de</i>	<i>Granel</i>	<i>CE</i>
		<i>Flórida Criança</i>	<i>Granel</i>	<i>CE</i>
		<i>Flórida Criança</i>	<i>Granel</i>	<i>CE</i>

$5 + 23 = 28$

Patso Henrique Aguiar Fernandes

Halting Vitoria de Souza. Gar: Fabiano de Luiza.

~~Carla este~~ Lúcia Campos. Carla

Tomás M. Brindele,

Thaps Rivalda da Silva - ~~transparência~~ @gmail.com

Silvane Correia Mascaro Fernandes.

<sup>Univers</sup> Esmeralda da madre dos Santos.

- ~~Fernando~~ ~~Pedro~~ ~~Basil~~ ~~de~~

- Vinicius Vieira Alves.

- Mathews de Souza Vieira.

- ~~Yasmin~~ ~~nicole~~ ~~vieira~~ ~~da~~ ~~silva~~ ~~Pete~~ ~~do~~ ~~Três~~ ~~Forquês~~

- ~~Liviana~~ ~~Tracy~~ ~~de~~ ~~Freder~~ - CNA5 Leticia I. PMF

- ~~Luana~~ ~~Christina~~ ~~Alves~~ ~~de~~ ~~Linna~~ - CREA SULHA/PMF

- ~~Sabrina~~ ~~Comes~~ ~~Cerna~~ - ~~Secretaria~~ ~~de~~ ~~Educacao~~ ~~do~~ ~~Estado~~

- ~~Sandra~~ ~~Darbara~~ - NEPRE/IEE

- ~~Rafael~~ ~~Duarte~~ ~~Bozza~~ - ~~Memória~~ ~~Bom~~ ~~Umar~~

Pete do Três Forquês

~~Bole~~ ~~Eirine~~ ~~Zenete~~

~~Murilo~~ ~~Mediana~~ ~~Samara~~

~~Denora~~ ~~Cristina~~ ~~Serius~~

X ~~Virginia~~ ~~Coelho~~ ~~Avila~~

~~Fernanda~~ ~~V. Vieira~~ ~~PSC~~

~~Patricia~~ ~~Amora~~ ~~Duros~~ - ~~Coord~~ ~~de~~ ~~acollimento~~  
~~Dany~~ ~~Vito~~ ~~da~~ ~~Costa~~

\*

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

**ANEXO III - MATERIAIS ENTREGUES NO CREDENCIAMENTO (pasta, bloco de notas, caneta e cartões para votação)**



11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

FLORIANÓPOLIS/SC  
27 e 28  
ABRIL  
2023

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

FLORIANÓPOLIS/SC  
27 e 28  
ABRIL  
2023

OLÁ, MEU NOME É:

@

[ ] INSTAGRAM [ ] TWITTER

ACESSE A PROGRAMAÇÃO  
COMPLETA AQUI:



emdea

flor.  
criança

PREFEITURA DE  
FLORIANÓPOLIS

ca

emdea  
Conselho Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente  
FLORIANÓPOLIS - SC

flor.  
criança  
FUNDO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA E  
DO ADOLESCENTE

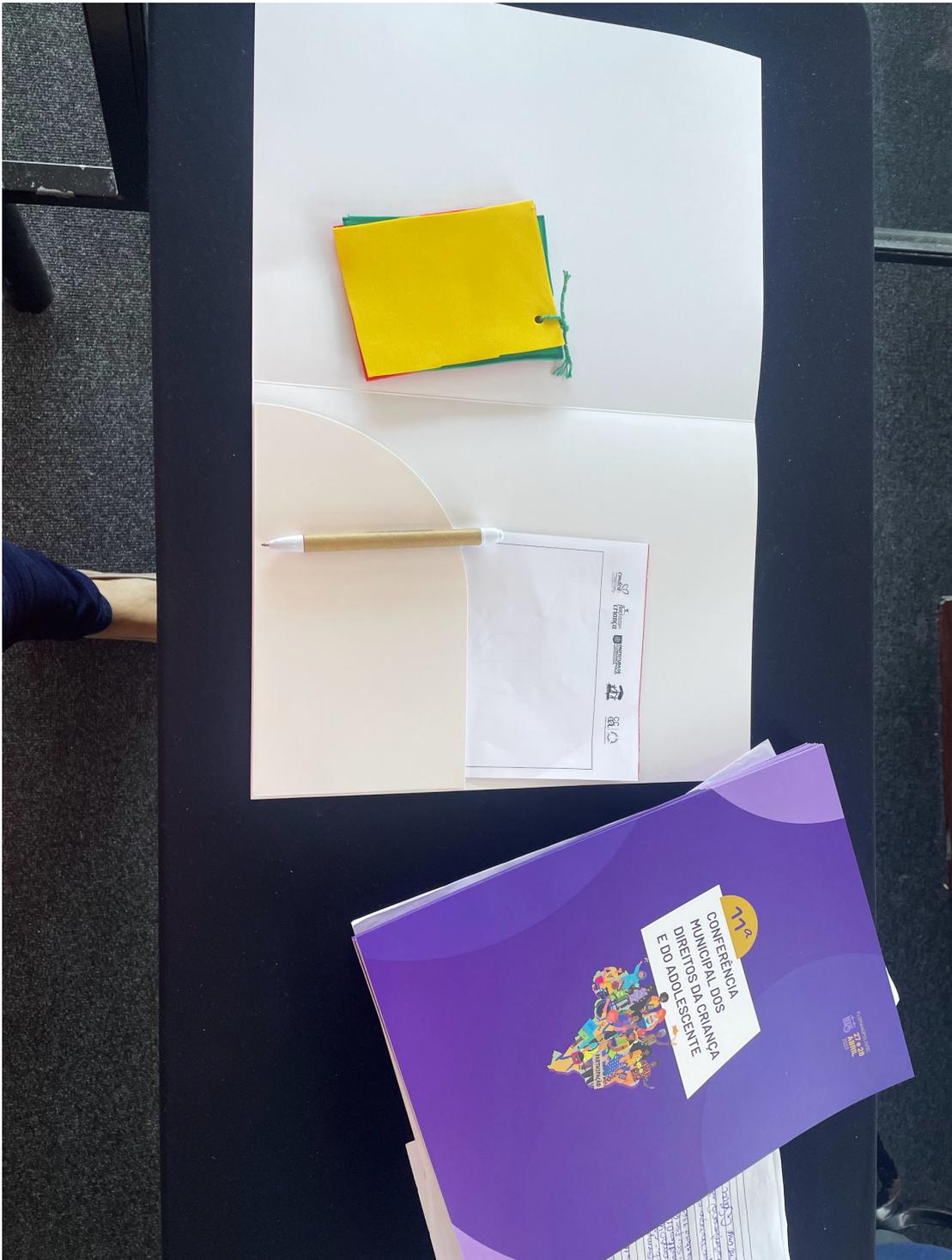
PREFEITURA DE  
FLORIANÓPOLIS  
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Florianópolis

CC  
ea  
CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE





11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

## ANEXO IV - REGIMENTO INTERNO



## REGIMENTO INTERNO

### 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FLORIANÓPOLIS – SC

#### CAPÍTULO I – DA NATUREZA, TEMÁRIO

Art. 1º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se em instância máxima de participação e deliberação da sociedade civil e governo e tem por atribuição a avaliação da Política de Infância e Adolescência e a definição de diretrizes e propostas para o aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos, com vistas a acompanhamento do Plano Decenal Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Art. 2º A XI Conferência Municipal tem como tema: “A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de COVID-19: violações e vulnerabilidades. Ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade”. Os eixos da Conferência estão distribuídos em Grupos Temáticos (GT) e assim constituídos: I - GT1 – Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandêmico; II - GT2 – Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes de COVID-19; III – GT3 Ampliação e participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, promoção, proteção e defesa de seus direitos, durante e pós-pandemia; IV - GT4 – Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico; V - GT5 – Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes durante e pós-pandemia de COVID-19.

#### CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 3º - Mobilizar o Sistema de Garantia de Direitos e a população em geral para a importância do controle democrático na construção de diretrizes e propostas para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como para a situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de COVID-19: violações e vulnerabilidade. Ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade, visando sua implementação e monitoramento, fortalecendo as atribuições e competências do Conselho de Direito no município de Florianópolis - SC.

Art. 4º- São objetivos específicos da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – Fortalecer as competências técnica, política e ética do Conselho de Direitos, com vistas à elaboração a situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de COVID-19: violações e vulnerabilidades, através das ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

II – Promover a participação ativa das crianças e dos adolescentes e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos nos espaços públicos de controle democrático, em especial a Conferência e o Conselho de Direitos;

III - Elaborar diretrizes prioritárias para cada um dos cinco eixos, considerando as propostas elaboradas pela Pré-Conferência das Crianças e dos Adolescentes; os resultados da 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o quadro síntese das deliberações da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a serem encaminhadas à Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Art. 13, §I da Resolução 001/2015 do CEDCA;

IV - Reunir as deliberações dos grupos temáticos que não obtiverem votação suficiente para encaminhamento à Conferência estadual como subsídio na elaboração do próximo Plano Decenal Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Eleger 6 (seis) delegados(as) para a XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina;

### **CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 5º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis, será presidida pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em cumprimento ao disposto na Lei nº 7.855, em 22 de abril de 2009 e realizada no Hotel Cambirela nos dias 27 e 28 de abril de 2023.

Art. 6º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada em duas etapas:

I – A primeira, a Pré-Conferência de Crianças e Adolescentes no dia 30 de março de 2023, com o objetivo de estimular a participação e prepará-los para a XI Conferência Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes; II – A segunda, realizada nos dias 27 e 28 de abril de 2023, constando leitura e aprovação deste Regimento Interno, palestra magna sobre o temário, debates em Grupos Temáticos para definição de diretrizes prioritárias e propostas

de mobilização, articulação e monitoramento e, Plenária para –aprovação das diretrizes prioritárias e eleição dos delegados para a XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 7º A comissão organizadora é constituída por:

- I - Adolescentes de entidades e escolas da rede pública e privada do município;
- II - Representantes do Conselho Municipal de Direitos;
- III - Representantes de entidade com atuação direta com crianças e adolescentes.

§1º – Compete e essa Comissão a organização e realização da Pré Conferência das Crianças e Adolescentes e da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

§2º - Para a realização da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente foi publicado o Edital de Chamamento Público 002/FMDCA/2022, o qual selecionou a organização da sociedade civil, Centro Cultural Escrava Anastácia, visando a parceria com o Município de Florianópolis, por interveniência da Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FloriCriança, a qual será executada, por meio da formalização de Termo de Colaboração, visando a Promoção, Proteção e de Defesa de Direitos, tendo como beneficiários crianças e adolescentes, no âmbito do município de Florianópolis/SC, conforme condições estabelecidas no Edital.

#### **CAPÍTULO IV – DOS PARTICIPANTES**

Art. 8º Poderão se inscrever como participantes da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pessoas e ou instituições interessadas no aperfeiçoamento, implementação e consolidação da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente na condição de:

- I – Entidade e/ou Organização da Sociedade Civil;
- II – Trabalhador(a) de Entidade ou Organização da Sociedade Civil;
- III – Trabalhador(a) de Entidade ou Organização Estatal;
- IV – Criança e Adolescente;
- V – Gestor(a) de Política de Garantia à Criança e Adolescente;
- VI – Conselheiro(a) de Conselhos Municipais de Direitos e de Políticas Públicas;
- VII – Conselheiro(a) Tutelar;

VIII – Representantes das Universidades vinculados a Núcleos de Extensão, Estudos e Pesquisas relacionadas à Crianças e Adolescentes;

IX - Poder Legislativo Municipal e Estadual;

X – Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria;

XI – Pessoas da sociedade em geral interessadas.

Art. 9º A homologação das inscrições seguirá os critérios estabelecidos pela Comissão Organizadora do evento, sendo asseguradas até 100 (cem) vagas para crianças e adolescentes e até 150 (cento e cinquenta) vagas para demais inscritos, conforme o disposto no Art. 8º, incisos I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI.

I – Das vagas reservadas a crianças e adolescentes:

§ 1º – Serão destinadas vagas para crianças e adolescente de instituição que atuem na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente, bem como a rede de ensino pública e privada, respeitando a paridade das vagas quanto à finalidade da instituição, com vistas a atingir o maior número de instituições, garantindo assim a diversidade e ampla participação democrática das crianças e adolescentes;

§ 2º – Serão priorizadas as inscrições de crianças e adolescentes que participaram da Pré-Conferência Municipal, realizada no dia 30 de março de 2023.

Art. 10 O credenciamento dos participantes da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será efetuado no dia 27 de abril de 8h30 às 9h30.

Art. 11 As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## **CAPÍTULO V - DA PALESTRA**

Art. 12 A Palestra Magna terá por finalidade promover o aprofundamento do debate a ser realizado nos Grupos Temáticos (GT) por Eixos, em conformidade com o Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças com a Resolução nº 001/2015 do CEDCA/SC.

Art. 13 A palestra terá a colaboração de um(a) coordenador(a) de mesa, indicado(a) pela Comissão Organizadora, que ficará responsável por controlar o uso do tempo e organizar as perguntas formuladas pela Plenária.

Art. 14 As intervenções dos(as) participantes poderão ser feitas oralmente ou apresentadas por escrito e encaminhadas ao Coordenador(a) de Mesa.

Parágrafo Único: O tempo de cada intervenção será de até dois minutos.

Art. 15 A relatoria ficará responsável, durante a exposição, pelo resumo escrito da fala do(a) palestrante.

## **CAPÍTULO VI - DOS GRUPOS TEMÁTICOS**

Art. 16 Os Grupos Temáticos serão de caráter analítico e propositivo, realizados simultaneamente, em número de cinco, conforme definido no Art. 2º, contando com a participação de crianças e adolescentes e demais participantes.

Art. 17 Os Grupos Temáticos serão norteados a partir dos seguintes documentos de referência:

I – Relatório da Pré-Conferência das Crianças e dos Adolescentes;

II – Tema e diretrizes definidas da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de COVID-19: violações e vulnerabilidade. Ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade;

III - Quadro Síntese das Deliberações da 10ª Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

IV – Eixos e Objetivos Estratégicos do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art. 19 Cada Grupo Temático contará com até dois(as) Mediadores(as) e um(a) relator(a) indicados(as) pela Comissão Organizadora, que ficarão responsáveis por subsidiar a discussão, controlar o uso do tempo e conduzir a elaboração e sistematização das propostas para apresentação na Plenária Final.

## **CAPÍTULO VII – DAS SESSÕES PLENÁRIAS**

Art. 21 As Sessões Plenárias serão abertas a todos os participantes da Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis.

Art. 22 Os participantes devidamente credenciados e portadores dos crachás de identificação terão direito a voz e voto nas Plenárias da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os demais participantes serão garantidos o direito a voz.

§ 1º As decisões da Plenária serão todas por maioria simples dos votos dos presentes na plenária, salvo específico no caso do Art. 23, parágrafo único.

§ 2º A manifestação e ou intervenção dos membros da Plenária ocorrerá mediante prévia inscrição na Mesa Coordenadora, sob a forma de destaque;

§ 3º Os Cartões de votação serão utilizados da seguinte maneira:

I - Cartão Verde: Sim (se aprovar);

II - Cartão Vermelho: Não (se desaprovar);

III - Cartão Amarelo: Abstenção (se renunciar ao direito de votar).

Art. 23 As Sessões Plenárias terão a competência de discutir, aprovar e ou rejeitar, em parte ou na totalidade o Regimento Interno; as diretrizes prioritárias dos Grupos Temáticos; bem como eleger os 6 (seis) Delegados para XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único – No caso de haver consenso, após a leitura do Regimento Interno, de artigo, inciso, parágrafo e ou alínea, a redação desses estará automaticamente aprovada, dispensando a votação.

Art. 24 O processo de apreciação e aprovação da Plenária Final referente às diretrizes prioritárias e suas propostas de mobilização, articulação e monitoramento dar-se-á da seguinte forma:

I. leitura das propostas consolidadas pelos Grupos Temáticos;

II. apresentação dos destaques solicitados na Plenária;

III. havendo consenso da proposta destacada, será levado à votação em relação à proposta original;

IV. não havendo consenso será feita uma defesa contra e uma a favor, com o tempo de um minuto para cada uma, podendo ser prorrogado, se solicitado pelo(a) delegado(a), de mais um minuto.

## CAPÍTULO VIII - DA ELEIÇÃO DOS(AS) DELEGADOS(AS)

Art. 25 Serão candidatos(as) a Delegados(as) para a XII Conferência Estadual do Direito da Criança e do Adolescente, os participantes que realizaram sua inscrição à candidatura de Delegado(a) no período entre às 13h30 do dia 27 de abril até às 12h00 do dia 28 de abril,

mediante apresentação de formulário de inscrição à Coordenação de Mesa da Plenária Final, observadas, ainda, as seguintes condicionalidades:

I – Apresentar, no mínimo 70% (setenta por cento) de frequência na XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis;

II – Ter participado dos Grupos Temáticos da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis;

III – Estar presente na Sessão de Eleição de Delegados da Plenária Final.

Art. 26 A eleição dos 6 delegados para a XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme a resolução 001/2015 do CEDCA/SC, deverá ser distribuída nas seguintes categorias:

1 adolescente morador de Florianópolis (na escolha do delegado representante do segmento adolescente, deve ser observado que o representante não complete 18 anos até a data da Conferência Nacional, em novembro de 2023);

1 criança moradora de Florianópolis (na escolha do delegado representante do segmento criança, deve ser observado que o representante não complete 12 anos até a data da Conferência Nacional, em novembro de 2023);

2 conselheiros do CMDCA (um governamental e um não governamental);

2 participantes livres, sendo 1 deles pessoa com deficiência.

§ 1º. Serão eleitos 06 suplentes de delegados(as), igualmente em fórum próprio;

§ 2º. Não havendo candidatos(as) ou representação em alguma categoria relacionada, conforme artigo 26, deste Regimento Interno, essas poderão ser remanejadas para as demais categorias;

§ 3º. Os(as) Delegados(as) mais votado(as) em cada categoria constituirão, em ordem decrescente, Delegados(as) Titulares e Delegados(as) Suplentes para a XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º A comissão eleitoral será composta pelos membros da comissão do CMDCA, responsáveis pelo processo de conferência;

III - Os integrantes da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos(as) à eleição para Delegados(as) à XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 27 A relação dos Delegados(as) eleitos(as) e seus respectivos suplentes deverá ser enviada ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente até a data determinada pela Comissão Organizadora da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Na impossibilidade do(a) Delegado(a) titular estar presente na Conferência Estadual, o(a) respectivo(a) suplente será convocado(a) para exercer a representação do município.

## CAPÍTULO IX - DAS MOÇÕES

Art. 28 As moções deverão ser apresentadas à Relatoria da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente assinadas por 10% (dez por cento) dos participantes credenciados, até a instalação da Plenária Final, no dia 28 de abril às 13h30.

Parágrafo primeiro As inscrições para Moções serão realizadas no período na tarde do dia 27, de 13h00 às 17h00 e na manhã do dia 28, de 9h00 às 12h00.

Parágrafo segundo. As Moções podem ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

Art. 29 As moções serão apreciadas pela Plenária Final. Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria dos votos dos presentes na plenária.

## CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 Aos participantes das Plenárias é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Mesa Coordenadora, sempre que julgarem não estar sendo cumprido este Regimento.

Parágrafo Único. Em regime de votação, são vedados os levantamentos de questões de ordem.

Art. 31 Serão conferidos certificados a todos os participantes da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como ao palestrante e membros da comissão organizadora.

Art. 32 Será divulgado pela Comissão organizadora, após o término do credenciamento de cada dia, o número de Delegados(as) da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aptos(as) a votar nas Sessões Plenárias.

Art. 33 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Art. 34 O presente Regimento entrará em vigor após aprovação da plenária da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Florianópolis/SC, 27 de abril de 2023.

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

## ANEXO V - PALESTRA MAGNA



Profa. Dra. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs <sup>[1]</sup>

(Núcleo de Direitos Humanos, Pluralismo e Democracia -NDHPD/DSS/UFSC)

Boa tarde a todas e todos os presentes: destaco os/as adolescentes representantes das instituições e os diferentes profissionais que atuam nas instituições de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em Florianópolis. E ao agradecer à Presidência do CMDCA nas pessoas da Presidenta Renata Machado Pereira da Silva e da Vice Eliete Maria de Lima, estendo a minha saudação e meu abraço fraterno a todos os atores que estão aqui hoje preocupados, comprometidos e engajados para a função principal dessa instância máxima da política de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes: a realização da 11<sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. Daqui sairão as propostas para a Conferência Estadual e a representação de delegados. E acima de tudo, decidirão por ações prioritárias para os próximos anos. Nosso compromisso enquanto participantes inscritos nesta Conferência, tem assim uma dimensão técnica e política, pois faremos escolhas.

Quero agradecer imensamente o convite para estar nesse lugar trazendo algumas palavras, registrar a minha alegria e reafirmar o meu compromisso com a defesa e garantia dos direitos da criança e adolescentes, desde os tempos de acadêmica do Serviço Social. E lá se vão mais de 35 anos de ativismo nos direitos da infância e adolescência.

Sou professora Andréa e estou aqui também na condição de docente da Universidade Federal de Santa Catarina. Integro o Departamento de Serviço Social e o Núcleo de Direitos Humanos, Pluralismo e Democracia. Depois de muitos anos atuando na execução terminal das políticas sociais, em especial trabalhando com meninos e meninas de comunidades periféricas, com meninos e meninas de rua com meninas e meninos autores de ato infracional e em cumprimento de medida socioeducativa em Florianópolis, Belo Horizonte e Brasília.

O educador Paulo Freire sempre guiou meus passos como educadora social, como estudante e profissional do Serviço Social e mais recentemente, cerca de 15 anos, como docente do magistério superior. Nesse sentido, ao entrar no espaço acadêmico sempre fui acompanhada por dois pensamentos do mestre:

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. (...) Longe das massas populares, em interação apenas com seus livros, o intelectual corre o risco de ganhar uma racionalidade desencarnada, uma compreensão do mundo sem carne.

Assim, neste meu lugar de fala de educadora social compartilho com vocês, em voz alta, algumas reflexões que contribuam nos trabalhos de vocês nessa Conferência.

Hoje, dia 27/04 é um dia extremamente importante para a Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente em Florianópolis. Pois a despeito de tudo o que passamos nesses últimos quatro anos, é momento de comemorar sim!

Estamos realizando a 11<sup>a</sup> Conferência Municipal após a crise sanitária da Covid-19, somado ao governo desastroso e aviltante do ex-presidente da República, que agiu tanto na ação e quanto na omissão no combate responsável e humanizado da Covid-19 e na tentativa frustrada de silenciar e até extinguir o espaço soberano de formulação, deliberação e fiscalização da política de atendimento aos direitos da Criança e do Adolescente (sobretudo o Conanda), ou seja, esse espaço soberano das Conferências e dos Conselhos de Direitos. Ambos resistiram e resistirão!

Assim, sinalizo aqui alguns pontos que precisamos ter em mente quando hoje e amanhã formos pensar as respostas públicas que construiremos para o município, estado e país. E que vão nos desafiar a pensar para além das nossas práticas institucionais individualizadas. Nesse sentido, nossa participação ativa e qualificada nesses dois dias de Conferência, devem considerar o seguinte:

1. O contexto da pandemia da Covid-19 e suas consequências nefastas a curto, médio e longo prazo, sobretudo na vida das famílias e das crianças e adolescentes de Florianópolis, de Santa Catarina e do Brasil. Uma crise sanitária global com impactos locais e de proporções devastadoras. Segundo dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2023)<sup>[2]</sup>, de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, tínhamos, no Brasil, um acumulado de 693.853 óbitos por Covid-19, para uma população de 210.147.125 hab. Ou seja, uma taxa de mortalidade de 35,57 por 100mil hab. Na região Sul essa taxa de mortalidade por 100mil hab foi de 40,99 e a região Sul foi a 2<sup>a</sup> região do País com maior número de óbitos acumulados, perdendo apenas para o Sudeste (Norte e o Nordeste as menores taxas) e Santa Catarina foi o estado da região Sul com o maior número de óbitos acumulados (Brasil, 2023).
2. Em artigo publicado em 2022, no livro: Gestão da Morte e Modos de Produção de Memória na Pandemia do Novo Coronavírus, da editora CRV, organizado pela profa. Da UNB profa. Simone Rodrigues Pinto, eu e a profa. Marcia Guedes Vieira temos um artigo publicado neste livro intitulado: “o direito à Convivência Familiar e Comunitária no contexto da Pandemia e Pós-Pandemia da Covid-19. E é dali que vou extrair alguns dados agora. Estudo realizado pelo Imperial College, do Reino Unido, e publicado na

Revista Científica “*The Lancet*”, em julho de 2021, teve como referência os dados de 21 países (entre eles o Brasil), e apontou que cerca de 1.134.000 crianças e adolescentes perderam um cuidador principal, como pai e mãe, durante os primeiros 14 meses da pandemia. E 1.562.000 crianças e adolescentes sofreram com a morte pelo menos de um cuidador primário ou secundário como avós (parentes) com quem viviam. Seis meses depois a morte de cuidadores quase dobrou em comparação aos 14 primeiros meses da pandemia: “Estima-se que no período de 20 meses, 5 milhões de mortes por Covid-19 significaram que 5,2 milhões de crianças e adolescentes perderam um pai ou cuidador em todo o mundo. Esse mesmo estudo aponta que no Brasil, no período de março de 2020 a abril de 2021, 130.363 crianças e adolescentes que perderam seus cuidadores primários (pais ou avós que tinham a custódia ou guarda) (Vieira e Fuchs, 2022).<sup>[3]</sup>

3. Nessa mesma direção um estudo inédito no Brasil, realizado FIOCRUZ e pela UFMG<sup>[4]</sup>, divulgado pelo Observatório de Saúde na Infância constatou que nos dois primeiros anos da pandemia, 40.830 crianças e adolescentes perderam suas mães por Covid-19 no Brasil. Repito: 40.830 crianças e adolescentes brasileiras perderam suas mães, ou seja, uma taxa de 7,5/10.000 crianças e adolescentes de 0-17 anos. Entre os adultos maiores de 18 anos, considerando o nível educacional das pessoas que morreram de Covid-19, os dados indicam que quanto maior a escolaridade menor a taxa de mortalidade, ou seja, 38,8 por 10.000 entre pessoas sem escolarização para 13/10.000 entre pessoas com nível Superior
4. Nesse sentido cabe algumas perguntas: Quantas são, quem são? onde estão? E quem com quem estão e como estão vivendo essas as crianças e adolescentes que perderam suas mães, pais, cuidadores primários e secundários em Florianópolis? O CMDCA conhece essas crianças e adolescentes a partir das informações da política de educação municipal? Da de assistência social municipal? E da Política de saúde municipal? Além dos perfis que costumeiramente precisamos ter no raio de definição da política de atendimento (crianças e adolescentes periféricas, pobres, indígenas, de populações ribeirinhas e afastadas dos centros urbanos e das regiões metropolitanas, com deficiência e em situação de violação de direitos, temos que incluir esse novo perfil que deve fazer parte das políticas integradas intersetorialmente.

Como mencionei acima, no contexto da Covid-19 tivemos no Brasil um governo que adotou durante a pandemia a necropolítica (termo filosófico) que define o uso do poder social e político

para decretar quem poderia viver e como as outras devem morrer. Não vamos nos aprofundar nas ações e/ou inações do ex-governo, mas pontuar uma, entre tantas consequências, que teremos que enfrentar com ações e decisões a serem construídas nessa Conferência, pois são as crianças e adolescentes que mais sofrem: a violência. E essa violência abrange a estrutural, institucional e interpessoal (extra e intrafamiliar). Falo do ponto de vista político e social de um aumento da escalada do extremismo no Brasil, por meio de discursos de ódio aos diferentes, desiguais e divergentes, potencializando a cultura da violência, como o caso que chocou o Brasil no início de abril, em Santa Catarina.

A presença acelerada e constante da morte na vida das famílias por Covid-19, sobretudo, no cotidiano de crianças e adolescentes, tomou grande parte dos acontecimentos diários e deixou marcar na vida delas e muitas delas sem a possibilidade de enterrar seus mortos

Estudo realizado em 2019<sup>[5]</sup> aponta que os rituais fúnebres são benéficos para a elaboração da perda da morte de uma pessoa significativa. Esses rituais possibilitam “(...) descrever o que não se consegue expressar em palavras, estimulando o trabalho de luto e desempenhando importante função de maturação social e psicológica diante da perda”. Nesse sentido, a pandemia não permitiu que as famílias de quase 700 mil pessoas vivessem esse ritual. Até isso a pandemia aprofundou as desigualdades sociais.

Infelizmente o Brasil foi reposicionado tristemente no cenário geopolítico da desigualdade social, trazendo o País para o mapa da fome. Com a pandemia ampliou-se a concentração de riqueza e o fosso social entre aqueles que estão no topo da pirâmide econômica e a maioria que está na base social dela ficou ainda maior.

Assim, a distância entre aqueles que acessam a riqueza socialmente produzida e aqueles que produzem a riqueza, mas não participam da sua socialização,<sup>[6]</sup> fez o Brasil regredir drasticamente nos seus indicadores sociais.

Além das condições objetivas de existência – como o aumento da insegurança alimentar (SMDH, 2021), da fome, do desemprego e do empobrecimento das famílias, da dificuldade de acesso às políticas sociais, sobretudo o acesso às aulas, às instituições sociais que atendem crianças e adolescentes em Serviços de Convivência Familiar (conhecidas historicamente como contraturno escolar) – as condições subjetivas foram afetadas sobremaneira, entre elas o adoecimento socioemocional (depressão e ansiedade), provocado pelo aumento do isolamento social em virtude das exigências sanitárias.

Nesse cenário sanitário global sombrio, as crianças e adolescentes, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento foram (e continuam sendo) impactadas de forma avassaladora. Os resultados da pesquisa contratada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2020) identificou os impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e

adolescentes. Um exemplo disso foi o aumento da exclusão escolar. Segundo dados do (UNICEF, 2021)<sup>[7]</sup> na pandemia 13,9% de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares; e 41% delas tinham entre 6 e 10 anos; sendo que 2019 essa faixa etária representava o menor percentual de crianças nessa condição. A pandemia escancarou aquilo que as crianças e adolescentes viviam no seu cotidiano. Uma brutal desigualdade educacional distanciando crianças e adolescentes da possibilidade de vivenciar uma educação que seja democrática nas oportunidades e equitativa no seu acesso e permanência.

Ainda sobre a educação podemos completar uma importante análise: em 2019 a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (2009, 2012, 2015 e 2019) já apontava que em 2009 6,3% dos escolares do 9º ano do ensino fundamental responderam que não compareceram à escola por falta de segurança no caminho da casa para a escola ou da escola para a casa. Em 2019 (10 anos depois) esse percentual sobre para 12,3% , ou seja, um aumento na insegurança de 95,2%. Não por acaso que a maioria dos mortos adultos por Covid-19 eram pessoas sem escolarização e de áreas periféricas. Nossos territórios (ruas, bairros, cidades... não são seguras para as crianças e adolescentes)

Por mais terrível que tenha sido a tragédia que aconteceu na Creche em Santa Catarina e reafirmo isso: foi uma tragédia! A violência na escola, a violência à escola e a violência da escola há tempos nos informa da segregação na qual crianças e adolescentes de áreas periféricas vêm convivendo diariamente e violentamente. E o Estado? O Estado brasileiro nas três esferas governamentais tem chegado tarde!

Cito aqui a frase do Ministro dos Direitos Humanos, Silvio de Almeida, por ocasião da tragédia com as quatro crianças em SC: “Estamos falhando miseravelmente com nossas crianças e adolescentes” e completa dizendo: “um País (eu acrescento: um estado, um município) que não é capaz de ser seguro para nossas crianças fracassou como democracia.

E o que a pandemia tem a nos sinalizar diante do objetivo de propor e deliberar técnica e politicamente nesses dois dias de Conferência e que posteriormente precisarão ser cumpridas enquanto Política Municipal de Atendimento aos direitos da Criança e do Adolescente? Respondo como uma verdade provisória e coloco ao debate: A pandemia escancarou a histórica fragilidade do nosso Sistema de Garantia de Direitos. De forma alguma desqualifico as conquistas. Muito pelo contrário, são várias conquistas ao longo desses quase 33 anos de ECA, vários esforços individuais e coletivos foram empenhados e com conquistas, mas não tem sido suficiente para proteger e cuidar das crianças e adolescente. Onde estamos falhando? Por que estamos chegando tarde? Governo e sociedade civil integram o Estado ampliado, por pelo dos Conselhos de políticas, e, portanto, a responsabilidade é nossa! É compartilhada! O que nós das universidades estamos fazendo para contribuir nesse processo?

O artigo 86 do ECA já colocava como regra que as ações de promoção, proteção e defesa dar-se-á por “um conjunto articulado de organizações governamentais”. Ou seja, exige de todos nós; sistema de justiça, CT, MP, Defensoria, Centros de Defesa, polícia militar, polícia civil, instituições de atendimento, Serviços e equipamentos das políticas sociais uma capacidade técnica e política de atuarmos intersetorialmente.

Mas não estamos conseguindo atender, cuidar e proteger publicamente nem mesmo as crianças e adolescentes com maior prioridade: aquelas vítimas de vulnerabilidade social e vítimas de violência. E isso sabemos muito mais pelo vivido no campo do atendimento do que por meio de diagnósticos permanentes que nos revele exatamente onde estão nossas prioridades.

Temos equipamentos públicos cada vez mais sucateados com sobre-trabalho dos profissionais e com baixos salários, atendimento final com qualidade inferior, profissionais desestimulados sem formação continuada. Temos instituições da sociedade civil sem recursos ou com vivendo como trapezistas com recursos que chegam atrasados, principalmente dos convênios firmados com o poder público. Temos governos que transferem a responsabilidade e por meio de transferência de recursos (parcos e em atraso) entendem estar fazendo política pública de boa qualidade. Onde estão as informações sobre o que já foi feito? Onde estão os resultados do que foi realizado desde as últimas conferências? O que do que vamos decidir nesses dias são ações repetidas não porque foram avaliadas e precisam de reforço, ampliação e criação, mas por esquecimento, por falta de processos técnicos e políticos que verifiquem os resultados. Estamos lidando com dinheiro público e com vidas. E a pandemia mostrou que a vida pode ser mais curta do que sempre foi. O futuro precisa ser agora. E aqui não estou desqualificando o trabalho de vocês, apenas constatando o que vejo e ouço pelas minhas andanças em parcerias com as instituições do SGD e com meus estudos acadêmicos.

No campo da política pública as relações entre o Estado e a Sociedade Civil são sempre contraditórias, isto é, de reciprocidade e antagonismo. O caráter conflituoso das atividades políticas diz respeito aos conteúdos e decisões (RUA, 1999). Assim, os avanços e retrocessos na política, neste caso da Política de Atendimento aos direitos da criança e do adolescente resultam das relações conflituosas entre segmentos sociais organizados, no caso dos Conselhos de Direitos entre governo e sociedade civil representada, que lutam para fazer valer suas necessidades e demandas, transformando-as em questões incluídas na agenda pública ou política.

Para entendermos a importância do que estamos fazendo aqui nesta Conferência Municipal e do que estamos fazendo enquanto representantes no espaço dos Conselhos de Direitos é necessário lembrar que o Ciclo de uma política pública compreende: a) a percepção e definição dos problemas; b) a construção da agenda política (*agenda-setting*); c) a formulação propriamente do desenho e conteúdo substantivo dessa política, ou seja, quais os princípios, qual a abrangência, qual o financiamento, a gestão a metodologia e modelos dos programas e serviços;

c) a implementação e implantação propriamente dessa política, ou seja, sua operacionalização/execução; e d) por fim, o monitoramento e avaliação de políticas. Posso dizer com segurança que a falta de uma dessas etapas anteriores trará prejuízo significativo no avanço da proteção e cuidado públicos

Assim sendo, na Política de Atendimento podemos agir de maneira improvisada ou de forma planejada, permitindo uma melhor organização da própria ação, tornando clara e comunicável a todos os envolvidos (direta e indiretamente) essas ações e, sobretudo, possibilitando tomar a decisão para melhor intervir na realidade. Por isso, nossa ação na política pública, neste caso na Política de Atendimento aos DCA, envolve tanto uma racionalidade técnica quanto e um processo político. Explico-me melhor. Quando falamos em racionalidade técnica nos referimos ao:

- conhecimento da realidade (conhecimento dos dados, análise e estudo das alternativas),
  - escolha de alternativas (determinação de meios, definição dos prazos, responsáveis, ou seja, a programação)
  - execução das decisões e o acompanhamento dessa execução
  - avaliação crítica do que foi decidido e executado

E todo esse processo envolve uma dimensão política pois vão permitir a tomada de decisões do que é mais ou menos relevante, do que é mais ou menos prioritário.

Somos até muito bons e nos aperfeiçoamos ao longo da caminhada em fazer planos: “Plano de convivência familiar comunitária; Plano decenal dos direitos da criança e do adolescente; Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo; Plano Nacional da Primeira Infância; Plano Nacional de Educação; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual..... Mas também nos aperfeiçoamos em não cumpri-los, não monitorá-los n sua implantação/execução. Quem monitora os tempos. Se não cumprimos no prazo planejado significa que esses sujeitos continuam com seus direitos suspensos. Até quando? Qual deve ser a medida da régua desses tempos: da necessidade dos usuários e mandatários das políticas, programas e serviços ou das instituições com sua abrangência de público, recursos e estrutura organizativa? Digo sem medo: nossas ações como agentes públicos (governo e SC) devem estar sustentadas num conhecimento técnico, metódico, sistemático para tomarmos decisões políticas de interesse coletivo. Esse é o princípio da Política Pública.

Bom, a partir disso que falei até agora, onde estou querendo chegar com minha reflexão?

O quanto conhecemos profundamente da realidade que desejamos intervir. A leitura empírica, do vivido é importante, mas não é suficiente pois ela é contaminada de ideologias e senso comum. Como sabemos realmente a distância entre onde estamos e onde queremos chegar? Quais são os dados da realidade capturada com métodos que mostram a realidade como ela é e não como eu quero que seja. Aí a ciência nos ajuda no caminho metodológico dessa busca.

Sem essas etapas claras e pactuadas a parte da programação ou onde queremos chegar não se sustenta pois se move por um terreno movediço, obscuro.

No início da minha fala eu disse que o Estado tem chegado tarde na proteção e cuidado e quando chega é insuficiente. O quanto nos esquecemos da violência estrutural e da violência institucional provocadas pela insuficiência nas expostas públicas frente às violações de direitos. A violência interpessoal (intrafamiliar e extrafamiliar) é muito importante, mas quando a violência chega em uma criança e adolescente é porque a Família, o Estado e a sociedade falharam.

As demandas que se impõe ao Sistema de Garantia de Direitos tem endereço, idade, raça, classe e gênero. São crianças e adolescentes, pretas, pobres, periféricas invisíveis aos olhos do poder público e que muitas vezes recebem como resposta às suas demandas uma política pobre para pobre.

O ECA (1990) surge como uma mudança paradigmática em relação ao Código de Menores (1979) a Doutrina da Proteção Integral em substituição a Doutrina da Situação Irregular, mas ainda precisamos, como dizia Edson Sêda “prender as crianças e adolescentes para protegê-las”. E não estou me referindo somente aos adolescentes em conflito com a lei. defesa e a proteção de crianças e adolescentes com direitos violados vem muitas vezes travestida, por exemplo, de Acolhimento Institucional que visa “proteção do Estado”, contra possíveis violações de direitos cometidas pelos pais ou responsáveis. Contudo, mesmo o ECA em seu artigo 23 afirma que “a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”. Mas ainda normalizamos quando crianças e adolescentes são acolhidos institucionalmente pelo instituto jurídico da negligência. E o que significa a negligência? Condição de cuidar e proteger e mesmo assim não o faz? E quando a família não tem as condições e a lei (ECA) diz que isso por si só não justifica o afastamento, mas ainda insistimos (nós de instituição de defesa e proteção) em culpabilizar implacavelmente e exclusivamente as famílias pelo cuidado e proteção sem que o Estado seja responsabilizado pela ausência de cuidado público com essa família, tudo “para o melhor interesse da criança ou adolescente”. Dados da minha pesquisa recente trazem pontos sensíveis sobre essa realidade em que o sistema de justiça.

Ainda, importante destacar os dados trazidos pela nossa querida companheira, ex-conselheira tutelar e atual assistente social da Casa de Acolhimento Darcy Ribeiro do CCEA, a assistente social Daiane Correia sobre os atendimentos do Conselho Tutelar em Florianópolis. Eles apontam para realidades importantes e a necessidade de algumas perguntas que precisam ser respondidas: Qual a realidade das famílias das crianças e adolescentes vítimas de abandono, negligência, violências (física, sexual, psicológica)? Qual o percurso institucional realizado pela família e as crianças e adolescentes com direitos violados e/ou vítimas de violência? Quais foram as respostas institucionais do SGD que contribuíram na interceptação da violação de direitos estrutural, institucional ou interpessoal? A quanto tempo elas estão no SGD? O que foi feito na

Proteção Básica para que a vulnerabilidade não se tornasse violência e provocasse rupturas de vínculos. Afinal essa é a função da organização da Política (programas e serviços) desenhados progressivamente. Confesso que nesses 35 anos de trabalho na área ainda tenho dificuldades de entender a frase: “a família não aderiu ao serviço ou ao acompanhamento”.

A CF/1988 trouxe para o texto legal duas diretrizes importantes que redefiniram o jeito de fazer política pública social: a) a descentralização político-administrativa, ou seja, como as esferas de governo (municipal, estadual/distrital e federal vão se relacionar e as responsabilidades atribuídas a cada uma delas e na relação estado/sociedade; b) a participação social, ou seja, a sociedade civil amplia o papel do Estado ao compor as instâncias de controle social democrático. Os conselhos de direitos expressam essa participação que precisa ser paritária numericamente. Contudo, o papel da sociedade civil não é o de substituir o Estado, mas de fazer com que esse estado seja público e de interesse público, ou seja, o princípio da *Res (Coisa) Pública* (para todos), por isso compromete a todos, tanto o Estado quanto a sociedade.

A pandemia da Covid-19 trouxe consequências diretas nos direitos de crianças e adolescentes: na sua sobrevivência (direito à vida, saúde e alimentação), no seu desenvolvimento pessoal e social (direito à educação, lazer, profissionalização e cultura); e na sua integridade física, moral e psicológica (direito à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária).

Sabemos que essas consequências exigirão esforços ainda maiores de todos os atores públicos, da sociedade civil em ações estratégicas que rompam com a ação setorial e individualizada de cada instituição.

Nesse sentido é importante que a Conferência proponha, ações considerando como referência os três grandes eixos dos direitos humanos fundamentais, bem delineados pelo prof. Antônio Carlos Gomes da Costa (1991) ou seja, o artigo 227 da CF/88 e 4º do ECA afirmam que : É dever da família, da sociedade, do Estado assegurar a criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim as ações a serem construídas nos 5 eixos dessa Conferência devem considerar:

- a) Eixo dos direitos à Sobrevivência: que são os direitos à vida, à saúde, à alimentação;
- b) Eixos do Desenvolvimento Pessoal e Social: que inclui os direitos à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura;
- c) Eixo do Respeito à integridade física, psicológica e moral: que envolve os direitos à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de

colocá-lo a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, é com base nesses três eixos dos direitos humanos fundamentais que pensaremos ações para a:

1. Promoção e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no contexto pandêmico e pós-pandemia
2. Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da pandemia da Covid 19
3. Ampliação e consolidação da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos seus direitos, durante e pós-pandemia
4. Participação da sociedade na deliberação, execução, gestão e controle social de políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes considerando o cenário pandêmico
5. Garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes durante e pós-pandemia da Covid-19

Nesse temos três desafios importantes a perseguir:

- VENCER a falta de compromisso ético do Estado e da sociedade brasileira com as crianças e adolescentes
- TRADUZIR o compromisso ético em vontade política “O Brasil tem condições de assegurar todos os direitos na agenda política dos governos
- ALCANÇAR a competência técnica no atendimento aos direitos das crianças e adolescentes. É fundamental: Saber o que e como fazer o que está previsto no ECA.
- E por fim, termino minha fala parafraseando Paulo Freire: “Minha esperança é necessária mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia”. O desafio está posto! Vamos a ele!!!

Obrigada!

**Profa. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs**

[1] <http://lattes.cnpq.br/6661762655587813> E-mail: [andrea.lohmeyer@ufsc.br](mailto:andrea.lohmeyer@ufsc.br)

[2] <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19.html/covid-19.html.html> (acesso em 25/04/2023)

- [3] VIEIRA, Marcia Guedes; FUCHS, Andréa Márcia S. L. O direito de crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar no contexto da pandemia e pós-pandemia da Covid-19. In: PINTO, Simone Rodrigues (Org.). Gestão da morte e modos de produção de memória na pandemia do novo coronavírus / Curitiba: CRV, 2022. (p. 131- 148).
- [4] SZWARCOWALD, Célia Landmann, BOCCOLINI, Cristiano Siqueira; ALMEIDA, Wanessa da Silva de AFILHO, Adauto Martins Soares; MALTA, Deborah Carvalho Malta. Mortalidade por COVID-19 no Brasil, 2020-21: consequências do manejo inadequado da pandemia: consequências do manejo inadequado da pandemia. *Arch Public Health* 80 , 255 (2022). <https://doi.org/10.1186/s13690-022-01012-z>.
- [5] SOUZA, Christiane Pantoja de; SOUZA, Airle Miranda de. Rituais Fúnebres no Processo do Luto: Significados e Funções. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa* DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35412> 2019, v.35 (p. 1-7).
- [6] Matéria da Revista *exame (on line)* informa que no primeiro trimestre de 2020 as marcas de carro importados BMW, Ferrari, Porsche e Volvo apontaram crescimento nas vendas. Segundo a reportagem (...) “as 15 empresas associadas à ABEIFA (que reúne importadores fabricantes de veículos) saltaram de 4.258 unidades para 5.887 unidades) (EXAME, 2022, s/p). <https://exame.com/negocios/de-bmw-a-porsche-marcas-de-luxo-batem-recordes-de-venda-no-brasil-em-2021/> (Acesso em 21.02.2022).
- [7] UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Brasília: 2021.

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

## ANEXO VI - MOÇÕES APRESENTADAS



FICHA DE INSCRIÇÃO **MOÇÃO 11ª** CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTEMUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS  
DATA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL: 27 E 28 DE ABRIL

I. A quem se destina:

Nome: Poder Judiciário / Ministério Público

Órgão: \_\_\_\_\_

II. Tipo de Moção:

( ) Repúdio (  ) Apoio ( ) Recomendação ( ) Congratulação

III. Texto

Implementação de programas de atenção a homens autores de violência para encaminhamento da rede de proteção, em respeito a prevenção das violências apontadas na pré-conferência por crianças e adolescentes.

Nome	Assinatura	RG ou CPF
ALESSANDRA PATRICIA DA SILVA	<i>Alessandra</i>	019532239-82
Camila Ribeiro Glorio	<i>Camila</i>	353.530.538-18
DIOGO AUGUSTO FERREZZI SCHERER	<i>Diogo</i>	046.908.799-40
Brizida Azevedo	<i>Brizida</i>	712.17.0095034
MARIA (QUATRO VÉIS)	<i>Maria</i>	154.616.079.50
Michelle da R. Mott	<i>Michelle</i>	4138208-0



FICHA DE INSCRIÇÃO **MOÇÃO 11ª** CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS

DATA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL: 27 E 28 DE ABRIL

I. A quem se destina:

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIALÓrgão: GERENCIA ALTA COMPLEXIDADE

II. Tipo de Moção:

( ) Repúdio ( ) Apoio (X) Recomendação ( ) Congratulação

III. Texto

que o Programa da Família Acolhedora seja ampliamen-  
te divulgado na imprensa. com objetivo de buscar  
Famílias que tenha interesse em acolher ADOLESCENTES,  
que sejam PRIORIDADE NO ATENDIMENTO pelo Programa  
DA FAMÍLIA ACOLEDORA, tendo em vista a idade e a  
DIFICULDADE DE UM PROCESSO DE ADOÇÃO.

Nome	Assinatura	RG ou CPF
Adriana de J. Rocha	Rocha	
Silviana M. de Espirito Santo	SEU	016.450.989-58
Fernanda Cordeiro	FY	06130626983
Regina Beatriz de Jesus	JR	45.841.308-2
Parana Cristina Alued Lima	Parana Cristina Alued Lima	0731143993
Helena de Castro Seratini	Helena Seratini	01785608-52

FICHA DE INSCRIÇÃO **MOÇÃO 11ª** CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS  
 DATA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL: 27 E 28 DE ABRIL

I. A quem se destina:  
 Nome: Câmara Municipal de Vereadores

Órgão: \_\_\_\_\_

II. Tipo de Moção:  
 ( ) Repúdio ( ) Apoio (X) Recomendação ( ) Congratulação

III. Texto

- Aproveitar recursos <sup>na LOA</sup> na pasta da Assistência Social, para a criação, instalação e estruturação dos Conselhos Tutelares, cuja ação conta na LOA.

Nome	Assinatura	RG ou CPF
Luciane Szeg	[Assinatura]	RG 2.303.750
Angela Beatriz de Jesus	[Assinatura]	45.841.308-2
Mara Inez Mezetti	[Assinatura]	20.014.707-9
Luciane C. Fajus	[Assinatura]	009.780.229-3
Poliana B. Dalla Rosa	[Assinatura]	RG 3.306.487
Michelle Karim Schulz	[Assinatura]	3.758.351



FICHA DE INSCRIÇÃO **MOÇÃO** 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS

DATA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL: 27 E 28 DE ABRIL

I. A quem se destina:

Nome: \_\_\_\_\_

Órgão: Secretaria de Assistência Social

II. Tipo de Moção:

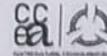
( ) Repúdio ( ) Apoio (X) Recomendação ( ) Congratulação

III. Texto

- Destinar recursos suficientes na proposta orçamentária a ser votada em 2023 para execução em 2024, para a criação, instalação e estruturação do SE CTutelar, cujas ações já foram encaminhadas na LDO.

Nome	Assinatura	RG ou CPF
Raoni Zoyes		RG 2.303.750
Angela Pinheiro de Jesus		45.841.308-2
Marcio Inglez Slezeth		20.014.707-9
Juciene C. Bojor		069.780.225-93
Poliana Brito P. Rosa		RG 3.306487
Michelle Karine Setubal		3.758351

Ana Carla Corado Soares - Ass. 088-254 63-06



FICHA DE INSCRIÇÃO **MOÇÃO** 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS

DATA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL: 27 E 28 DE ABRIL

## I. A quem se destina:

Nome: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIALe  
Órgão: CONSELHO MUNICIPAL CRIANÇAS E ADOLESCENTES

## II. Tipo de Moção:

 Repúdio ( ) Apoio ( ) Recomendação ( ) Congratulação

## III. Texto

Os presentes manifestam seu repúdio à Secretaria e ao CMDCA quanto à inexistência e intempetividade na aplicação dos recursos que já estão depositados no FIA, entendendo-se, principalmente, aqueles que estão parados por conta de resoluções que já não teriam mais efeito e do edital de saldo 2021(2022).

Justifica-se a presente moção pela urgência verificada nas demandas de crianças e adolescentes e na prioridade absoluta determinada pelo ECA, as quais não estão sendo respeitadas nestes casos.

Nome	Assinatura	RG ou CPF
Leuane Bogo		RG 2.303.750
Angela Patrícia de Paula		45.841.308-2
Márcio Angel Mezeth		20.014.707-9
funcionec. Bogo		267.750.229-93
Poliana B. Dalla Rosa		RG 3.306487
Michelle Karine Setubal		3.758.351
Szabina Régis de Sávic		005.082.589-52



FICHA DE INSCRIÇÃO **MOÇÃO 11ª** CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTEMUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS  
DATA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL: 27 E 28 DE ABRIL

I. A quem se destina:

Nome: Câmara de VereadoresÓrgão: Câmara de Vereadores

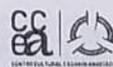
II. Tipo de Moção:

( ) Repúdio ( ) Apoio (X) Recomendação ( ) Congratulação

III. Texto

Os participantes da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente recomendam que as emendas impositivas priorizem o atendimento a crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nome	Assinatura	RG ou CPF
Taiza Estela Lisboa Campos	Taiza	026.289.199-90
Roberto Nascimento Lisboa	Roberto	017.901.559-75
Patricia Iser Dias	Pat	003.826.289-42
Silvia R. S. Broom	Broom	845.716.919-04
Gustavo Castello Branco Beiro	Gustavo C. S. Beiro	060.132.669-84
Amílcar D. Milom	Amílcar	946.680.439-15



11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

## ANEXO VII - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO EVENTO



**FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE**

1. Qual sua faixa de idade?

( ) Até 11 anos

( ) De 12 a 17 anos

( ) Acima de 18 anos

2. Você é representante de algum órgão/instituição/OSC/entidade/poder público?

( ) Sim

( ) Não

3. Caso tenha respondido sim na questão anterior, qual entidade que você representa?

---



---



---

	EXCELENTE	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
4. Como avalia a divulgação da conferência					
5. Como você avalia o local de realização da Conferência?					
6. Como você avalia a abordagem dos 5 eixos temáticos no primeiro dia da Conferência (27 de abril)?					
7. Como você avalia a abordagem dos temas nos grupos de trabalho?					
7.1 Como você avalia o espaço de diálogo para os participantes nos grupos de trabalho?					

7.2 Como você avalia a mediação e acolhimento das diferentes visões e percepções dos participantes nos grupos de trabalho?					
7.3 Como você avalia a integração entre os participantes nos grupos de trabalho?					
8. Como você avalia o almoço?					
9. Como você avalia o coffee break?					
10. Como você avalia as apresentações artístico - culturais?					
11. Como você avalia os momentos de socialização ao longo do encontro?					
12. Qual a sua avaliação do evento como um todo?					
Comentários e sugestões					

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

## ANEXO VIII - RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO



# RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE



# COMO FOI NOSSA PARCERIA

---

A comunicação da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Florianópolis abrangeu quatro grandes dimensões:

- Assessoria de Imprensa (Pré-Conferência e Conferência)
- Design & Comunicação Visual
- Mídias Sociais
- Fotografia & Vídeo

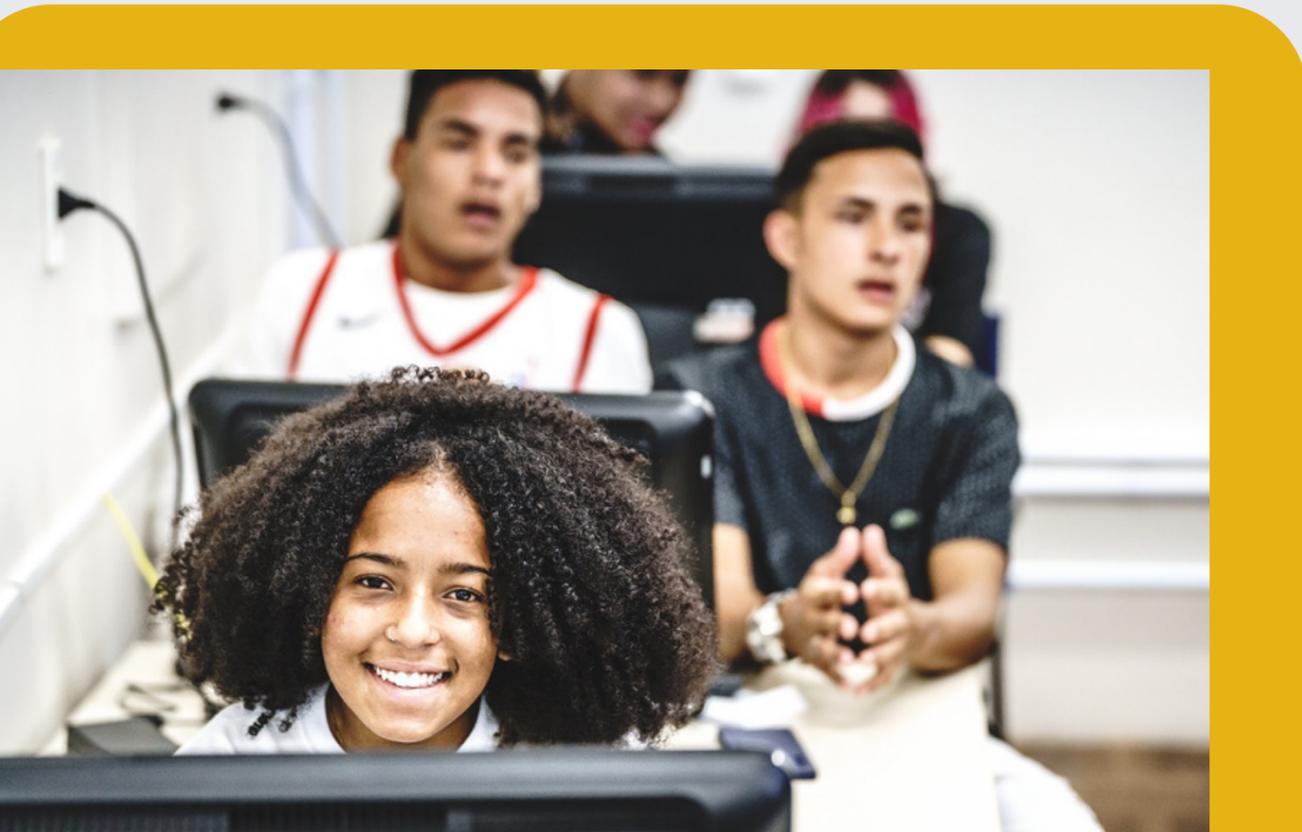
Nossa equipe começou o trabalho em março, com o desenvolvimento de uma identidade visual própria da 11ª Conferência, criação de peças digitais para redes sociais (foi usado o perfil @cmdca\_floripa), artes gráficas e assessoria de imprensa da Pré-Conferência.



# COMO FOI NOSSA PARCERIA

---

Em março também foi realizada uma sessão de fotos e gravação de vídeos com jovens do Centro Cultural Escrava Anastácia. Aperte o play nas próximas telas para assistir aos depoimentos inspiradores de três adolescentes que compartilharam anseios e planos para o futuro. Esses vídeos foram exibidos durante a 11ª Conferência.



Clique [neste link](#) para [acessar as fotos](#) produzidas em sessão especial no CCEA.



# VÍDEOS PRÉ-CONFERÊNCIA

---



Sonhos e planos das crianças e adolescentes de Florianópolis. [Assista aqui.](#)



# VÍDEOS PRÉ-CONFERÊNCIA

---



Sonhos e planos das crianças e adolescentes de Florianópolis. [Assista aqui.](#)

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

# VÍDEOS PRÉ-CONFERÊNCIA

---



Sonhos e planos das crianças e adolescentes de Florianópolis. [Assista aqui.](#)



# IDENTIDADE VISUAL

Foram desenvolvidas peças gráficas e artes para a Pré-Conferência e a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Florianópolis: convite, cartaz, crachá, banner, templates para inatagram (feed e stories), papel timbrado, caneta, bloco de papel, pastinhas, templates para apresentações de palestras, camisetas e certificado.



#EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

#INCLUSÃO

#PROMOÇÃO  
DA SAÚDE

#AMIZADE

#TERRITÓRIO  
DO BRINCAR

#COLA AQUI

#LAZER

#CRIANÇA

#EMPODERAMENTO

# PRÉ-CONFERÊNCIA

#PROTAGONISMO

#É TUDO NOSSO

#REPRESENTATIVIDADE

#ADOLESCÊNCIA

#AMOROSIDADE

#ADOSLESCENTE

#FELICIDADE

#JUVENTUDE

#CORAG

#MINHA COMUNIDADE

# COBERTURA DA PRÉ-CONFERÊNCIA

A Pré-Conferência, realizada em 30 de março, foi destaque nos principais veículos de imprensa da Grande Florianópolis e rendeu entrevistas para as rádios CBN, Guarujá e Jovem Pan. Nossa equipe também acompanhou o evento e fez a cobertura fotográfica do encontro.

Clique [neste link](#) para acessar as fotos da Pré-Conferência.



A close-up photograph of a hand holding a green paper flag and a pen. The hand is positioned in the center-left of the frame, with the index finger gripping the top edge of the green flag. The pen is held between the thumb and index finger. The background is a blurred crowd of people, suggesting a public event or gathering. A purple banner with white text is overlaid at the bottom of the image.

**DESTAQUES IMPRENSA**

# DESTAQUES

---

A 11ª Conferência foi destaque nos principais veículos de imprensa de Santa Catarina. Logramos ótimos resultados em todas as principais mídias da Grande Florianópolis, com inserções em TVs, rádios, portais e jornais impressos. Destaque para matéria no Notícias do Dia (impresso), entrevistas para a rádio CBN, entrevista ao vivo no Bom Dia SC, da NSC TV, entrevistas para a rádio Jovem Pan News Floripa, além de matérias no NSC Total e no ND+, principais portais de Santa Catarina.

**[CLIQUE AQUI PARA CONFERIR A CLIPAGEM COMPLETA](#)**

Foram 37 inserções no total:  
3 entrevistas para TV  
6 entrevistas para rádios.



# DESTAQUE

## NSC | Bom Dia SC

Meio: NSC Total | Bom Dia SC AO VIVO

Data: 27/4, 7h

Link: <https://globoplay.globo.com/v/11569618/>



# DESTAQUE

## Band | Jornal Band Cidade

Meio: TVBV | Band Cidade

Data: 27/4

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mkAT1QLyAr8&feature=youtu.be>



# DESTAQUE

## Record News | Vera Toledo

Meio: TV - Record News | Vera Toledo

Data: 21/4/2023

Link: <https://ndmais.com.br/diversao/programa-vera-toledo-questoes-sobre-criancas-e-adolescentes-sao-debatidos-nas-cidades-catarinenses/>



# Rua Deputado Antônio Edu Vieira vai ganhar lombadas

Prefeitura irá colocar duas lombasfaixas para garantir segurança dos pedestres; moradores reconhecem melhorias na via, mas se preocupam com alta velocidade dos carros

Miriam Moreira  
[miriam.moreira@nd.com.br](mailto:miriam.moreira@nd.com.br)

A implantação de binário na rua Deputado Antônio Edu Vieira, no bairro Pantanal, em Florianópolis, melhorou o fluxo de veículos e está resolvendo um problema crônico de trânsito na região. A medida foi elogiada por moradores ouvidos pela reportagem, mas um ponto específico preocupa, em especial aos pedestres: o fluxo de trânsito ficou tão bom que os veículos estão passando em alta velocidade na via. Para a prefeitura, o binário é encarado como um processo e vai exigir monitoramento por, pelo menos, 60 dias e ajustes pontuais. Para atender à reclamação dos moradores, a prefeitura irá instalar duas lombasfaixas na rua.



Com o novo binário, várias faixas de pedestres estão espalhadas ao longo da rua do Pantanal, mas população quer mais formas de evitar acidentes

“Iniciamos a mudança [do binário] na sexta-feira (21) e estamos fazendo ajustes, novas sinalizações. Como é uma mudança importante no sistema viário da região, entendemos que é um processo e a prefeitura mantém os técnicos à disposição fazendo levantamentos e melhorias pontuais”, declara o secretário de Infraestrutura, Rafael Hahn. Segundo ele, duas lombasfaixas seriam colocadas nesta madrugada, uma em frente ao posto de saúde do Pantanal e outra cerca de 200 metros depois, perto da rotatória da Eletrosul, caso não chovesse. Hahn também afirmou que a prefeitura está colocando mais placas de sinalização para os motoristas respeitarem a velocidade, melhorando a sinalização das ciclofaixas e a orientação de fluxo. “No contexto geral, o binário teve grande sucesso até agora. Não tivemos nenhuma intercorrência grave e transformamos a mobilidade da região de um dia para o outro”, defende o secretário.

## Moradores avaliam as alterações

Adelita Mazus de Melo, 60 anos, é assistente administrativo e trabalha a 200 metros de casa, no bairro Pantanal, em Florianópolis. Como tem dificuldade de locomoção, usa muletas nos deslocamentos no bairro. Ela concordou com a implantação do binário na rua Deputado Antônio Edu Vieira, que reduziu o congestionamento na região, mas ela, e outros moradores e comerciantes do Pantanal estão preocupados com a segurança, sobretudo dos pedestres. “Cada a pista de elevação para diminuir a aceleração dos carros? Já viando uma pista de corrida. Desde sábado (21), quem passa aqui percebeu a alta velocidade dos motoristas, uma falta de respeito”, reclama. Além da alta velocidade dos carros, segundo Adelita, ficou mais difícil atravessar a via, mesmo na faixa de pedestre. “Temos dificuldade de utilizar a faixa e alguns não param. Devo ter levado uns 3 minutos esperando”, conta ela. A estudante Giovana Moura Alves, 21 anos, mora há um mês no Pantanal e sente a mesma dificuldade. “Como vim de Porto Alegre, minha experiência é outra. Aqui,



Adelita Mazus de Melo diz que o congestionamento diminuiu na região e pede lombadas para melhorar trânsito

se preocupa com mais educadas com os pedestres, mas, mesmo assim, é um ou outro que para”. O operador de vendas Sandro Lima, 32 anos, reconhece que o binário melhorou o fluxo de carros, mas também reclama da falta de segurança. “Peço-lhes 30 segundos para trabalhar e vejo vício de carro e moto. Tem que aumentar a segurança aqui [em frente ao posto de saúde do Pantanal] e na rotatória”, diz o colaborador. A bailarina Paula Felto da Costa, 37 anos, mora numa servidão com acesso à rua geral do São dos Limões. “Da espal-

## POLÍTICAS SOCIAIS

### Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente começa hoje

A 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente inicia hoje em Florianópolis e leva para o debate os direitos e políticas sociais para assegurar o presente e o futuro da população jovem da cidade. O encontro será realizado hoje e amanhã no Cambiê Hotel, no bairro Farolito, e propõe revisar as ações relacionadas à efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e que se articulam dentro do SGD (Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente). As crianças e adolescentes, em especial as que representam o grupo que participou da pré-conferência realizada em 30 de março, levaram para os debates participantes da 11ª conferência suas percepções e reivindicações acerca do tema que foi proposto em nível nacional para esta edição do evento, que diz respeito às consequências da pandemia da Covid-19 na vida de crianças e adolescentes.

## GUARDIÕES

Os “indultos” da conferência deverão se espelhar nos debates e nos documentos finais, de modo a serem os guardiões dos direitos de crianças e adolescentes que, durante a pré-conferência, apresentaram aquilo que desejam eliminar, reduzir, elevar e criar para a garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes de Florianópolis. Temas urgentes e atuais, como políticas para a eliminação da fome, para combater o preconceito, o racismo, a violência de gênero e a LGTQIA+ foram o foco entre os sugestões das crianças e adolescentes. A questão da segurança também é uma preocupação para esse público. Atendimento psicológico gratuito para alunos e professores nas escolas, criação de câmeras para denúncia de violência, espaços de lazer seguros e maior segurança nas escolas foram algumas das propostas apresentadas.

# DESTAQUE Jornal Notícias do Dia

Meio: Jornal Notícias do Dia | Página 4  
Data: 27/4/2023

# DESTAQUE

## Portal Desacato

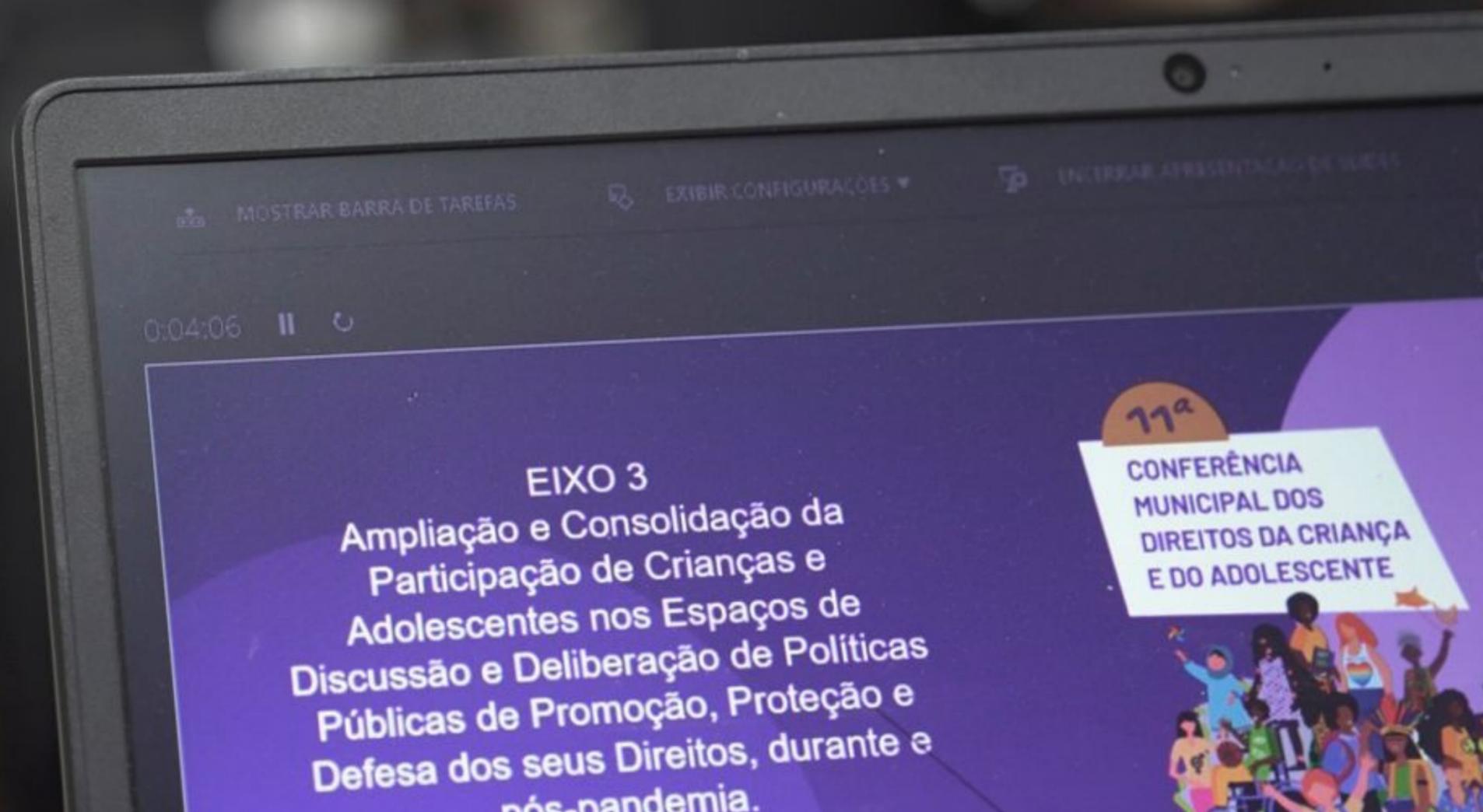
Meio: Portal Desacato | Entrevista com Daiane Correa e Silvana Paggiarin

Data: 18/4/2023

Link: <https://desacato.info/ao-vivo-condenacao-criminal-por-homofobia-em-santa-catarina-conferencia-municipal-da-crianca-e-adolescente/>



# DESTAQUES MÍDIAS SOCIAIS



# DESTAQUES

---

O trabalho de comunicação da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente contemplou tanto a divulgação dos eventos (Pré-Conferência e Conferência Geral) quanto relacionamento com seguidores. Foram 25 publicações no feed (19 imagens / carrossel e 6 reels (vídeos). Nos Stories, foram 101 publicações.

## **CLIQUE AQUI PARA CONFERIR O RELATÓRIO COMPLETO**

Durante o período trabalhado, foram 252 novos seguidores, um aumento de 189,7%. Foram investidos R\$ 250 em 2 conteúdo patrocinado. Esses anúncios tiveram alcance de 17,1 mil pessoas e mais de 29,5 mil impressões.





**AFTER MOVIE**

# FOTO & VÍDEO

---

Realizamos a cobertura fotográfica dos dois dias da 11ª Conferência Municipal de Florianópolis. Foram mais de 700 cliques que registraram momentos importantes de um encontro protagonizado por crianças e adolescentes. O after movie será enviado em link separado.



**CLIQUE [AQUI PARA CONFERIR](#)  
TODAS AS IMAGENS.**

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

# MUITO OBRIGADA!

11ª

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE



Foi uma experiência transformadora acompanhar as discussões da 11ª Conferência. Foi também muito inspirador ver a participação de tantas crianças e adolescentes nesse processo que é exemplo de cidadania e democracia. Muito obrigada! E contem com a gente sempre.

**Carol Macário** | Jornalista | 48 99930-5587

**Juliana Rabello** | Jornalista | 48 99675-5696

**Yasmine Fiorini Holanda** | Jornalista | 48 99953-8576

**Gabriela Fantini** | Designer

**Diorgenes Pandini** | Fotógrafo e Film Maker

**Felipe Carneiro** | Fotógrafo e Film Maker

11ª

## CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



## RELATÓRIO DE CLIPAGEM

### 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

#### 1 - Apresentação

Iniciamos o trabalho de assessoria de imprensa da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Pré-Conferência na primeira quinzena de março. Inicialmente produzimos notas exclusivas para colunas, criamos o planejamento de comunicação para todo o período de trabalho e apuramos informações para a produção dos demais materiais para a imprensa.

Na Pré-Conferência, trabalhamos pauta pré-evento e também pós-evento, sobre as demandas de crianças e adolescentes, com destaque para a questão da segurança e da saúde mental nas escolas. Posteriormente, cientes da importância da 11ª Conferência para a criação de políticas públicas, oferecemos pautas e entrevistas com porta-vozes para os principais veículos da grande mídia e também da mídia alternativa, com cobertura de todos os dias de evento, produção de notas e releases e atendimento à imprensa.

Conseguimos ótimos resultados em todas as principais mídias da região, com inserções em TVs, rádios, portais e jornais impressos. Destaque para matéria no Notícias do Dia (impresso), entrevistas para a rádio CBN, entrevista ao vivo no Bom Dia SC, da NSC TV, entrevistas para a rádio Jovem Pan News Floripa, além de matérias no NSC Total e no ND+, principais portais de Santa Catarina.

#### Números

TV - 3 matérias

Rádio - 6 entrevistas com porta-vozes

Portal - 23 notícias publicadas

Impresso - 5 matérias e notas publicadas

Total de inserções: 37

11<sup>a</sup>

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

## TV E RÁDIO

Meio: NSC Total | Bom Dia SC AO VIVO

Data: 27/4, 7h

Link: <https://globoplay.globo.com/v/11569618/>



Meio: Jovem Pan News Floripa | Jornal da Manhã

Data: 27/4/2023

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ld4u4r9W0hM>



Jornal da Manhã - 27/04 (Quinta-feira) JP NEWS

11<sup>a</sup>

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

Meio: Jovem Pan News Floripa | Programa Ligado na Cidade

Data: 27/4/2023

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=NrWEACS-URQ>



Meio: CBN Floripa

Data: 27/4, 11h30 - Via Stream Yard

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=QCcof0Inpgw>



Meio: TVBV | Band Cidade

Data: 27/4

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mkAT1QLyAr8&feature=youtu.be>



Meio: TV - Record News | Vera Toledo

Data: 21/4/2023

Link: <https://ndmais.com.br/diversao/programa-vera-toledo-questoes-sobre-criancas-e-adolescentes-sao-debatidos-nas-cidades-catarinenses/>



Meio: Portal Desacato | Entrevista com Daiane Correa e Silvana Paggiarin

Data: 18/4/2023

Link: <https://desacato.info/ao-vivo-condenacao-criminal-por-homofobia-em-santa-catarina-conferencia-municipal-da-crianca-e-adolescente/>



Meio: RÁDIO CBN Floripa | Entrevista com Renata Pereira

Data: 30/3/2023

Link: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_m1go03A8gU](https://www.youtube.com/watch?v=_m1go03A8gU)



Meio: RÁDIO Jovem Pan Florianópolis | Entrevista com Daiane Corrêa

Data: 28/3/2023

Link: não disponibilizado pela emissora

Meio: RÁDIO Guarujá Florianópolis | Entrevista com Daiane Corrêa

Data: 28/3/2023

Link: não disponibilizado pela emissora

## JORNAIS E PORTAIS

Meio: Jornal Imagem da Ilha

Data: 2/5/2023

Link: <https://www.imagemdailha.com.br/blog/criancas-e-adolescentes-pedem-que-saude-mental-seja-prioridade-em-conferencia-na-capital.html>

**Crianças e adolescentes pedem que saúde mental seja prioridade**



Apesar de dois dias, o evento debateu ações e proposições relacionadas à efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Foto: Diógenes Pandini. [Clique para ampliar](#)

Publicado em **02/05/2023**

A 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente foi marcada pelo protagonismo de crianças e adolescentes na defesa de seus direitos. Dos 278 credenciados no evento que aconteceu nos dias 27 e 28 de abril, em Florianópolis, mais de 40% eram crianças e adolescentes. Ficou em evidência a demanda urgente por atenção à saúde mental dessa população e dos profissionais que lidam diretamente com esse público.

Meio: Portal Desacato | Geral

Data: 2/5/2023

Link: <https://desacato.info/criancas-e-adolescentes-pedem-que-saude-mental-seja-prioridade-em-conferencia-na-capital/>

### Crianças e adolescentes pedem que saúde mental seja prioridade em Conferência na Capital

*Evento realizado nos dias 27 e 28 de abril debateu direitos humanos e políticas sociais para infância e adolescência em Florianópolis*

02/05/2023

Curtir 8



11<sup>a</sup>

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

Meio: De Olho na Ilha | Geral

Data: 2/5/2023

Link: <https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/criancas-e-adolescentes-pedem-que-saude-mental-seja-prioridade-em-conferencia-na-capital/>



Meio: ND Mais | Notícias

Data: 28/4/2023

Link: <https://ndmais.com.br/direitos/alunos-e-professores-pedem- psicologos-e-assistentes-sociais-em-escolas-de-sc/>

Início > Direitos

## Alunos e professores pedem psicólogos e assistentes sociais em escolas de SC

Assunto foi discutido na 11<sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

11<sup>a</sup>

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

Meio: Jornal Notícias do Dia | Coluna Gente

Data: 28/4/2023



A escritora **Edenice da Cruz Fraga** (à esq.) e a cantora e compositora **Dandara Manoela** durante a 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na última quinta-feira, em Florianópolis

Meio: NSC Total | Notícias

Data: 25/4/2023

Link: <https://www.nsc total.com.br/noticias/florianopolis-recebe-conferencia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>

nsc total

### Florianópolis recebe conferência de direitos da criança e do adolescente

Atividade promoverá debates sobre políticas públicas voltadas a menores de idade

25/04/2023 - 17h23 - Atualizada em: 25/04/2023 - 17h36



**Kalil de Oliveira**  
kalil.rodrigues@nsc.com.br

Compartilhe:   



POLÍTICAS SOCIAIS

### Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente começa hoje

A 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente inicia hoje em Florianópolis e leva para o debate os direitos e políticas sociais para assegurar o presente e o futuro da população jovem da cidade. O encontro será realizado hoje e amanhã no Cardeal Horta, no bairro Estreito, e poderá virar as ações relacionadas à efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e que se articulam dentro do SCD (Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente).

As crianças e adolescentes, em especial as que representam o grupo que participam da pré-conferência realizada em 30 de março, levam para o debate participativo da 11ª conferência suas percepções e contribuições acerca do tema que foi proposto em nível nacional para esta edição do evento, que diz respeito às consequências da pandemia de Covid-19 na vida de crianças e adolescentes.

GUARDIÕES

Os "adultos" da conferência deverão se expressar nos debates e nos documentos finais, de modo a serem os guardiões das agendas de crianças e adolescentes que, durante a pré-conferência, apresentaram aquilo que desejam efetivar, reduzir, elevar e criar para a garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes de Florianópolis.

Temos agendas e atuas, como políticas para a eliminação da fome, para o enfrentamento do racismo, a violência de gênero e a LGTBQIA+bulsa mataram entre as agendas das crianças e adolescentes. A questão da segurança também é tema preocupante para esse público. Atendimento psicológico gratuito para alunos e professoras nas escolas, criação de colégios para crianças de violência, espaços de lazer seguros e maior segurança nas escolas foram algumas das propostas apresentadas.

Florianópolis, 27 de abril de 2023

Cidade

Flávia Felipe Alves

ND

## Rua Deputado Antônio Edu Vieira vai ganhar lombadas

Prefeitura irá colocar duas lombadas para garantir segurança dos pedestres; moradores reconhecem melhorias na via, mas se preocupam com alta velocidade dos carros

Mais de 100 metros

A implantação de lombadas na rua Deputado Antônio Edu Vieira, no bairro Pantanal, em Florianópolis, melhorará o fluxo de veículos e está relacionada com problemas críticos de trânsito na região. A medida foi elegida por moradores e usuários pela reportagem, mas um ponto específico preocupa, em especial aos pedestres: a falta de travessia. Desde há tempo que os veículos estão passando em alta velocidade na via. Para a prefeitura, o trabalho é encarado como um processo e vai exigir monitoramento por, pelo menos, 30 dias e ajustes pontuais. Para atender à reclamação dos moradores, a prefeitura irá instalar duas lombadas na rua.



Com o novo layout, várias faixas de pedestres estão espalhadas ao longo da rua do Pantanal, mas população quer mais formas de evitar acidentes

### Moradores avaliam as alterações

Adelina Ramos de Melo, 60 anos, é assistente administrativo e trabalha a zero metros do caso, no bairro Pantanal, em Florianópolis. Como tem dificuldade de locomoção, sua rotina nos deslocamentos vai além. Ela acompanha a obra de implantação de lombadas na rua Deputado Antônio Edu Vieira, que melhora o congestionamento na região, mas ela, insiste em reclamações e desconfortos do Pantanal onde mora quando costuma se deslocar, sobretudo deslocamentos. "Eu só saio de elevação para diminuir a aceleração do trânsito." Ela também reclama da falta de travessia de pedestres, "é uma falta de respeito", reclama. Além da alta velocidade dos carros, segundo Adelina, é um ponto de insegurança a falta de travessia de pedestres. "Eu não consigo atravessar a via, mesmo na faixa de pedestres." Ela também reclama a falta de sinalização para os pedestres. "Deveria ter lombada para o pedestre também", reclama. "A sinalização é ruim, mesmo aqui, no bairro do Pantanal, e sinto a mesma dificuldade de um dia para o outro", defende o seu relato.



Adelina Ramos de Melo diz que o congestionamento diminuiu na região e pede lombadas para melhorar trânsito

as pessoas são mais educadas com os pedestres, tem, mesmo assim, é um dia para o outro". O operador de vendas Renato Lima, 32 anos, reconhece que o trânsito melhorou. Ele diz que, mesmo assim, reclama da falta de sinalização. "Deve ter uma faixa de pedestres", reclama. "Deve ter uma faixa de pedestres", reclama. "Deve ter uma faixa de pedestres", reclama.

na, vejo que os carros passam a uma de largura, é demais. O meu filho passou bastante com o trânsito e ficou preocupado, mas o trânsito melhorou. A gente não consegue ir para a escola de manhã e agora levamos dia", afirma. Antônio Prater tem cerca de 60 anos e mora no Pantanal e também reclama os carros passando em alta velocidade na via. "O pessoal está comendo direito. Tem duas opções: colocar mais lombadas e colocar mais sinalização", sugere.

POLÍTICAS SOCIAIS

### Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente começa hoje

A 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente inicia hoje em Florianópolis e leva para o debate os direitos e políticas sociais para assegurar o presente e o futuro da população jovem da cidade. O encontro será realizado hoje e amanhã no Cardeal Horta, no bairro Estreito, e poderá virar as ações relacionadas à efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e que se articulam dentro do SCD (Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente).

As crianças e adolescentes, em especial as que representam o grupo que participam da pré-conferência realizada em 30 de março, levam para o debate participativo da 11ª conferência suas percepções e contribuições acerca do tema que foi proposto em nível nacional para esta edição do evento, que diz respeito às consequências da pandemia de Covid-19 na vida de crianças e adolescentes.

GUARDIÕES

Os "adultos" da conferência deverão se expressar nos debates e nos documentos finais, de modo a serem os guardiões das agendas de crianças e adolescentes que, durante a pré-conferência, apresentaram aquilo que desejam efetivar, reduzir, elevar e criar para a garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes de Florianópolis.

Temos agendas e atuas, como políticas para a eliminação da fome, para o enfrentamento do racismo, a violência de gênero e a LGTBQIA+bulsa mataram entre as agendas das crianças e adolescentes. A questão da segurança também é tema preocupante para esse público. Atendimento psicológico gratuito para alunos e professoras nas escolas, criação de colégios para crianças de violência, espaços de lazer seguros e maior segurança nas escolas foram algumas das propostas apresentadas.



11<sup>a</sup>

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

Meio: ND Mais | Notícias

Data: 27/4/2023

Link: <https://ndmais.com.br/direitos/florianopolis-recebe-conferencia-sobre-direitos-das-criancas-e-adolescentes-a-partir-de-quinta/>

ENH

nd+

## Florianópolis recebe conferência sobre direitos das crianças e adolescentes a partir de quinta

O evento vai acontecer no Hotel Cambirela, no Estreito, entre 8h30 e 17h50; confira a programação

REDAÇÃO ND, FLORIANÓPOLIS  
27/04/2023 ÀS 05H30

Enviar no WhatsApp



Florianópolis vai receber a 11ª Conferência Municipal dos Direitos da **Criança e do Adolescente** nesta quinta-feira (27) e sexta-feira (28).

O evento vai acontecer no Hotel Cambirela, no bairro Estreito, e vai propor a revisão das ações relacionadas à efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstos no **ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)**.



Florianópolis recebe a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nesta quinta-feira (27) – Foto: Divulgação/ND

Meio: Jornal Imagem da Ilha | Notícias

Data: 27/4/2023

Link: <https://www.imagemdailha.com.br/blog/conferencia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-acontece-na-capital.html>

**Direitos da Criança e do Adolescente serão discutidos na Capital**



Objetivo do evento é propor e revisar as ações relacionadas à efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Foto: Felipe Carneiro) <sup>11</sup>Clique para ampliar

Publicado em 26/04/2023

Nesta quinta-feira, 27, e sexta, 28, acontece em Florianópolis a 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O objetivo do evento é propor e revisar as ações relacionadas à efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que se articulam dentro do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). O encontro será realizado no Cambirela Hotel, no bairro Estreito.

Meio: Rede Catarinense de Notícias | Destaque

Data: 26/4/2023

Link:

[https://rcnonline.com.br/geral/11-conferencia\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca\\_e\\_do\\_adolescente\\_comeca\\_nesta\\_quinta.500801](https://rcnonline.com.br/geral/11-conferencia_dos_direitos_da_crianca_e_do_adolescente_comeca_nesta_quinta.500801)

## 11ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente começa nesta quinta

26/04/2023 14:31

Visite nossa rede social @rcnonline\_sc

A conferência vai debater os direitos humanos e as políticas sociais em Florianópolis

A 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente começa nesta quinta (27/04) em Florianópolis, e leva para o debate os direitos e políticas sociais para assegurar o presente e o futuro da população jovem da cidade. O encontro será realizado nos dias 27 e 28 de abril no Cambirela Hotel, no bairro Estreito, e propõe revisar as ações relacionadas à efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que se articulam dentro do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD).

**Demandas de crianças e adolescentes são ouvidas**

As crianças e adolescentes, em especial as que representam o grupo que participou da Pré-Conferência realizada em 30 de março, levarão para os demais participantes da 11ª Conferência suas percepções e reivindicações acerca do tema que foi proposto em nível nacional para esta edição do evento, que diz respeito às consequências da pandemia da Covid-19 na vida de crianças e adolescentes.

Os "adultos" da Conferência deverão se expressar nos debates e nos documentos finais, de modo a serem os guardiões dos anseios de crianças e adolescentes que, durante a pré-conferência, apresentaram aquilo que desejam eliminar, reduzir, elevar e criar para a garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes de Florianópolis.



Foto: Felipe Carneiro

Meio: Correio de Santa Catarina | Cidades

Data: 26/4/2023

Link: <https://www.correiosc.com.br/florianopolis-faz-a-conferencia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-em-27-e-28-4/>



Início > Rápidas

## Florianópolis faz a conferência dos direitos da criança e do adolescente em 27 e 28/4

26 de abril de 2023, 18:37

A 11ª Conferência Municipal de Florianópolis dos Direitos da Criança e do Adolescente começa nesta quinta-feira (27/4) e leva para o debate os direitos e políticas sociais para assegurar o presente e o futuro da população *jovem* da cidade. O encontro será realizado nos dias 27 e 28 de abril no Cambirela Hotel, no bairro Estreito, e propõe revisar as ações relacionadas à efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que se articulam dentro do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD).

Meio: Portal Desacato | Destaque

Data: 26/4/2023

Link: <https://desacato.info/11a-conferencia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-comeca-nesta-quinta-27-e-debate-direitos-humanos-e-politicas-sociais-em-florianopolis/>

## 11ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente começa nesta quinta (27), em Florianópolis

O debate será sobre direitos humanos e políticas sociais

26/04/2023

Curir 5



Meio: Jornal Trindade | Notícias

Data: 18/4/2023

Link: <https://jornaltrindade.com.br/11a-conferencia-municipal-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>



Meio: De Olho na Ilha | Notícias

Data: 18/4/2023

Link: <https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/11a-conferencia-municipal-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-debate-direitos-humanos-e-politicas-sociais-em-florianopolis/>



Meio: Jornal Notícias do Dia | Coluna Gente  
 Data: 19/4/2023

### Destaque

O padre Wilson Groh, do IVG (Instituto Wilson Groh), grande articulador de organizações em defesa dos direitos nas comunidades socialmente vulneráveis da Capital, será um dos participantes da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que acontece nos dias 27 e 28 deste mês. Neste ano, o evento é organizado pelo CCEA (Centro Cultural Escrava Anastácia) e é aberto à sociedade civil, organizações, entidades e profissionais que atuam com crianças e adolescentes.

**Destaque**  
 O padre Wilson Groh, do IVG (Instituto Wilson Groh), grande articulador de organizações em defesa dos direitos nas comunidades socialmente vulneráveis da Capital, será um dos participantes da 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que acontece nos dias 27 e 28 deste mês. Neste ano, o evento é organizado pelo CCEA (Centro Cultural Escrava Anastácia) e é aberto à sociedade civil, organizações, entidades e profissionais que atuam com crianças e adolescentes.

**HOMEM PLURAL**  
 A programação que comemora os 100 anos de Harry Laus recorre ao fim de tarde de hoje, às 18h, na Sala Lindolf Bell, no CC (Centro Integrado de Cultura), e gestora cultural Maria Tereza Collares, o artista e publicista Oton Thiemme e o artista Lourival Figueiredo de Lima, o Lura. Juntos, abordarão o tema "Laus na Gestão do Museu de Arte de Jaravilla (MAJ)" e no Museu de Arte de Santa Catarina (MASC).  
 "Trata-se de trabalhos que, de um conjunto de quem, que presta tributo ao jornalista, escritor, crítico de arte e gestor de museus, que nasceu em Tijucas em 1922 e morreu na Capital, em 1992."

**Respeitando a individualidade**  
 O renomado cirurgião plástico de Florianópolis, **Chedimar Macedo**, foi um dos 200 profissionais da América Latina convidados para participar do congresso "SIN" Allergies America, no último fim de semana, em São Paulo. Durante a semana, o São se manteve no respeito à individualidade e do corpo de cada paciente.

**Carina Bedusché** foi uma das arquitetas convidadas para assinar decoração em formato virtual no novo empreendimento do bairro Casapó, em Florianópolis. Ela explorou o poder de focalização, onde o garfo da sal e fendermos corrigiram o destino para apreciadores. Os pratos alinhados que surgem a céu na transição do dia para a noite refletem uma efeito acústico sobre o tom neutro e calmo do projeto de interiores.

Os experientes empresários **Henrique Luchesi** e **Guilherme Rosa** colocam o sonho de atuar com gastronomia em dia ao levar ao Centro de Florianópolis um novo jeito de comer pizza. O modelo de consumo é inédito na ilha e a ideia é servir a falta em supportes de papel típicos americanos. O objetivo de ambos é experimentar a economia criativa do Brasil e a realidade desenvolvida da região, tendo como inspiração a gastronomia de rua de Nova York. Será que a moda pega?

**RECORD TV**

### Aposta na tecnologia e na programação

O superintendente comercial da Rede Globo de Comunicação e Participações, **Marcelo Neves**, aponta no livro "O Futuro da TV" (livro), com ideias, notícias e inovações. Neves compartilha a experiência de quem viveu cada vez mais em um mundo de notícias e ações pessoais, que precisam agregar a jornada do espectador. Isso é o futuro da televisão. Um dos momentos mais marcantes, nesse período

trimestre do ano, foi a transmissão exclusiva do Mundial de Futebol, que chegou a atingir 21 milhões de espectadores no Brasil, segundo dados da Nielsen. A transmissão foi feita em parceria com a TV aberta, mostrando a vida de quem vive no Brasil, com uma programação mais aberta e social.

Ele afirma que a TV aberta ainda tem muito a crescer, principalmente com a chegada da TV 5G, que irá proporcionar uma nova experiência.

Para **Marcelo Neves**, o **TV linear**, que alcança 95% da população, tem longo futuro, cada vez mais tecnológico.

11<sup>a</sup>

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

Meio: Jornal Floripa | Notícias

Data: 3/4/2023

Link: <https://jornalfloripa.com.br/2023/04/03/pre-conferencia-municipal-da-crianca-e-do-adolescente-da-capital-reune-150-estudantes-em-florianopolis/>

Meio: Portal da Ilha | Cidade

Data: 31/3/2023

Link: <https://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=57155>



Meio: De Olho na Ilha | Capa

Data: 24/3/2023

Link: <https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/pre-conferencia-municipal-da-crianca-e-do-adolescente-da-capital-sera-no-dia-30-de-marco/>



Meio: Jornal Notícias do Dia | Coluna Bom Dia / Fabio Gadotti  
 Data: 25 e 26/3/2023

**Bom dia** FABIO GADOTTI

**O aterro da baía Sul**  
 A situação lamentável do aterro da baía Sul entrou no radar de Flórida, que pretende envolver poder público, iniciativa privada e sociedade civil numa discussão sobre a revitalização da área. Com base nessa radiografia sobre a situação atual e a situação jurídica de cada metro quadrado – como eventuais concessões e cessões –, a ideia é propor soluções para que o espaço seja efetivamente “integrado” à cidade. Um evento deve ser realizado até o início da segunda semana. A reunião já conta com os advogados de especialização correio e ministro da Turismo, Vinícius Lammertz, o professor Neri dos Santos, e o ex-prefeito da Curitiba, Cláudio Tangelutti, que é arguente e arremata. Uma das iniciativas é resgatar projetos arquitetônicos e paisagísticos que já foram feitos para o aterro, a começar pelo parque idealizado pelo mestre Burle Marx. É tarefa urgente e complexa, porque envolve União, Estado e município, além de debates sobre a vocação da área, integração com a elite lester do Centro Histórico e inclusão social.

**PARCERIA**  
 O governador Jorge Meirelles (PL) e o vice Marilene Góesim estão mostrando atenção e entusiasmo – e não só nos eventos oficiais que vêm cumprindo juntos. Nos bastidores, Marilene tem participado ativamente das reuniões sobre projetos e ações do Jacaré. Na foto, ela está conferindo um veículo da frota entregue para a Polícia Militar, nesta-feira (24), em Florianópolis.

**JACARÉ**  
 Inquérito civil aberto pela 2ª Promotoria de Justiça da Capital aponta possíveis danos ambientais pelo acesso de veículos na área do Parque Natural Municipal da Lagoa do Jacaré das Ostras de São João, além do depósito irregular de resíduos. O promotor Felipe Martins de Azevedo pediu uma visita da Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente) na unidade de conservação.

**EXÓTICAS**  
 Florianópolis não vem cumprindo uma lei, aprovada há uma década, que prevê a erradicação de espécies exóticas e invasoras, caso dos pinos, macalutas e casuarinas. O alerta está sendo feito pelo vereador Edson Manoel da Rosa (União Brasil), o Onho, que pediu discussão do assunto em audiência pública da Comissão do Meio Ambiente. Ele destaca os danos à fauna e flora nativas causados pela emissão do poder público e dá como exemplo o caso de Rio Vermelho.

**ZÉ PERRI**  
 O artista Thiago Thibgen entrou no universo do Sain-Çaryny e salienta os personagens da obra “O Pequeno Príncipe” no painel interativo da exposição que está no Sul da Ilha. A obra completa foi anos em abril.

**DOCUMENTÁRIO “BARRIS”**  
 O documentário “Barris”, de Auriana Simões, sobre de MO+, o Povo e Barbaqueia, está na programação do Maratona Cultural 2023. A exibição será no sábado, às 19h, na Casa Princesa, no Centro.

**DEBATE**  
 O debate “Os olhos que ler o futuro” será realizado por Flórida na rua General Bittencourt. A segunda edição vai ter a participação de 18 especialistas e apresentação de Mari Lacerda e Jacy Traj.

**Na próxima quinta-feira (30) será realizada em Florianópolis a Pré-Conferência Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).** O evento antecede a 11ª edição da conferência principal, que mudou de data e agora será nos dias 27 e 28. O encontro preparatório é voltado especialmente para crianças e adolescentes, que poderão dar ideias e propostas.

Meio: Portal da Ilha | Notícias  
 Data: 24/3/2023  
 Link: <https://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=57025>

COMUNIDADE

**Pré-Conferência Municipal da Criança e do Adolescente da Capital será no dia 30 de março**

Publicado em 24/03/2023



Encontro que antecede o evento principal receberá propostas e ideias de jovens. Evento é realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)



11<sup>a</sup>

CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE

Meio: Jornal Notícias do Dia | Coluna Bom Dia // Fabio Gadotti

Data: 15/3/2023



## Vulneráveis

A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes pós-pandemia está na pauta da 11<sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será entre os dias 11 e 12 de abril, no Hotel Castelmar, em Florianópolis. Neste ano, o evento será realizado pelo Centro Cultural Escrava Anastácia e aberto à sociedade civil, organizações, entidades e profissionais que atuam com esse público.

Meio: Portal Making Of | Coluna Yula Jorge

Data: 30/3/2023

Link: <https://portalmakingof.com.br/um-longa-metragem-que-retrata-o-universo-bruxolico-e-fantastico-da-ilha-da-magia/>

### Direitos da Criança e do Adolescente



Neste ano, a 11<sup>a</sup> Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é organizada pelo Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), instituição de referência na Capital pelo trabalho voltado para a educação, inserção e assistência social de jovens de bairros socialmente vulneráveis da Grande Florianópolis. O evento será nos dias 27 e 28 de abril, mas nesta quinta-feira ocorre a pré-conferência, momento que tem participação de crianças e adolescentes. A ideia é que eles ajudem a contribuir com ideias e propostas para o evento de abril.

Meio: Acontecendo Aqui | Coluna Entretenimento

Data: 30/3/2023

Link:

<https://acontecendoaqui.com.br/colunas/coluna-entretenimento-uma-salada-mista-com-varios-generos-da-cultura-e-do-entretenimento/>

**IMPORTANTE!**

**Direitos da criança e do adolescente**

Amanhã (30/03), será realizada a Pré-Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Centro de Educação e Evangelização Popular – Cedep, no bairro Monte Cristo, em Florianópolis. A reunião será das 13h30 às 17h, reunirá as instituições associadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e é aberta ao público.

O encontro preparatório é voltado especialmente para a participação de crianças e adolescentes, que poderão contribuir com ideias e propostas que serão apresentadas na 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dias 27 e 28 de abril, no Hotel Cambirela, na capital catarinense. Informações completas pelo @cmdca\_floripa e @centroculturalescraaanastacia e inscrições no [link](#).

Meio: De Olho na Ilha

Data: 31/3/2023

Link:

<https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/pre-conferencia-municipal-da-crianca-e-do-adolescente-da-capital-reune-150-estudantes-em-florianopolis/>



Meio: Avaí Futebol Clube

Data: 30/3/2023

Link:

<https://www.avai.com.br/novo/avai-participa-pela-1a-vez-na-pre-conferencia-municipal-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>

### Avaí participa pela 1ª vez na Pré-Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

31/03/2023 Base, Destaque



Meio: Jornais em Foco

Data: 31/3/2023

Link: <https://jbfoco.com.br/2023/03/florianopolis-pre-conferencia-municipal-da-crianca-e-do-adolescente-da-capital-reune-150-estudantes/>

Meio: Informe Floripa

Data: 1/4/2023

Link:

<https://informefloripa.com/2023/04/pre-conferencia-municipal-da-crianca-e-do-adolescente-da-capital-reune-150-estudantes-em-florianopolis/>

NOTÍCIAS GERAL

## Pré-Conferência Municipal da Criança e do Adolescente da Capital reúne 150 estudantes em Florianópolis

Encontro no CEDEP - Centro de Educação Popular antecede o evento principal, em abril, e recebeu propostas e ideias de jovens

Por **Adriano Ribeiro** - 1 de abril de 2023

62 0

## RELATÓRIO DE REDES SOCIAIS

### 11ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis

**Período:** 15/03 a 28/04

Publicações: 19  
 Stories: 101  
 Reels (vídeos): 6  
 Anúncios: 2

#### Seguidores

**Instagram:** atualmente o perfil tem 1.586 seguidores. Durante o período trabalhado, foram 252 novos seguidores, um aumento de 189,7%.

**Facebook:** a página tem 1.550 curtidas e recebeu mais 10 curtidas, um aumento de 100% em relação ao período anterior ao nosso trabalho.

**Visão:** O resultado revela que o Instagram é a rede mais usada pelo público com perfil do Conselho.

#### Novos seguidores e curtidas

Novas curtidas na Página do Facebook



Exportar

Novos seguidores do Instagram



## Alcance

O conteúdo compartilhado nas redes do CMDCA teve um alcance expressivo de contas. No Facebook, 1.508 pessoas visualizaram os posts, um aumento de cerca de 500%, enquanto no Instagram o alcance foi de 23.663 perfis, quase 2000% maior que no período anterior ao nosso trabalho.

Alcance da Página do Facebook ⓘ

1.058 ↑ 501.1%

Alcance do Instagram ⓘ

23.663 ↑ 1,9 mil%

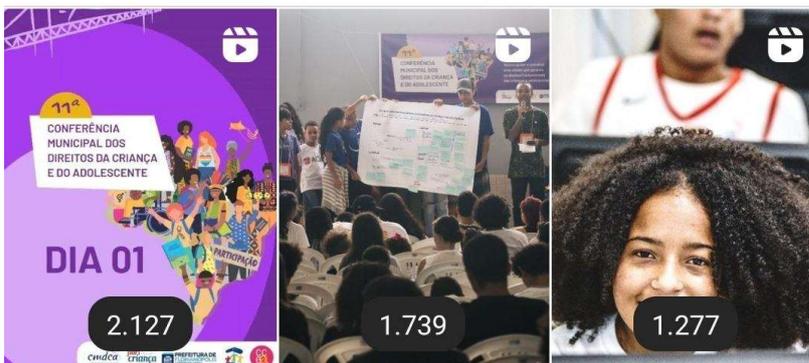
Alcance pago ⓘ

17.197 ↑ 100%

## Reels

Entre as publicações, os vídeos em formato Reels foram as que mais fizeram sucesso. Dos 6 compartilhados, 3 alcançaram o total de 5.143 pessoas de forma orgânica (sem impulsionamento). O que demonstra que os vídeos têm uma performance melhor por conta dos algoritmos das redes, mas também pelo interesse do público do CMDCA.

## Contas alcançadas



## Anúncios

Foram investidos R\$250 em dois anúncios. O público alcançado foi de Florianópolis e da Grande Florianópolis, público-alvo para a Conferência.

O alcance desses posts foi bastante satisfatório: 17.197 pessoas visualizaram os anúncios pelo menos uma vez.

E as impressões (nº de vezes que os anúncios apareceram na tela) foi de 29.577.

Alcance pago ⓘ

17.197 ↑ 100%

Impressões pagas ⓘ

29.577 ↑ 100%